

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE
MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE

O CAMPO EM QUE NASCE O AÇÚCAR: O ENGENHO DO DUQUE DE AUMALE E
O SUSSURRAR DE UM PATRIMÔNIO CULTURAL EM JOINVILLE/SC (1865 –
2020)

WAGNER CAVALHEIRO

ORIENTADORA: PROFESSORA DRA. ROBERTA BARROS MEIRA
COORIENTADORA: PROFESSORA DRA. MARILUCI NEIS CARELLI

JOINVILLE – SC
2022

WAGNER CAVALHEIRO

O CAMPO EM QUE NASCE O AÇÚCAR: O ENGENHO DO DUQUE DE AUMALE E
O SUSSURRAR DE UM PATRIMÔNIO CULTURAL EM JOINVILLE/SC (1865 –
2020)

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, Linha de Pesquisa Patrimônio, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) – como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, sob orientação da Prof.^a Dra. Roberta Barros Meira e coorientação da Prof.^a Dra. Mariluci Neis Carelli.

JOINVILLE – SC

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

C376c	<p>Cavalheiro, Wagner O campo em que nasce o açúcar: o engenho do Duque de Aumale e o sussurrar de um patrimônio cultural em Joinville (1865-2020) / Wagner Cavalheiro; orientadora Dra. Roberta Barros Meira ; coorientadora Dra. Mariluci Neis Carelli. – Joinville: UNIVILLE, 2022.</p> <p>114 p.: il.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural – Universidade da Região de Joinville)</p> <p>1. Indústria açucareira – Santa Catarina - História. 2. Paisagens culturais - Joinville (SC). 3. Patrimônio cultural. I. Meira, Roberta Barros (orient.). II. Carelli, Mariluci Neis (coorient.). III. Título.</p> <p>CDD 363.69</p>
-------	--

Elaborada por Ana Paula Blaskovski Kuchnir – CRB-14/1401

FOLHA DE APROVAÇÃO


Termo de Aprovação

“O Campo em que Nasce o Açúcar: O Engenho do Duque de Aumale e o Sussurrar de um Patrimônio Cultural em Joinville/SC (1865 – 2020)”

por

Wagner Cavalheiro

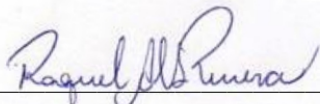
Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovado em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade.



Profª. Dra. Roberta Barros Meira
Orientadora (UNIVILLE)

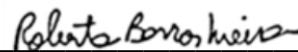


Prof. Dr. Mariluci Neis Carelli
Coorientadora (UNIVILLE)

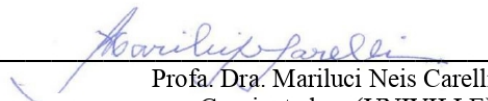


Profª. Dra. Raquel Alvarenga Sena Venera
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade

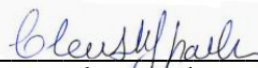
Banca Examinadora:



Profª. Dra. Roberta Barros Meira
Orientadora (UNIVILLE)



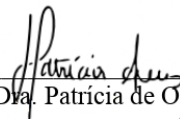
Profª. Dra. Mariluci Neis Carelli
Coorientadora (UNIVILLE)



Profª. Dra. Cleusa Maria Gomes Graebin
(UNILASALLE)



Profª. Dra. Dione da Rocha Bandeira
(UNIVILLE)



Profª. Dra. Patricia de Oliveira Areas
(UNIVILLE)

Joinville, 11 de fevereiro de 2022.

AGRADECIMENTOS

Inúmeras pessoas contribuíram com essa jornada de construção do conhecimento, algumas de forma direta ao estudo do objeto, outras através do apoio e motivação em meio as desventuras do tempo e até mesmo de forma inconsciente, por meio do legado de seus trabalhos e ensinamentos. Agradeço, de maneira particular:

À professora Roberta Barros Meira, orientadora e parceira fundamental nesta trajetória. Sempre paciente, dedicada e exemplar, acompanhando e contribuindo para a realização do nosso trabalho de forma construtiva e enriquecedora. Faltam palavras para expressar a totalidade de minha gratidão e admiração. Saiba que foi uma honra;

À professora Mariluci Neis Carelli, coorientadora e também parceira de pesquisa, que desde o início acolheu nossas dúvidas, guiando-nos por meio de indicações que foram essenciais para a realização de nossa pesquisa;

Ao historiador Guilherme Stipp Neto, meu amigo, o qual deixou marca indelével na realização deste trabalho por intermédio de nossas longas e inestimáveis conversas, as quais foram fundamentais para pensar o objeto de pesquisa e para seguir em frente no caminho que escolhemos;

À professora Eleide Abril Gordon Findlay, minha primeira orientadora, quando ingressei na pesquisa, durante a graduação em História. Uma parceria marcante e feliz, que me apresentou os caminhos de como pesquisar e fazer o conhecimento, ensinamentos que serviram de base para a realização do presente trabalho;

Aos professores do curso de pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, que nesses anos difíceis e adversos, desdobraram-se para conseguir enfrentar uma pandemia e permanecer apresentando dezenas de possibilidades de pensar e melhorar o mundo;

Aos professores do curso de História da Univille, dos anos 2015 – 2018, que legaram ao longo dos quatro anos de graduação preciosos ensinamentos e exemplos de profissionalismo;

Aos diversos funcionários da Univille, em especial aos que trabalham na biblioteca acadêmica e na secretaria da pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, os quais sempre demonstraram solicitude e atenção para conosco;

À equipe do Arquivo Histórico de Joinville e seu trabalho magistral, tanto na preservação dos documentos utilizados na pesquisa, como no apoio e atendimento dedicados a nosso favor;

Aos membros da COMPHAAN pela presteza e dedicação em nos enviar documentos e informações essenciais para o melhor desenvolvimento da pesquisa;

Gratidão aos concidadãos brasileiros, que por meio das contribuições e intermédio da CAPES, possibilitaram a realização desta pesquisa e da construção de um conhecimento humano. Humildemente ofereço o resultado do trabalho realizado ao longo da pesquisa ao conjunto dos cidadãos, desta e das próximas gerações;

Agradeço meus familiares e amigos, em especial meu avô, Laudelino Borba Cavalheiro, que tanto dedicou-se na formação e zelo de nossa família, servindo como exemplo e como incentivador aos estudos. À minha irmã, Milena Cavalheiro, por toda a paciência e serenidade que demonstrou nestes anos de conjunta caminhada, e cuja presença alegre me ilumina todos os dias. À meu amigo, Matheus Rodrigo Silveira, que nos últimos sete anos esteve presente em todos os momentos de alegria e dificuldade;

Por fim, agradeço a Deus pela Sua bondade e benevolência, e cuja fé me alimenta para seguir em frente pelos caminhos da vida. Sou grato a Ele pelo benefício de poder contar com todas as pessoas aqui mencionadas e ainda aqueles tantos que contribuíram e ficaram gravados em minha memória e coração.

A todos a minha gratidão!

Wagner Cavalheiro

RESUMO

Tendo como problemática de pesquisa a compreensão histórica dos impactos da racionalização produtiva no setor açucareiro do século XIX e XX na paisagem, buscamos nesta dissertação demonstrar como o Engenho do Duque de Aumale foi peça fundamental no processo de transformação da paisagem agrária na região de Pirabeiraba, norte de Joinville-SC. A escolha do Engenho do Duque de Aumale se justifica pelo pioneirismo do mesmo na região norte da província de Santa Catarina, sendo na segunda metade do século XIX o principal complexo açucareiro da província. Concordando com a perspectiva da paisagem como lugar do habitante, proposta pelo geógrafo Jean Marc-Besse, buscamos discutir as implicações entre ser humano e ambiente que permeiam o processo de transformação ocasionado pela produção açucareira na paisagem a partir da segunda metade do século XIX até a década de 20 do século XX, com a instalação de um engenho de açúcar de grandes proporções. Para tanto, a metodologia utilizada tem como abordagem a pesquisa qualitativa e a análise das fontes primárias. O enfoque no processo de levantamento documental deu-se na pesquisa realizada no acervo do Arquivo Histórico de Joinville, relacionados ao Domínio Pirabeiraba, Domínio Dona Francisca, no jornal Gazeta de Joinville (1877), bem como nos relatórios dos presidentes de província de Santa Catarina e do ministério da agricultura. Ao longo da pesquisa conseguimos observar o papel econômico da produção açucareira na região norte de Santa Catarina, tendo compreendido a relação da mesma com o processo colonizador regional e como o Engenho do Duque de Aumale esteve inserido na modernização tecnológica e científica, tendo servido como símbolo de modernização e civilização no século XIX. Em paralelo, conseguimos visualizar o processo de apagamento do rural frente ao urbano e a indústria do século XX refletido nas políticas de patrimonialização do município. Nossa pesquisa é produto dos debates ensejados pela linha de pesquisa Patrimônio, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e do Grupo de Pesquisa Estudos em Circulação de Saberes, Natureza e Agricultura do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE).

Palavras-chave: agricultura científica; produção açucareira; paisagem cultural; patrimônio cultural.

ABSTRACT

Having as a research problem the historical understanding of the impacts of productive rationalization in the 19th and 20th century sugar sector on the landscape, we seek in this dissertation to demonstrate how the Duque de Aumale mill was a fundamental part in the process of transforming the agrarian landscape in the region of Pirabeiraba, north of Joinville-SC. The choice of the Duque de Aumale mill is justified by its pioneering spirit in the northern region of the province of Santa Catarina, being in the second half of the 19th century the main sugar complex in the province. Agreeing with the perspective of the landscape as a place of the inhabitant, proposed by the geographer Jean Marc-Besse, we seek to discuss the implications between human beings and the environment that permeate the process of transformation caused by the sugar production in the landscape from the second half of the 19th century until the 20s of the 20th century with the installation of a large-scale sugar mill. To this end, the methodology used is based on qualitative research and discourse analysis. Our main focus in the documental survey process focused on the research in the collection of the Historical Archive of Joinville related to the Pirabeiraba Domain, Dona Francisca Domain, in the newspaper Gazeta de Joinville (1877) as well as in the reports of the presidents of the province of Santa Catarina and the ministry of agriculture. Throughout the research, we were able to observe the economic role of sugar production in the northern region of Santa Catarina, having understood its relationship with the regional colonization process and how the Duque de Aumale mill was inserted in the technological and scientific modernization, having served as a symbol of modernization and civilization in the 19th century, in parallel, we were able to visualize the process of erasure of the rural in front of the urban and the industry of the 20th century reflected in the heritage policies of the municipality.

Keywords: scientific agriculture; sugar production; cultural landscape; cultural heritage.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. A CRISTALIZAÇÃO DO AÇÚCAR E DA CIÊNCIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX: O ENGENHO DA FAZENDA PIRABEIRABA E A RACIONALIZAÇÃO DA AGRICULTURA	18
2.1 INTRODUÇÃO	18
2.2 PESQUISAR E EDUCAR: APARATOS DO ESTADO IMPERIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA CIENTÍFICA	23
2.3 O ENGENHO DA FAZENDA PIRABEIRABA: ENGRENAGEM DA CIVILIZAÇÃO	34
2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
2.5 REFERÊNCIAS	38
3. O AÇÚCAR DO DUQUE E OS CAMINHOS E DESCAMINHOS DE UMA PAISAGEM AÇUCAREIRA: O ENGENHO DO DUQUE DE AUMALE NA REGIÃO DE JOINVILLE DE 1865 - 1920	42
3.1 INTRODUÇÃO	42
3.2 A QUESTÃO DA COLONIZAÇÃO	47
3.3 O DUQUE DE AUMALE E A FAZENDA PIRABEIRABA	54
3.4 A MODERNIZAÇÃO BATE À PORTA DO AÇÚCAR	59
3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
3.6 REFERÊNCIAS	75
4. A USINA TOMBADA: O PATRIMÔNIO EM RISCO E A USINA DO DUQUE DE AUMALE, JOINVILLE/SC	78
4.1 INTRODUÇÃO	78
4.2 PIRABEIRABA: O NÚCLEO AÇUCAREIRO DO NORDESTE CATARINENSE .	83
4.3 USINA TOMBADA: A PATRIMONIALIZAÇÃO DAS RUÍNAS DO AÇÚCAR	94
4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
4.5 REFERÊNCIAS	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS	110

1. INTRODUÇÃO

O plantio da cana-de-açúcar acompanha as civilizações desde a antiguidade asiática. Levou muito tempo até a chegada da planta em uma terra estranha e com características naturais propícias para o desenvolvimento dessa gramínea nas margens ocidentais do oceano Atlântico. Os povos ocidentais, localizados as margens do Mediterrâneo, deixaram relatos datados entre os séculos IV a.C e I d.C mencionando o mel da Índia extraído de caniços. Autores gregos e romanos como Estrabão, Archigenes e Dioscorides escreveram sobre os usos medicinais do produto *saccharum* extraído da *gramminea saccharífera* (SCHMALZ, 1989, p.70). No entanto, apesar do conhecimento relatado, o cultivo da cana e o processo para produzir o açúcar demorou a se fixar em pequenas regiões da Europa, chegando em regiões da Europa meridional apenas durante o século XI, nas bagagens muçulmanas que avançavam cada vez mais em territórios ocidentais. O tempo de estadia da cana em solo Europeu serviu de ponte para a planta alcançar o ponto extremo do globo terrestre, chegando em solo africano ocidental, em regiões como o arquipélago da Madeira, o arquipélago das Canárias e São Tomé e Príncipe, para, posteriormente, chegar ao continente americano (SCHWARTZ, 1988, p.23).

No Brasil, é possível afirmar que a cana é um dos elementos estrangeiros que marcou a paisagem e a história do povo que aqui se fez. A planta vinda de longe, na esteira do tempo, encontrou seu paraíso no nordeste agrário e de lá, em partes pela qualidade do solo, avançou pelas terras do Brasil (FREYRE, 2004, p.48), fundando a chamada “civilização do açúcar”, que reinou imperiosa até meados do século XVII. Durante esse período, sendo o açúcar o principal produto produzido e exportado (VIANA, 1981, p.30), será sob o ditame de suas regras e necessidades que a paisagem brasileira de algumas regiões se transformará, e consigo as pessoas que vivem nesta paisagem agrária mutável, visto que,, junto da cana de açúcar, vêm os animais de trabalho e consumo como o cavalo, a vaca, os porcos e as galinhas, do mesmo modo acompanha o português e as diversas populações africanas com suas respectivas culturas, que sendo agora habitantes vivem e agem sobre a paisagem brasileira por meio da nova fauna e flora que desembarcava no litoral.

Em 1822, o Brasil proclama sua independência política frente a Portugal, passando a designar-se império, não obstante podemos afirmar que havia nestas

terras, antes do dia 7 de setembro, um império ainda mais forte e duradouro: o império do açúcar brasileiro.

Durante século XIX, o país enfrentaria mais uma crise do açúcar brasileiro, crise esta que pode ser entendida como decorrente da qualidade inferior do produto brasileiro e pelo elevado custo de produção do açúcar (VIANA, 1981, p.33). A lavoura de cana da região Nordeste depositava sua fé no mercado internacional e amargava os baixos preços devido às transformações do mercado. Além disso, a produção açucareira no Brasil era acostumada com a contínua expansão da área cultivada, abusando dos recursos naturais e humanos - ambos eram levados ao limite (MEIRA, 2017, p.109). Para combater os problemas que levavam à crise do açúcar, agrônomos apresentaram-se por todo o império, inclusive viajando o mundo em busca de modelos. É o período de racionalização e o fortalecimento da agricultura científica. Para esses novos atores não mais poderia ser tolerado o uso inadequado dos recursos e do capital, ao menos estes deveriam ser compreendidos pela luz da ilustração, e não mais pela lente do passado (PÁDUA, 2004, p.250).

Tendo em vista que era necessário tornar o açúcar brasileiro competitivo novamente, e estimulados pelos quadros técnicos do recém criado Ministério dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, os vários congressos agrícolas e pareceres científicos do século XIX apontavam para a modernização dos engenhos, acrescentando maquinários eficientes às diversas etapas de produção do açúcar. Além disso, era urgente educar o homem agrário, pois a falta de conhecimento era considerada por esses novos atores motivo de atraso econômico (MEIRA, 2007, p.54). Ao analisar os relatórios do Ministério, criado em 1860, podemos identificar a preocupação do Governo imperial com a pesquisa e o desenvolvimento da produção agropastoril do país e, principalmente, com a educação do homem agrário.

Em 1875, são criados os engenhos centrais, uma das frentes de racionalização na produção do açúcar, uma postura de centralização e controle metódico do plantio, transporte e processamento da cana (VIANA, 1981, p.39).

É neste contexto que se daria o processo de reordenamento da região nordeste da província de Santa Catarina por meio da colonização imigrantista oriunda da política dos núcleos coloniais¹.

¹Os núcleos coloniais foram empreendimentos de ocupação direcionada, incentivados pelo Estado brasileiro, principalmente no período que compreende entre o século XIX e início do século XX. Em 1851, foi fundada a colônia Dona Francisca, mais um dos empreendimentos

Em 1843, François Ferdinand Phillipe, o Príncipe de Joinville, recebe em matrimônio a princesa imperial do Brasil, Francisca Caroline de Bragança, que traz consigo um dote, conforme estipulado pela lei nº 166 de 29 de setembro de 1840. Tendo respeitado o conteúdo da lei, após o acordado em contrato e a realização do matrimônio, tornavam-se, o príncipe e a princesa, proprietários de 25 léguas quadradas, de três mil braças de terras devolutas em qualquer parte da então Província de Santa Catarina. Ficou responsável pela demarcação das terras dotais, escolhidas pelo Vice-cônsul da França, Léonce Aubé, o então Conselheiro e Tenente Coronel da Engenharia Jerônimo Francisco Coelho, que iniciou sua expedição em 20 de dezembro de 1845 e finalizando-a em 13 de março de 1846. (FICKER, 2008, p.33) É importante ressaltar que, durante a expedição de demarcação das terras dotais, o tenente coronel Jerônimo Coelho destacou em seu relatório a existência de várias sesmarias estabelecidas na região, que incluíam o plantio de cana de açúcar em suas propriedades.

Já em 1848, o rei Louis Philippe, pai do príncipe, passando por dificuldades governamentais na França, acaba destronado e busca asilo na Inglaterra, vivendo sob teto tomado de empréstimo do genro Leopoldo da Bélgica. Em 1849, passando por dificuldades financeiras atípicas para famílias de nobreza real, o Príncipe de Joinville estabelece contrato com o senador hamburguense Christian Mathias Schroeder, no qual, além de uma série de direitos e deveres entre as partes no empreendimento de colonização, o príncipe lhe concede 8 léguas quadradas de terra a título de alienação perpétua, e ocupa acento como sócio da Sociedade Colonizadora de Hamburgo. O acordo abre o caminho para o plano de colonização e estímulo da ocupação da região nordeste da Província de Santa Catarina. (FICKER, 2008, p.41)

Em 22 de maio de 1850 chegam os primeiros membros do projeto colonizador, tendo por finalidade preparar a região que receberia, no primeiro semestre de 1851, a primeira onda de imigrantes (FICKER, 2008, p.59). Instalando-se ao longo do curso do rio Cachoeira e do rio Mathias, os colonos foram se inserindo na paisagem – inédita aos seus olhos – e ocupando o território. Com o passar do tempo e o nascimento de novas demandas internas e externas da colônia Dona Francisca, a necessidade de

coloniais germânicos da província de Santa Catarina. Segundo a historiadora Giralda Seyferth, em seu texto intitulado “Identidade étnica, assimilação e cidadania: A imigração alemã e o Estado brasileiro” (1993), a instalação de núcleos coloniais germânicos em Santa Catarina foi enfatizada durante o Império, visto que a população germânica era considerada propícia ao desenvolvimento de colônias de pequenos proprietários livres e civilizados.

adentrar ao interior da região depara-se com a Serra Dona Francisca. A fim de desbravar esta região, foi projetada uma estrada que deveria ligar o litoral ao planalto catarinense, seguindo na direção noroeste da então Colônia Dona Francisca. Em 15 de abril de 1859, o então diretor da colônia, Léonce Aubé, faz uma doação de 500 braças quadradas de terras ao Conselheiro Luiz Pedreira de Couto Ferraz que, segundo Schmalz (1989, p.1), “viera a mando do governo imperial, inspecionar as obras da estrada Dona Francisca”, e que acabaria por nomear a região de Pedreira, atualmente Distrito de Pirabeiraba.

No início da colônia, os imigrantes encontram um ambiente novo, com o qual não possuem intimidade, portanto, devem aprender o uso das terras e seus produtos. Além da mandioca, feijão, arroz, milho, batata e árvores frutíferas, logo o colono inicia na produção da cana de açúcar, como atesta o viajante Theodor Rodowicz Oswiecimsky em seu relatório sobre a colônia, escrito entre setembro de 1851 e junho de 1852, publicado em Hamburgo, em 1853². Como percebeu Rodowicz, a cana-de-açúcar era um produto estimado pelos colonizadores que, observando a planta ser cultivada na região pelos produtores brasileiros que aqui já se encontravam, nas sesmarias e arredores, consideraram esta uma cultura agrícola das mais rentáveis para acúmulo de capital.

Em 1855, a Sociedade Colonizadora de Hamburgo passou uma crise de considerável proporção, ocasionada pelos amplos investimentos realizados para efetivação da colônia Dona Francisca e pelo não cumprimento da subvenção governamental. Tal situação, levou o Príncipe de Joinville a comprar um maior número de ações da empresa que estavam em nome de seu procurador, Léonce Aubé, tornando-se então acionista majoritário do empreendimento, o que resulta não somente em sua estabilidade financeira, como também na indicação de seu amigo e procurador, Léonce Aubé, para diretor da Colônia Dona Francisca (FICKER, 2008, p. 163)

Por meio do acordo fraterno entre o príncipe e o duque, que parte das terras dotais se tornará propriedade do Duque d’Aumale, em 1855, e será nessas terras que, em 1865, iniciará o funcionamento do Engenho do Duque de Aumale, que na época de sua construção foi o mais caro investimento realizado nestas terras. Para a

²RODOWICZ – OSWIECIMSKY, Theodor. A colônia Dona Francisca no sul do Brasil (1853); tradução de Júlio Chella. Florianópolis: Editora da UFSC, FCC; Joinville: FCJ, 1992.

historiografia regional que busca escrever uma História de Joinville, os esforços agrícolas e, principalmente, os empreendimentos da Fazenda Pirabeiraba constituíram as bases do desenvolvimento industrial na região (FICKER, 2008, p. 214); (SCHMALZ, 1989, p.31).

Os principais destaques da região, em 1861, no *Domaine* Pirabeiraba, eram o plantio da cana-de-açúcar para produção da cachaça e do açúcar e a extração de madeira, visto que esta precedia a prática da agricultura. Além da capacidade produtiva do engenho, destacam-se os meios de transporte possibilitados pelo rio Cubatão, próximo das instalações, e através da utilização de locomotivas para o transporte interno das canas até a fábrica e do maquinário, que segundo Odete Schmalz (1989), contava com evaporadores a efeito múltiplo, processo a vácuos, filtros, entre outros equipamentos. Como unidade produtiva, o Engenho do Duque de Aumale foi um dos pioneiros da racionalização da produção açucareira na província de Santa Catarina, além disso, foi um complexo fundamental para viabilizar os projetos colonizadores do norte catarinense em seus anos iniciais. No final do século XIX e início do século XX, transformações no mercado açucareiro, aumentos do custo de produção relacionado aos impostos alfandegários e crises administrativas levaram à desaceleração da economia canavieira na região, culminando com o fechamento da Usina, em 1921, e a consequente venda de suas terras circundantes. Nos últimos 100 anos a região de Pirabeiraba diversificou suas bases econômicas, se afastando cada vez mais do período açucareiro, pois o fim da produção açucareira do Duque de Aumale e a respectiva venda das terras levou ao desmantelamento do sistema econômico, até então predominante na região de Pirabeiraba. As estruturas físicas da antiga Usina sofreram com a ação do tempo e do homem. Todavia, no ano de 2003, a Usina do Duque de Aumale ganha destaque, não como expoente de produção açucareira, mas como patrimônio municipal.

Durante o século XIX, as ciências humanas se acostumaram a visualizar separadamente natureza e cultura, assim, a paisagem que envolvia os homens foi percebida como um dado da natureza, anterior e autônoma em relação ao homem (SILVA, 1997). Na História, a natureza foi entendida como algo além do processo histórico humano, ela foi isolada do ser tanto quanto o ser foi isolado do meio, no entanto, consideramos que uma melhor compreensão de ambos os objetos demanda um olhar atento para as macro e micro relações estabelecidas entre eles. Como

conceito, a paisagem abre um espaço de discussão em várias áreas do conhecimento científico que se apropriam e o significam de diversas formas (RIBEIRO, 2007).

Para Cosgrove, segundo Ribeiro (2007, p.27), “as mudanças nas formas como os homens se organizam para produzir suas vidas materiais resultam e, ao mesmo tempo, influenciam as mudanças no relacionamento com seus ambientes físicos”. Jean-Marc Besse (2013, p.35) aproxima ainda mais o ser humano do ambiente natural, trazendo a perspectiva do cotidiano na paisagem. Convergindo com a perspectiva de Besse, busca-se aqui desvendar, pela análise das fontes primárias relacionadas com o Engenho do Duque Aumale, as relações de vivências humanas na paisagem agrária, buscando a compreensão das relações estabelecidas pelo ser humano com a terra, as técnicas produtivas, após a instalação de um engenho de grandes proporções para a província de Santa Catarina, e como isso transformou a percepção da paisagem rural e do trabalho ligado ao campo. Tendo em mente o contexto de transformação sofrido pelo setor açucareiro a nível internacional e nacional, buscamos compreender como a racionalização da produção açucareira, representada pelo Engenho do Duque de Aumale, marcou a paisagem agrária desta terra e de que maneira isso culmina em um objeto de patrimonialização.

A profunda relação existente entre o conceito de paisagem e meio ambiente, decorre do fato da paisagem ser sempre um recorte espacial impregnado pelos significados de um determinado tempo. Por isso as propostas de pesquisa e estudo das paisagens podem constituir uma das principais contribuições da ciência histórica para o debate do meio ambiente e de sua sustentabilidade. Quando propusemos a realização de uma pesquisa que busca a reflexão por meio da análise histórica da paisagem agrária, o fizemos imbuídos da perspectiva de contribuir não somente para o conhecimento imediato sobre o objeto, como também para o desenvolvimento da percepção atual do ser humano enquanto elemento partícipe da paisagem e do ambiente, e da necessidade de debater suas transformações.

Pretendemos com este estudo, contribuir para as análises sobre a agroindústria açucareira e seus impactos na paisagem agrária da região de Joinville entre 1865 e 2020. Buscamos assim, inserir a discussão regional da produção açucareira no contexto nacional de transformação e consolidação da agricultura científica. Para tanto, a metodologia utilizada tem como abordagem a pesquisa qualitativa, a bibliográfica e a documental. Utilizando como base as metodologias da História Agrária e as discussões do campo do patrimônio cultural, buscamos compreender a

originalidade de uma paisagem que pode ser evocada nas fontes históricas pelas marcas de espaços habitados e vividos, que conjugaram não somente aspectos culturais como também o impacto humano na natureza.

Portanto, as bases metodológicas deste projeto provêm da área do conhecimento histórico, pois, tendo a compreensão de que o Engenho do Duque de Aumale constitui parte da paisagem agrária da região de Joinville e que essa paisagem é resultado de constantes transformações relacionadas à ação humana, devemos construir sua trajetória histórica para compreender suas interações. Dessa maneira constitui fator fundamental ao estudo a identificação da relação dos fatores: meio ambiente natural, população e técnicas produtivas (LINHARES, 1997, p.246) para a compreensão da paisagem agrária. As fontes principais de nossa pesquisa incluem os relatórios anuais dos ministros da agricultura, os relatórios dos presidentes de província de Santa Catarina, os relatórios da direção da colônia Dona Francisca, os documentos internos do Domínio Pirabeiraba, os artigos jornalísticos do Gazeta de Joinville e o processo de patrimonialização da Usina.

Acerca da escolha das fontes primárias, priorizamos os relatórios produzidos por duas instâncias governamentais. Nesse sentido, entendemos que os relatórios dos ministros da agricultura constituem material fundamental para compreensão da mentalidade instituída na administração pública em relação à questão da produção agrária. Por meio deles podemos localizar e acompanhar o processo de transformação da agricultura tradicional brasileira para uma produção racionalizada. Os relatórios eram produzidos anualmente e apresentados à Assembleia Geral Legislativa com objetivo de detalhar as ações ministeriais no ano anterior e servir como forma de estabelecer publicamente quais os objetivos para o futuro. Os relatórios dos presidentes da província de Santa Catarina eram apresentados à Assembleia Legislativa Provincial como prestação de contas da administração do presidente de província e, enquanto conteúdo, apresentava uma exposição breve das diversas áreas da administração pública.

Em relação às fontes primárias mais voltadas para o âmbito da história local, os relatórios da direção da colônia Dona Francisca eram produzidos com o intuito de informar o desenvolvimento do empreendimento colonial aos acionistas da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, oferecendo não apenas dados da própria colônia como da região norte de Santa Catarina. Os arquivos internos do Domínio Pirabeiraba, disponíveis no Arquivo Municipal de Joinville, contam com uma ampla variedade de

documentos, desde cartas dos administradores do Domínio Pirabeiraba, inventários da Fazenda Pirabeiraba, relatórios internos do Engenho, notas fiscais e livros-caixa, o que constitui uma fonte inestimável para compreender o processo produtivo local e seus impactos econômicos. O Gazeta de Joinville foi o primeiro jornal editado em língua portuguesa da cidade de Joinville, fundado em 1877, tendo como proprietário o senhor Carl Lange e contava com colaboradores diversos da colônia para a escrita dos artigos. O processo de patrimonialização municipal das ruínas da Usina do Duque de Aumale é a fonte principal do terceiro artigo e nos oferece uma visão de como o objeto foi compreendido em seu valor patrimonial.

O presente trabalho foi dividido em três artigos temáticos, posto que o primeiro constitui uma reflexão histórica sobre a transformação ocorrida no Império com intuito de racionalizar a produção agrária e a conseqüente mudança da percepção sobre a paisagem agrária. Tendo como objeto o Engenho da Fazenda Pirabeiraba, este artigo objetiva demonstrar de que forma esse empreendimento açucareiro estava em sintonia com os ideais de modernização e civilização que permeavam a política administrativa do Império do Brasil. As principais fontes primárias desse artigo foram produzidas pela Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e pelo jornal Gazeta de Joinville, durante a segunda metade do século XIX. Por meio dos relatórios anuais da secretaria, identificamos os objetivos da administração nacional para o desenvolvimento, e com o jornal Gazeta de Joinville conseguimos analisar a postura de uma parcela da população frente aos anseios nacionais.

O segundo artigo buscou analisar historicamente o processo material de instalação, desenvolvimento e encerramento das atividades do Engenho da Fazenda Pirabeiraba. Realizando a contextualização da produção açucareira na segunda metade do século XIX no Império do Brasil, com destaque para as políticas econômicas e desenvolvimento técnico do setor, pretendemos compreender o local ocupado pelo Engenho da Fazenda Pirabeiraba nesse cenário nacional. As principais fontes primárias desse artigo foram os relatórios dos ministros da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, dos quais buscamos destacar as políticas nacionais referentes ao setor açucareiro. Além disso, dentro da esfera pública utilizaremos os relatórios de presidente de Província de Santa Catarina, principalmente ao que se refere aos impactos econômicos da produção provincial. Outras importantes fontes primárias desse artigo são os relatórios internos da

Fazenda Pirabeiraba contendo inventário, livro caixa, cartas dos administradores, que nos apresentam o funcionamento cotidiano do Engenho do Duque de Aumale e os relatórios dos diretores da Colônia Dona Francisca que, sendo o núcleo urbano mais próximo da fazenda, registra passagens referentes à produção e à população da região de Pirabeiraba.

O terceiro artigo constitui uma reflexão acerca do valor patrimonial das ruínas do Engenho do Duque de Aumale, as quais foram consideradas patrimônio municipal no de 2003. Buscamos discutir como uma unidade de produção açucareira, relevante na segunda metade do século XIX para a região, transformou-se em ruínas, e de que maneira estas foram consideradas patrimônio municipal em um contexto de urbanização da paisagem agrária de Joinville. A principal fonte primária do artigo será o processo de patrimonialização do Engenho, datado de 2003.

2. A CRISTALIZAÇÃO DO AÇÚCAR E DA CIÊNCIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX: O ENGENHO DA FAZENDA PIRABEIRABA E A RACIONALIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Resumo: Contando com a ideia do humano habitante da paisagem, proposta pelo geógrafo Jean Marc-Besse (2013), buscamos compreender como as mudanças do campo científico, no século XIX, fundamentaram a transformação da percepção de alguns grupos joinvilenses em relação ao trabalho e à produção rural vinculada ao Engenho da Fazenda Pirabeiraba com objetivos civilizatórios. Ao longo da pesquisa, conseguimos observar o papel simbólico ocupado pelo Engenho do Duque de Aumale no processo de colonização, sendo apresentado como uma engrenagem civilizacional em consonância com o desenvolvimento científico. As fontes primárias analisadas incluem os relatórios do Ministério da Agricultura, dos presidentes da Província de Santa Catarina, da Fazenda Pirabeiraba, além do periódico Gazeta de Joinville. A metodologia utilizada parte dos estudos da historiadora Maria Yedda Linhares (1997), do campo da história agrária, que defende um olhar para o passado que abarque as interações entre meio ambiente, população e técnicas produtivas.

Palavras-chave: paisagem açucareira; ciência; engenho da Fazenda Pirabeiraba.

2.1 INTRODUÇÃO

As capacidades de interagir de forma consciente com o meio e de elaborar planos de transformação dos elementos naturais concederam ao ser humano a possibilidade de marcar no tempo-espaço a sua passagem pelo planeta de maneira única, inatingível por qualquer outra espécie animal. Transportar rios, derrubar espécies vegetais e plantar outras em seu lugar, transportar animais para diversas partes do globo terrestre, alcançar e extrair os diversos minerais disponíveis são apenas algumas das ações produtivas que a espécie humana foi capaz de realizar em seu extenso processo de sobrevivência, e os impactos ficaram registrados na paisagem. A paisagem, segundo o geógrafo Jean Marc-Besse (2013, p.35), por causa da sua relação intrincada com o ser humano, é parte importante para a compreensão deste e vice-versa. Sendo assim, ela não pode somente ser compreendida como um espaço material ou como um elemento da criação humana; antes disso, é o lugar do habitar humano.

A paisagem é o local de vida do ser humano, o espaço de sua existência cotidiana. Mas, além disso, é necessário evidenciar que a percepção e a relação desse homem com a paisagem sofreram constantes transformações e, ao longo da história humana, muitas foram as percepções e os discursos sobre o espaço natural

habitado pelo homem. Entre os séculos XV e XVIII, as transformações no modo de produzir o conhecimento levaram ao desenvolvimento de maneiras de classificar o mundo, as quais possibilitaram o surgimento de uma nova sensibilidade humana para com o meio ambiente natural (THOMAS, 1988, p.18)³. Isto posto, consideramos que compreender a paisagem apenas como um recorte estático observado externamente pelo ser humano ou como um espaço em transformação que atua tal qual um determinante das experiências históricas não propicia o uso pleno do conceito de paisagem, que pode ser desenvolvido pela perspectiva do habitá-la. Tendo em vista esta perspectiva, é de suma importância ressaltar as especificidades de cada paisagem, relacionando seus aspectos naturais com os humanos, pois, como disse Gilberto Freyre a respeito do massapê em seu livro *Nordeste*, “não nos interessa aqui, senão indiretamente, a análise do massapê e das terras argilosas e gordas de húmus do Nordeste do Brasil. Nos interessa só o que essa terra excepcional representou para a civilização do Brasil” (FREYRE, 2004, p.49).

Logo, procuramos evidenciar o trajeto histórico dessas transformações na paisagem, que envolveram ciência, natureza e o ambiente cultural, social e econômico do Brasil durante o século XIX, e que levaram à implantação de um engenho moderno em uma área secundária da produção açucareira brasileira. Para além dos dados de produção, analisaremos o fato de o engenho da Fazenda Pirabeiraba, na região da atual Joinville, constituir um dos elementos de transformação da percepção da paisagem, um movimento de pensamento e produção material que levou de forma gradual ao desenvolvimento de uma nova estética paisagística, em que as chaminés e máquinas produziam não somente açúcar, mas o que foi considerado por parte dos atores da época, como a superação das antigas formas de produzir açúcar, herdadas do período colonial – tidas como ultrapassadas – e a vitória da agricultura racionalizada e do homem civilizado.

As mudanças técnico-científicas e as propostas de racionalização do uso dos bens naturais e das formas de produção e cultivo foram impulsionadas pelo movimento das luzes do século XVIII. Nesse sentido, o século XIX pode ser visto como um período de consolidação e conseqüente fortalecimento dos anseios

³O historiador Keith Thomas (1988) localiza o processo histórico de mudança da sensibilidade humana para com o meio ambiente entre os séculos XVI e XVIII, e considera como ponto de partida da transformação as novas formas de classificação do mundo. A relação homem e natureza não seria mais construída apenas pelos dogmas e mitos antigos, mas pelas novas formas de conhecer a natureza, vinculadas ao racionalismo científico.

epistemológicos levantados como bandeira pelos iluministas no século anterior, um renascer do conhecimento propiciado pela luz da razão científica. O limiar do século XIX trouxe em seu bojo expressivas mudanças ligadas aos principais progressos técnicos, que envolveram ou não a agricultura. Ou seja, valorava-se cada vez mais o uso das ciências puras e da metodologia científica nos experimentos, em detrimento dos métodos empíricos (HOBSBAWM, 1986, p.161).

O anseio iluminista de uma realidade racional e científica traduziu-se em meados do século XVIII em diante, em um movimento de catalogação do conhecimento e desenvolvimento de metodologias rígidas para o estudo dos objetos, inspirando na intelectualidade do período a ideia de que todo o conhecimento humano era possível de ser reescrito pelo método científico. A ideia de revisar o conhecimento humano até então produzido caminhava em conjunto com a busca pelo desenvolvimento de novos saberes, tendo como fim explícito o constante melhoramento da vida humana. Esses eventos e anseios ocorreram, em grande medida, em solo europeu, atingindo diversos setores sociais, provocando a mudança de concepção das universidades, transformando a forma de pensar a política e seu exercício, alterando o modo de pensar e produzir os bens manufaturados – fato que contribuiu com as revoluções industriais dos séculos XVIII e XIX – e a escala e as práticas da produção agropastoril (BERGERON, 1972, p.15).

Em meados do século XVIII, os fisiocratas – escritores de diversas áreas do conhecimento que defendiam a primazia do trabalho agrário como gerador das riquezas nacionais, sendo os franceses François Quesnay e Victor Riqueti uns dos principais autores – começaram a discutir a situação econômica dos países modernos e de que maneira as transformações dos modos de produção agropastoril eram necessárias para o desenvolvimento econômico e social da nação (BERGERON, 1972). A perspectiva fisiocrata não serviu apenas para a transformação da forma como o ser humano compreendia a paisagem natural, ao mesmo tempo, ela abriu espaço para a transformação tardia da maneira como o ser humano realizava o trabalho produtivo no espaço rural (PÁDUA, 2002, p.32).

No Brasil, o pensamento fisiocrata teve recepção por alguns membros da intelectualidade já no século XVIII, sendo um deles o magistrado de Juiz de Fora, José

Gregório de Moraes Navarro⁴. O autor publicou, em 1799, a obra *Discurso sobre o melhoramento da economia rústica no Brasil*, na qual aponta os problemas da mentalidade do brasileiro em relação à natureza e ao modo de produção agropastoril. No trecho a seguir, ele assume a voz daqueles a quem critica para demonstrar como pensam e agem no trato das riquezas da terra:

Dirão que esta conduta dos homens no Brasil he muito útil, e proveitosa; porque aliás não se poderia, tirar nenhum proveito daquelles immensos bosques, habitação occulta dos bichos, e das feras, não se conheceria a grande variedade das arvores e das hervas, nem o seu prestimo e virtude, não se descobrirão os ricos thesouros que a terra occulta no seu seio, não se civilizarião as Nações, barbaras que alli nascerão, não se augmentaria o commercio interior e exterior daquelles vastos domínios; dirão finalmente que segundo o nosso mesmo principio, sendo a terra sempre capaz da mesma produção, não importa que os homens, por algum tempo, a esterelizem; porque quando elles não tiverem já novos terrenos que voluntariamente lhes offereção as suas naturaes producções, depois de povoarem toda a terra, depois de extinguirem a raça dos animaes ferozes, e dos bichos venenosos depois de civilizarem os povos criados entre as feras, elles se valerão então daquelles meios que a necessidade, e industria mostrar serem os mais convenientes para resuscitar na terra a sua antiga fertilidade; mas nós lhes responderemos, que seguindo hum meio termo, elles podem conseguir todas estas vantagens sem se privarem de outras muitas, que por sua culpa vão perdendo, e que os seus descendentes não poderão; inda que queirão, reparar (NAVARRO, 1799, p.13).

Em suma, Navarro (1799) deixa claro o comportamento inadequado, segundo ele, dos lavradores brasileiros que exploram as riquezas naturais da terra, derrubando bosques e matas, fazendo uso máximo da terra para plantio e depois abandonando-a ao primeiro sinal de infertilidade, sem desenvolver ferramentas nem métodos que possibilitariam manter o constante nível de fertilidade e, portanto, de produção. Para o autor, quatro medidas deveriam ser implantadas nas terras do reino: a utilização do arado de ferro, o uso de novas fornalhas que poderiam ser abastecidas pelos bagaços da cana-de-açúcar, a manutenção e o uso planejado de bosques e matas próximos às vilas e a importação de animais de outras regiões com boa possibilidade de renda, como carneiros e ovelhas.

⁴José Gregório de Moraes Navarro, nascido em 1757 na Capitania de Minas Gerais e falecido em 1812, formou-se em Direito na Universidade de Coimbra em 1783 e exerceu durante toda a vida o ofício de magistrado. Em 1799 publicou em Portugal o livro intitulado *Discurso sobre o melhoramento da economia rústica no Brasil*, dedicado ao então príncipe regente e futuro rei Dom João VI.

Como podemos constatar, o autor não se dedicou apenas a falar em nome dos homens de sua época, visto que ao longo do texto reitera que as consequências afetariam as gerações futuras e que, assim, o príncipe deveria se precaver contra o enfraquecimento da principal fonte de riquezas da nação, evitando, conseqüentemente, o declínio de seu reino. No entanto, em função das mudanças políticas constantes e sobretudo dos esforços dos que se beneficiavam do sistema econômico e produtivo vigente, a influência do iluminismo em solo brasileiro encontrou dificuldade para se desenvolver (PÁDUA, 2002, p.36). Apesar disso, como destaca o historiador José Augusto Pádua (2002), o pequeno impacto em seu tempo não anula o papel dessas ideias no tempo futuro, e autores como Navarro podem ser considerados precursores de movimentos que contribuíram para a transformação da agricultura brasileira no século XIX.

No caso do açúcar brasileiro, o século XIX foi marcado por sucessivos altos e baixos, sendo a estrutura produtiva arcaica e altamente dependente da mão de obra escrava o principal problema enfrentado pelos produtores.

No início do século XIX, com as ondas da revolução francesa chegando às colônias caribenhas, a produção açucareira francesa viu-se largamente afetada, o que era motivo de alegria aos produtores e exportadores brasileiros, que tinham no açúcar caribenho um dos seus maiores concorrentes. Além disso, a independência das colônias inglesas na América do Norte e a expansão industrial da Europa fizeram aumentar o mercado consumidor de açúcar. Em solo brasileiro, a instalação da família real no Brasil e a conseqüente abertura dos portos facilitaram o comércio açucareiro de exportação, que não dependia mais do controle da metrópole. Porém, a partir de 1850, com as sucessivas leis que restringiam a economia escravista no Brasil, a recuperação da produtividade caribenha, o desenvolvimento tecnológico da produção internacional, o açúcar extraído da beterraba⁵ e com a crise econômica de superprodução de 1873, os produtores brasileiros de açúcar amargaram uma grave recessão que assombraria toda a metade do século XIX (MELO, 2009, p.10).

Foi nesse contexto de crise que o Estado brasileiro, os técnicos e os chamados agricultores progressistas, por meio de instituições de administração e pesquisa e

⁵Apesar de o custo de produção do açúcar de beterraba ser maior do que o de cana, ele contava com a proteção e os subsídios dos governos europeus. Nos anos de 1840, os produtos do açúcar ainda detinham 90% do mercado mundial e, em princípios do século XIX, estavam reduzidos a apenas 50%. Tal movimento foi acompanhado pelo declínio dos preços naquele mercado (LINHARES, 1990, p. 152-153).

políticas que buscavam minimizar o *gap* técnico-científico, fomentaram a modernização tecnológica para a produção açucareira e outros setores agropastoris. Na região norte da província de Santa Catarina, um dos principais elementos resultantes dessa política foi o engenho da Fazenda Pirabeiraba.

Por meio da metodologia qualitativa e da análise das fontes primárias, buscamos identificar a relação entre o meio ambiente, a população e as técnicas produtivas (LINHARES, 1997, p.246) a fim de compreender como as transformações de pensamento do século XIX marcaram a paisagem rural da região de Joinville. Utilizamos como fontes principais os relatórios do Ministério da Agricultura, os relatórios dos presidentes de província, os relatórios internos da Fazenda Pirabeiraba e os artigos do jornal *Gazeta de Joinville*.

Assim, este artigo pretende analisar como o crescente valor do pensamento científico no Brasil, a partir do século XIX, contribuiu para a transformação da paisagem agrária e refletir como os habitantes da região de Joinville se relacionaram com essas transformações mediante o sistema produtivo açucareiro.

2.2 PESQUISAR E EDUCAR: APARATOS DO ESTADO IMPERIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA CIENTÍFICA

O século XIX herdaria parte expressiva das discussões e ideias travadas e debatidas nas décadas anteriores. O período monárquico no Brasil teria como algumas das suas principais bases econômicas a agricultura e a continuidade da exploração dos recursos naturais. Ou seja, ao depender do valor de sua produção agrícola e da exportação das suas riquezas naturais, suas políticas de fomento pautaram-se no planejamento dessa importante atividade (VIANA, 1981, p.2). Como produto desse momento histórico pós-independência, foi criada em 1860 a Secretaria dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas⁶, responsável pelos:

Negócios relativos a iluminação pública da Corte, telégrafos, o serviço da extinção dos incêndios e as companhias de bombeiros, [...] os assuntos relativos ao comércio, à indústria e à agricultura, e também os seus meios de fomento, desenvolvimento e ensino, introdução e

⁶Criada pelo decreto nº1067 de 28 de julho de 1860, a Secretaria dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas ficava sob o encargo de um ministro de Estado. O termo secretaria foi utilizado durante a maior parte do século XIX e início do XX, no Brasil, sendo o termo análogo ao ministério.

aclimação de espécies, os jardins botânicos e passeios públicos, os institutos agrícolas, assim como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e quaisquer outras que se propusessem aos mesmos fins, os assuntos relativos à mineração, a autorização para incorporação de companhias ou sociedades relativas aos ramos de indústria, a concessão de patentes e prêmios pela introdução de indústria estrangeira, os negócios concernentes ao registro de terras, a colonização, a catequese e civilização dos índios, as missões e aldeamentos, as obras públicas gerais no município da Corte e nas províncias e as repartições encarregadas de sua execução e inspeção, as estradas de ferro, de rodagem e quaisquer outras, bem como as companhias ou empresas encarregadas de sua construção, conservação e custeio, a navegação fluvial, os paquetes e os correios terrestres e marítimos (GLABER, 2012, p.10).

O Ministério dos Negócios da Agricultura e Obras Públicas desempenhou papel fundamental no estudo e planejamento do desenvolvimento econômico do recém-criado país em diversas áreas, o que fica evidente pela quantidade de suas atribuições. Segundo Louise Gabler (2012, p.12), as transformações tecnológicas que afetavam os sistemas de produção agrícola internacional moldaram um novo cenário ao qual o Brasil independente deveria se adequar o quanto antes para se manter no mercado externo, o que demandava a modernização dos modos de produção, transporte e comunicação. Outro motivo importante para criação do Ministério da Agricultura foi a necessidade de especializar os funcionários das pastas administrativas, pois antes essas apresentavam ainda mais funções heterogêneas, o que dificultava a formulação de um quadro técnico de funcionários.

Todos os anos, desde sua fundação, os ministros apresentavam para a Assembleia Geral Legislativa seus relatórios, apresentando as ações e destacando possibilidades para os setores no seguinte. Os relatórios tratavam de vários setores econômicos presentes no império. Não obstante, nesta pesquisa, dedicamo-nos aos capítulos relacionados às atividades agrárias, ressaltando os incentivos para a pesquisa e a modernização das técnicas produtivas que vieram por influenciar a implantação do engenho da Fazenda Pirabeiraba.

Faz-se importante salientar que, ao analisar os relatórios do Ministério da Agricultura, o que nos é apresentado de forma geral, nas cinco décadas posteriores ao ano de criação da instituição, foi o fato de o setor agrícola sofrer crise constante no século XIX. Esse cenário de crise foi marcado principalmente pelo desenvolvimento de tecnologias em outros países, o que aumentou a produção e a qualidade dos produtos, reduzindo a participação das mercadorias brasileiras no mercado

internacional (VIANA, 1981, p.4). Para combater e tentar reverter essa problemática, o ministério assumiu o protagonismo, coordenando as políticas que buscavam fomentar os novos padrões técnico-científicos e o reconstruir das paisagens rurais nas diversas províncias do império (GABLER, 2012, p.25).

Nos relatórios sobre atividades agropastoris, identificamos três eixos condutores da atividade ministerial que aparecem de forma constante, entre 1860 e meados da década de 20 do século XX. O primeiro eixo é o da pesquisa, seguido da educação e, por fim, dos subsídios financeiros. A circulação de ideias e tecnologias oriundas dos rivais brasileiros no mercado externo, a necessidade premente de contornar o *gap* tecnológico, que causava fortes prejuízos na balança comercial, e a vinculação do progresso do setor açucareiro à alteração das formas de produção e cultivo existentes impulsionaram esses três eixos propostos pelo ministério, mas deve-se considerar que a ordem de importância dada à pesquisa, à educação e aos subsídios financeiros não era a mesma⁷. O investimento em pesquisa fica evidente na agricultura e na pecuária, com o incentivo de troca de conhecimentos e materiais com outras nações. Por outro lado, o cenário provocado pela grande depressão, de 1870 a 1890, faria o Brasil adotar passos semelhantes aos da Europa. Assim, a ação do Estado seria intensificada no último quartel do século XIX. O estímulo variou entre o protecionismo, o cooperativismo e os diversos incentivos à modernização agrícola (MENDONÇA, 1990, p.3).

A postura do ministério teve apoio de algumas administrações de presidentes da Província de Santa Catarina, que demonstravam concordar, em alguns relatórios provinciais, com a necessidade de ilustrar o lavrador, além de pedirem auxílios, que iam desde manuais agrícolas até sementes e mudas para melhoramento genético. Em 1860, o então ministro, Manuel Felizardo de Sousa e Melo, lamentava a crise produtiva que afetava o império: “Desgraçadamente a nossa principal indústria continua a sofrer, como por vezes vos tem sido descripto nos relatórios do ministério do Imperio” (BRASIL, 1860, p.7). Posteriormente, como demonstração das medidas realizadas pelo ministério com a finalidade de remediar a desafortunada situação, Melo ressaltava as relações de intercâmbio de plantas e conhecimentos:

No periodo decorrido depois da vossa última reunião forão distribuidas por todo o Imperio as obras sobre agricultura, offerecidas para tal fim

⁷Ver, por exemplo, Brasil (1874a; 1875a).

pela Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, os relatorios do governador da ilha de Cuba sobre os estragos causados na canna de assucar pela lagarta denominada Bover e sobre o remedio, que convém applicar-lhe; e do commissario de patentes dos Estados Unidos sobre a industria agricola. Continuou tambem a fazer-se a distribuição de mudas de café e de canna de assucar, vindas das ilhas Mauricias, e da Reunião, pelos lavradores das provincias de Santa Catharina, S. Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Parahyba e Ceará, que as solicitarão (BRASIL, 1860, p.9).

Além do intercâmbio de gêneros vegetais e de conhecimentos científicos sobre métodos de plantio e controle de pragas, ocorreu o incentivo à importação de animais exóticos, nos quais seriam realizados testes a fim de verificar a adaptabilidade das espécies aos diferentes territórios do império. Nessa categoria, o mais inusitado é o estudo para a criação de um rebanho de camelos na província do Ceará:

A tentativa de acclimação de camelos não tem tido feliz êxito. Dos quatorze que forão remetidos para a província do Ceará, escolhida como a mais própria para este fim pela semelhança do seu solo e do seu clima com o dos lugares, de onde são oriundos aqueles uteis animaes, restão semente dez [...]. Acredito que, na falta de conhecimentos praticos do trato destes animaes, deve-se procurar as causas do mau êxito da tentativa; o que convirá estudar bem para que não se condemne *in limine* uma empresa, cujas as vantagens são de primeira intuição (BRASIL, 1860, p.10).

Em 1862, o ainda ministro Manoel Felizardo de Sousa e Melo reforçava a importância do melhoramento genético dos rebanhos bovinos do Império: “O gado vacuum, indispensavel auxiliar do lavrador, e que constitui parte tão importante de nossa alimentação, perderá sucessivamente suas qualidades alimentícias e forças de trabalho se não lhe applicar o systema de cruzamentos e intelligente cuidado de seu trato” (BRASIL, 1862, p.5). E citou como exemplo os países da América do Sul, no desenvolvimento de rebanhos de animais lanosos:

O lanígero que tambem pode contribuir para o sustento do homem e pela lã para o seu vestuário, não deve merecer menor atenção. Os nossos vizinhos do sul têm por este lado desenvolvido um ramo muito valioso de indústria pela introducção da raça dos merinos, que julgo se aclimataria entre nós com facilidade (BRASIL, 1862, p.5).

Em 1875, o então ministro, José Fernandes da Costa Pereira Júnior, elaborou uma lista para compor seu relatório anual, elencando as sementes e mudas que foram

importadas e distribuídas entre as províncias, sendo algumas plantas já conhecidas do solo nacional e outras exóticas. Entre as plantas que compunham a lista estavam videiras, oliveiras, cevada, fumo, eucalipto etc. No mesmo relatório, Pereira Júnior ressaltou o estabelecimento de parceria entre o governo brasileiro e a Associação Nacional de Agricultura do Chile e a Sociedade de Aclimação e Agricultura da Itália (BRASIL, 1875b, p.21).

Por sua vez, o segundo eixo das ações desenvolvidas pelas diversas administrações ministeriais foi o papel da educação do homem do campo. Como já mencionava Navarro, em 1799, compreendia-se o problema da agricultura como o conjunto inadequado de hábitos do lavrador brasileiro, que, não possuindo o conhecimento e acostumado com métodos de pouco preparo e de simplórios resultados, atrasava o desenvolvimento da nação. Sendo assim, a consciência de que o mundo demandava uma nova forma de explorar os elementos da natureza e com eles produzir, colocou nos ombros de sucessivos ministros o dever de não somente fomentar a pesquisa, mas de fazer o possível para divulgar o conhecimento científico pelas províncias do império. Essa situação fica evidente na fala de sucessivos ministros, ao longo da segunda metade do século XIX (GABLER, 2012, p.13), sendo o ministro Sousa e Melo (BRASIL, 1860) apenas um dos mais eloquentes:

Julgo entretanto de meu dever insistir na necessidade de se providenciar sobre medidas tendentes a ilustrar o nosso lavrador, por meio de um systema geral de instrucção theorica e pratica; e a habilita-lo assim para auferir maiores vantagens de seu trabalho e capitaes e para empregar os processos, instrumentos e machinas agricolas de que a lavoura dos paizes mais avançados tem tirado tão grandes resultados. Felizmente não faltao ainda os elementos precisos para o seu aumento e prosperidade: o que falta é a instrucção profissional, é um systema mais aperfeiçoado de cultura, accomodado as circumstâncias de nosso solo e de nosso clima (BRASIL, 1860, p.8).

Sonia Regina de Mendonça (1998) aclara que a agronomia, durante o século XIX, se afastou da sua origem, iniciada no século anterior como “um passatempo ou vocação de amadores”, para aproximar-se cada vez mais da ciência institucionalizada, “fosse para assegurar a sobrevivência de uma exploração custosa, fosse para propagandear racionalmente seus pressupostos” (MENDONÇA, 1998, p.20). Da mesma forma, Boaventura de Sousa Santos (2007) chama a atenção para o processo histórico de consolidação da ciência como único “conhecimento válido e rigoroso”, negando a “pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico”

(SANTOS, 2007, p.86). De modo geral, a criação do Ministério da Agricultura consolidou essa distinção entre ciência e saberes tradicionais no Brasil, caracterizando os conhecimentos transmitidos pelas gerações como práticas rotineiras e atrasadas, que deveriam ser rapidamente superadas.

Em busca do fortalecimento da institucionalização das ciências agrônômicas e funcionando como uma instituição guarda-chuva, o Ministério dos Negócios da Agricultura e Obras Públicas fomentou nas províncias a formação dos institutos agrícolas, cujos objetivos eram incentivar a realização de experiências práticas nos diversos climas e solos do país e propiciar o desenvolvimento de uma classe de homens ilustrados nos assuntos da ciência agrícola capazes de elaborar experiências e relatar os resultados, visando dar explicações teóricas que possibilitariam o desenvolvimento do setor econômico (BRASIL, 1860, p.11). Nas palavras do ministro Manoel Felizardo de Sousa e Melo, ficava assim definida a função dos institutos:

Estabelecidos com o fim de animar, facilitar e dirigir os progressos e desenvolvimento de nossa agricultura, os institutos têm a cumprir uma missão muito elevada e são destinados a realizar entre nós os mesmos benefícios que em França os comícios agrícolas têm produzido em menos de meio século (BRASIL, 1860, p.11).

Embora o ministério contasse com poucos recursos e a criação de institutos de pesquisa tenha sido menor que a almejada, entre 1859 e 1860 foram criados quatro institutos agrícolas: o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, o Imperial Instituto Sergipano de Agricultura, o Imperial Instituto Pernambucano de Agricultura e o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (BRASIL, 1860, p.11). Além das revistas científicas publicadas pelos institutos, esses eram responsáveis pela formação de escolas agrícolas capazes de ensinar o lavrador brasileiro, o que passou a significar, na visão dos técnicos, o trato correto da terra e suas riquezas. Tendo esse vínculo com a educação do homem rural, os institutos foram importantes centros de formação da *intelligentsia* agrícola brasileira nas décadas seguintes, possibilitando ao Brasil começar a estruturar as peças principais daquilo que acreditavam ser o futuro da agricultura planejada pelos parâmetros da ciência. O conjunto das escolas, dos institutos e das estações agrônômicas, com o apoio central do ministério, desenvolveu um ambiente cada vez mais propício para a realização de congressos agrícolas e exposições agropastoris, que deveriam irradiar a luz da razão científica pelos quatro cantos da nação.

É muito provável que essas discussões reflitam o próprio processo de afirmação dos técnicos agrícolas. Percebe-se, nesse momento, um esforço voltado para fomentar a educação agrícola prática ou superior com a criação de escolas, institutos agrícolas e estações agrônômicas. Nesse sentido, o objetivo era criar centros disseminadores dos princípios da modernização agrícola, que englobaram, igualmente, a organização de congressos agrícolas, exposição de máquinas, manuais e revistas de agricultura. A impressão forte e a atração pelos avanços alcançados por outros países gerariam a reboque os discursos que criticavam a rotina dos sistemas de cultivo em voga no Brasil (MEIRA, 2017, p.110).

O terceiro eixo encontrado nos relatórios são os subsídios financeiros para os setores da economia agropastoril, sobretudo aqueles voltados ao desenvolvimento da produção agrícola para a aquisição de máquinas e reabilitação do solo. Os subsídios eram compreendidos como algo essencial para o avanço da economia brasileira, especialmente em relação ao desejo de aniquilar o atraso tecnológico do país, visto que o setor enfrentava uma crise geral de, no mínimo, um século. Ademais, a não existência de indústrias de máquinas para o beneficiamento e o desenvolvimento da qualidade do produto dificultava a aquisição de equipamentos mais modernos pelos produtores rurais. Os sucessivos ministros da Agricultura buscaram atender, em parte, às demandas da “grande lavoura”⁸. Esses homens defendiam arduamente que a vocação agrícola do Brasil e o seu impacto na balança comercial do país exigiam que o Estado fosse o principal responsável em investir na modernização da lavoura e nos processos industriais para beneficiamento do produto agropastoril.

A forte intensidade emotiva com que foram vivenciados os problemas da grande lavoura e as relações nem sempre harmônicas entre o Estado, os técnicos do Ministério da Agricultura e os grandes produtores rurais foram largamente debatidas, desde a década de 60 do século XIX, na imprensa (CANABRAVA, 2004, p.126). Além disso, releva notar que nem sempre o auxílio proveniente das políticas estatais ocorreu na mesma proporção dos discursos feitos pelo ministério. Em 1879, o então ministro Manuel Buarque de Macedo apelava para que o Senado deliberasse de forma rápida sobre a criação do crédito real:

A fundação do crédito real, em escala correspondente as necessidades da lavoura parece-me um remédio indispensável a sua

⁸Para o conceito de “grande lavoura”, ver: Canabrava (2004).

penosa situação. Não sendo o único a que tem direito a principal fonte de nossa riqueza é para mim fóra de duvida que mais efficazmente do que qualquer outro, concorrerá para rehabilita-la, porque além de a desobrigar de um regime de juros verdadeiramente intolerável, lhe proporcionar os meios de desenvolver a cultura e aperfeiçoar o produto pela aquisição de machinas e de instrumentos e pelo melhoramento do solo (BRASIL, 1879, p.39).

No caso do setor açucareiro, desde 1860, o ministério dedicou-se ao desenvolvimento de pesquisas, fosse na luta contra pragas, fosse no melhoramento genético das lavouras. Destacamos ainda o papel do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura que, durante as décadas de 70 e 80 do século XIX, acabou por priorizar o estudo da cana-de-açúcar, publicando com regularidade artigos científicos sobre o tema e formando uma vasta coleção com diversas espécies de cana (BEDIAGA, 2011, p.169). Apesar do desenvolvimento do conhecimento e do aumento de incentivos financeiros à lavoura canavieira e a seus engenhos de açúcar, nos anos de 1860, a crise perdurou ao longo das próximas décadas. Nas palavras do ministro José Fernandes da Costa Pereira Júnior, em seu relatório de 1874:

Soffrem sobretudo as provincias cuja principal cultura consiste no assucar e no algodão, por motivo de prejudicial concurrencia que esses productos encontram nos similares da indústriá estrangeira. O assucar, especialmente, tem no que é extrahido da beterraba, por meio de processos aperfeçoados que conseguiram augmentar a quantidade do producto e a melhorar-lhe a qualidade, concorrência que não póde deixar de ser-lhe nociva, máxime intervindo a acção de tarifas protectoras; e isto quando além dos obices que tem de superar o produtor brasileiro em referencia à falta de braços e às difficuldades de transporte se reune a incuria na fabricaçãõ do genero de sua lavra (BRASIL, 1874b, p.10).

A crise causada, segundo o ministério, pelo atraso do sistema de produção, que produzia pouco por espaço plantado e com péssima qualidade, retirando a competitividade do produto no mercado internacional do açúcar, gerou medidas como as apresentadas pelo então ministro José Fernandes da Costa Pereira Júnior para a criação dos engenhos centrais:

Com relação a industria assucareira, especialmente aconselha a experiencia o emprego de uma medida cuja efficacia se tem já manifestado em outros paizes. Refiro-me a creação dos engenhos centraes, com que separando-se o trabalho do plantio da canna do que constitue propriamente o fabrico do assucar, ao mesmo tempo que se da aos pequenos lavradores meios de fazerem vantajosa

appplicação de suas forças contribue-se para que a produção se effectue em larga escala e com a desejável perfeição (BRASIL, 1874b, p.12).

O plano dos engenhos centrais foi posto em prática no ano seguinte com a votação de resolução convertida na Lei n.º 2.687, de 6 de novembro de 1875, “em cujo artigo 2º se autoriza o Governo Imperial a garantir juros de 7% ao anno, até o capital realizado de 30.000:000\$000 às companhias que se propuserem estabelecer engenhos centraes em que sejam empregados aparelhos e processos modernos dos mais aperfeiçoados” (BRASIL, 1876, p.27). Tendo sido criada a lei dos engenhos centrais, já no período da gestão do ministro Tomás José Coelho de Almeida, a separação entre a lavoura e a parte fabril do engenho transformou-se na concepção predominante da linha de frente no combate ao enfraquecimento do setor açucareiro por mais de uma década.

Observando os três eixos que guiaram as propostas do ministério, podemos realizar uma análise aprimorada de como essas medidas afetaram a economia açucareira do Brasil, durante o século XIX. No decorrer da maior parte do período colonial, o açúcar havia atuado como o principal produto de exportação brasileira e toda uma sociedade havia se estruturado com base nas necessidades do setor. Mesmo enfrentando a crise da concorrência das Antilhas, nos séculos XVII e XVIII, o açúcar brasileiro e sua sociedade continuaram expandindo-se, logo o valor gerado de forma ininterrupta no setor açucareiro superou o montante gerado nos ciclos do ouro e do diamante, entre 1700 e 1760 (EISENBERG, 1977, p. 30). Na década de 1830, o café ultrapassou o açúcar em relação ao volume de exportação, no entanto o volume de exportação de açúcar chegou a 500% acima do ápice da produção no período colonial, mantendo-se ainda no grupo dos oito produtos mais exportados pelo Brasil no século XIX (VIANA, 1981, p.2). Ora, se a produção açucareira continuava a se expandir no Brasil, por que o fantasma da crise ainda assombrava o setor? Podemos compreender essa situação ao analisar o mercado internacional da primeira metade do século XIX.

A revolução industrial da Europa promoveu uma nova divisão internacional do trabalho e contribuiu para o aumento demográfico. Assim, o investimento de capital e mão de obra no processo de industrialização levou os países europeus a importarem alimentos. Nesse contexto, o setor açucareiro brasileiro contemplava o reavivamento da economia monocultora e exportadora, porém as esperanças do retorno dos tempos

áureos do controle do mercado externo pelo açúcar brasileiro duraram curto período de tempo, visto que esse aumento da demanda no mercado internacional beneficiou o Brasil somente até o fim da década de 1860, pois nesse ínterim as nações industrializadas reformaram o setor agroexportador de açúcar em suas colônias, modernizando a produção. Como exemplo, citamos a Guiana Francesa, as Ilhas Maurícias, Queensland e a produção egípcia, financiada em sua maioria pelos capitais inglês e francês (MEIRA, 2007, p.44). Aliado ao processo de reforma da produção açucareira nas colônias europeias, ocorreu o já mencionado desenvolvimento do açúcar de beterraba em solo europeu, proporcionando aos países industrializados uma fonte mais barata de açúcar, principalmente em relação ao transporte.

Em contrapartida, o Brasil perdia uma parcela considerável do mercado, haja vista que até a década de 1870 a Inglaterra era o principal consumidor do produto brasileiro. As esperanças brasileiras no mercado internacional do açúcar se voltaram para os Estados Unidos da América, que apresentavam um movimento, de industrialização e aumento demográfico semelhante ao europeu, o que, conseqüentemente, demandava aumento da importação de gêneros alimentícios. No fim da década de 1880, os Estados Unidos eram o maior consumidor do açúcar brasileiro, ocupando o lugar da Inglaterra (VIANA, 1981, p.4), no entanto não demorou para que o capital estadunidense, na década de 1890, fomentasse em seus territórios e em ilhas caribenhas próximas uma indústria açucareira aos moldes da reforma efetuada pelos países europeus, como ocorreu em Porto Rico, Havaí e Cuba (EISENBERG, 1977, p. 238).

Enquanto essas transformações se davam no mercado internacional, na década de 1860 a produção brasileira ainda estava alicerçada nas mesmas bases do período colonial: grandes latifúndios, mão de obra escrava e ferramentas arcaicas para a fabricação do açúcar. Isto posto, por mais que sua produção aumentasse, ela não era comparável ao volume de produção de outras regiões. Além disso, o custo do açúcar brasileiro, na segunda metade do século XIX, sofreu o impacto do custo de transporte dos portos brasileiros aos mercados consumidores, visto que muitos concorrentes do Hemisfério Norte possuíam a vantagem da proximidade dos grandes consumidores. Ademais, o constante aumento do valor da mão de obra escrava, em decorrência do fim legal do tráfico, em 1850, diminuiu a perspectiva de lucro do setor, impelindo os produtores a buscar soluções (EISENBERG, 1977, p.236-244). Gileno Dé Carlí (1942) defende que o aumento da produção açucareira no Brasil era

resultado do processo de ampliação das áreas de plantio, embora o rendimento baixasse cada vez mais em razão do esgotamento dessas terras.

Tendo em vista a situação internacional e interna vigente no setor açucareiro, em meados do século XIX, é possível compreender o contexto de criação do ministério em 1860 e vislumbrar o papel modernizador em seu discurso. Ao defender e procurar fomentar a pesquisa e o ensino do homem do campo, o órgão e seus técnicos buscavam subsídios para colocar em marcha uma política de modernização do setor açucareiro, em caráter emergencial, buscando parcerias com instituições estrangeiras para o melhoramento genético da cana-de-açúcar, a educação e formação de mão de obra de transição do sistema escravista para o livre, o desenvolvimento de técnicas produtivas e para o investimento estrangeiro na aquisição de máquinas.

Foi nesse contexto que surgiu o projeto dos engenhos centrais, que naquele momento era fruto da troca de experiências com outras regiões produtoras, incentivada pelo setor e intermediada pelo Estado. A ideia do engenho central estava pautada na separação entre lavoura e engenho, pois se acreditava que o senhor de engenho poderia dedicar seus investimentos à modernização do sistema produtivo do engenho, principalmente com a aquisição de máquinas que produziam mais e em qualidade superior, enquanto no entorno do engenho central os colonos cultivariam a cana-de-açúcar para suprir a grande demanda. Em suma, o pensamento vigente era de que o investimento na modernização do sistema fabril de moagem da cana e produção do açúcar aumentaria a demanda pela matéria-prima e, assim, a lavoura, que não precisava mais custear a parte fabril, teria capital suficiente para investir em tecnologias de melhoramento da planta e técnicas de cultivo mais avançadas (VIANA, 1981, p.10).

Apesar de o plano de engenhos centrais ser fruto de um intercâmbio entre Brasil e outras regiões produtoras, especialmente Cuba, no caso brasileiro ocorreram algumas diferenças, sobretudo quanto ao investimento de capital. Enquanto o setor açucareiro em Cuba teve no interesse do capital privado estrangeiro o motor propulsor da modernização, no Brasil as condições não se apresentavam tão atrativas para o setor privado estrangeiro, e o setor privado nacional teve atuação mais acanhada, no que se refere a correr os riscos financeiros inerentes ao processo de modernização da produção, principalmente em algumas regiões, como o Nordeste. Logo, a classe social dos senhores de engenho, apelando para a importância histórica, econômica e social do açúcar para o Brasil, procurou incentivar o governo imperial a participar de

forma ativa no processo de modernização, o que resultou, em parte, no papel do Ministério da Agricultura na aprovação da garantia de juros e de outras medidas que buscaram fomentar a implantação dos engenhos centrais (EISENBERG, 1977, p.239).

2.3 O ENGENHO DA FAZENDA PIRABEIRABA: ENGRENAGEM DA CIVILIZAÇÃO

O ano de 1851 marcou o início do desenvolvimento da Colônia Dona Francisca, empreendimento de caráter privado com a pretensão de atender aos anseios de investidores internacionais e de imigrantes em busca de terras e trabalho e, por fim, aos desejos de desenvolver a sociedade brasileira nos seus múltiplos aspectos. Destacamos a busca pelo melhoramento da mão de obra, percebida como alheia aos vícios da agricultura brasileira – como a dependência da mão de obra escrava e o pouco desenvolvimento de tecnologia. Isto é, os imigrantes europeus estariam mais aptos ao processo de modernização da produção agropastoril (FICKER, 2008, p.41).

Na região, já era perceptível o cultivo da cana-de-açúcar antes do empreendimento colonial, como mencionou Jerônimo Francisco Coelho⁹ em seu relatório de demarcação das terras dotais da princesa Dona Francisca, em 1846. Embora a região fosse considerada secundária na produção açucareira brasileira, ele relatou a existência de fazendas limítrofes que cultivavam cana-de-açúcar e que possuíam engenhos. Em 1851, com a chegada dos colonos e o início da experiência do cultivo em terra nova, o gosto pela cultura da cana-de-açúcar tornou-se algo comum entre os novos habitantes (FERREIRA, 2019, p.199).

Em 1855, foi firmado um acordo entre os irmãos Francisco de Orléans, príncipe de Joinville, e Henrique de Orléans, duque de Aumale, que reorganizou a divisão territorial das terras dotais recebidas pela princesa imperial Dona Francisca, como estabelecia a Constituição de 1824 (FICKER, 2008, p.163). Na época, o território estava dividido em duas regiões, sendo parte empreendimento colonial privado e parte propriedade privada do príncipe e da princesa de Joinville, e o acordo concedeu ao

⁹Jerônimo Francisco Coelho, nascido em 1806 na cidade de Laguna, na Província de Santa Catarina, filho de militar, exerceu durante a vida vários cargos da administração pública e política, tendo sido deputado na Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina, presidente de Província do Grão-Pará e do Rio Grande do Sul, também conselheiro imperial e tenente-coronel de engenharia do exército brasileiro. Em 22 de setembro de 1845, foi designado comandante da expedição de medição e demarcação das terras dotais da princesa Dona Francisca, tendo escrito um relatório sobre a expedição publicado em 1846, em conjunto com um mapa da região.

duque o domínio de terras na região de Pedreira, atual Pirabeiraba (FICKER, 2008, p.197).

A parte de terra concedida ficou conhecida como Domínio Pirabeiraba em razão do empenho de implantar na região uma instalação agrícola nomeada Fazenda Pirabeiraba. Alguns meses após o acordo, inaugurou-se na fazenda um engenho de cana, a propósito de produzir aguardente e açúcar. Esse seria o empreendimento agrícola mais importante das décadas de 60 e 70 do século XIX, na região norte da Província de Santa Catarina. A sua relevância econômica e social foi considerável tanto para a consolidação da Colônia Dona Francisca, como para o fortalecimento da economia provincial (FERREIRA, 2019, p.192). No entanto, no presente artigo evidenciamos como esse empreendimento rural foi significado regionalmente por parte dos habitantes da Colônia Dona Francisca, sobretudo pela perspectiva do jornal econômico *Gazeta de Joinville*¹⁰, e como esse significado pode ser compreendido em seu contexto nacional.

O engenho da Fazenda Pirabeiraba, principalmente a partir da década de 70 do século XIX, tornou-se o maior empreendimento econômico da região, fruto de um investimento inicial estimado em 120 contos de réis (SCHMALZ, 1989, p.81). Além disso, atraiu constantes investimentos em maquinários e mão de obra especializada para sua operação, visando a produção de açúcar de qualidade. No fim da década de 70 e início da década de 80 do século XIX, o engenho foi divulgado como o principal modelo de engenho central da Província de Santa Catarina, tendo até recusado a oferta de subsídio realizada pelo governo imperial (GAZETA DE JOINVILLE, 24 de novembro de 1880).

Em seu auge, durante as décadas de 70 e 80 do século XIX, o engenho foi assunto constante no jornal *Gazeta de Joinville*, o segundo jornal fundado na Colônia Dona Francisca. Em artigo publicado, no dia 27 de agosto de 1878, foi reconhecido o papel de grande fomento da economia desempenhado pela Fazenda Pirabeiraba, mesmo que com dificuldades pelos problemas da alfândega: “Sabemos de fonte limpa que forão introduzidos durante os doze últimos anos neste município para a Fazenda

¹⁰O jornal *Gazeta de Joinville* foi fundado em 1877 pelo imigrante germânico Carl Lange, sendo o primeiro jornal em língua portuguesa de Joinville. Os artigos jornalísticos não possuem assinatura dos autores, no entanto, segundo o historiador Carlos Ficker (2008, p.272), vários eram os colaboradores do redator Carl Lange, entre eles Étienne Douat, então diretor de Obras da Estrada Dona Francisca, Luiz Werner e o telegrafista Manoel da Costa Pereira.

Pirabeiraba 130 contos de reis de maquinas tanto para lavoura quanto para fabrico de assucar e de aguardente” (GAZETA DE JOINVILLE, 1878, p.1).

Em 1880, outro artigo foi escrito com grandes elogios ao empreendimento e a seus administradores, sendo atualizado com maior nível de detalhes os valores investidos, além da listagem do número de equipamentos modernos na produção da fazenda, no intuito de convencer os agricultores da região dos benefícios dos engenhos centrais:

Pretendemos somente em ligeiras palavras fazer comprehender ao nosso lavrador de canna duas cousas – a necessidade de augmento da producção por meio de machinas que substituão ou suprão o serviço manual, e a vantagem da divisão do trabalho. O importante estabelecimento de que fallamos é de um lado modelo e de outro o caminho da fortuna para os pequenos plantadores ou possuidores de terras circunvizinhas (GAZETA DE JOINVILLE, 1880, p.2).

As reiteradas vezes que o *Gazeta de Joinville* mencionou o engenho da Fazenda Pirabeiraba foram sempre em tom de valorização de sua modernidade e de sua capacidade de ser exemplo para os proprietários que não investiam em melhorias técnicas, nem na concepção de divisão do trabalho. A Fazenda Pirabeiraba, na década de 80 do século XIX, se tornou tão central na vida da região que, de certa forma, acabou sendo apresentada como uma extensão da Colônia Dona Francisca. Colaborava com essa perspectiva as constantes visitas das autoridades e personalidades que, passando pela região, eram levadas até a zona rural, fora dos limites da colônia, para apreciar o desempenho do engenho, como foi o caso do presidente de Província de Santa Catarina, Teodoreto Carlos de Faria Souto, no ano de 1883, que em visita oficial foi convidado a passar algum tempo na Fazenda Pirabeiraba (GAZETA DE JOINVILLE, 1883a, p.3).

Outro caso ocorrido nesse ano, e que consideramos emblemático, é o desembarque dos oficiais da marinha alemã sob o comando do capitão de mar Richard von Pawelsz. Noticiada no *Gazeta de Joinville* como uma semana de grande festa, os militares foram recebidos ao som dos hinos alemão e brasileiro, sendo hasteadas as bandeiras de ambos em cada casa da colônia. Durante uma semana, os oficiais foram apresentados às personagens e autoridades de grande vulto social em festas e banquetes organizados no núcleo colonial e na Fazenda Pirabeiraba (GAZETA DE JOINVILLE, 1883b, p.2).

Além dos moradores das proximidades da Fazenda Pirabeiraba, em grande parte funcionários da fazenda e pequenos proprietários produtores de cana-de-açúcar era perceptível o envolvimento do núcleo colonial da Dona Francisca com a região de Pedreira. O engenho do Duque de Aumale colocava-se, assim, como referência regional de indústria moderna, de forma que o núcleo rural servia de exemplo para o urbano.

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os discursos e as inquietações de sujeitos históricos como Navarro, ainda no século XVIII, e dos sucessivos ministros da Agricultura citados, pode-se notar que a percepção de natureza, ciência e dos homens que fazem parte das paisagens rurais estava sendo movimentada e transformada aos poucos, de modo que em algum momento se evidenciaram rupturas. Em meados do século XVIII, mas, principalmente a partir do século XIX, a ordem estética, moral e epistemológica, que fundamentava os usos do mundo natural pelo ser humano, começou a sofrer uma crítica que, apesar de pontual, fomentaria ecos em tempos futuros.

O apego iluminista dos fisiocratas luso-brasileiros para com a razão científica não foi apenas visível no âmbito econômico. As discussões sobre a aplicação da ciência nas paisagens rurais e as poucas preocupações com a degradação ambiental continuariam presentes. Nesse sentido, ao fazer avançar essas discussões quase um século depois, o Ministério dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras pretendeu criar não somente um espaço para desenvolver o capital agropastoril, mas também buscou moldar a estética e a maneira de refletir acerca dos modos de vida e de produção do homem do campo.

Ademais, procurou-se infundir em sua vida um conjunto moderno de formas agradáveis e mais racionais aos olhos dos técnicos, formas que seriam concretizadas em grandes instalações de beneficiamento de produtos agrícolas. Isso é, o homem do campo, quando utilizasse as mais modernas máquinas produtoras, teria certeza do papel civilizador que ocupava. A dominação e a exploração da natureza não poderiam mais ser encaradas apenas como um fato divino; deveriam ser justificadas pela razão humana. Era necessário dar produtividade e usar a capacidade humana para melhor exercer o controle sobre a natureza. A produção racionalista dos técnicos e administradores tornava-se com essa transformação não apenas questão de lucro,

mas uma justificativa para novas estruturas sociais, nas quais alguns produtores eram considerados inferiores.

O engenho da Fazenda Pirabeiraba ocupou relevante espaço na produção açucareira da Província de Santa Catarina. Além disso, ocupou o espaço material e imaterial nos modos de vida nas paisagens rurais, que eram defendidas e percebidas como sinônimo de progresso pelos técnicos e pelos denominados agricultores progressistas do século XIX. Na região norte de Santa Catarina, a defesa de uma agricultura mais próxima da ciência e associada ao projeto imigrantista buscou fomentar a modernidade no âmbito local, sendo o engenho de Pirabeiraba uma das principais engrenagens do processo civilizador que se pretendeu realizar na Província de Santa Catarina. Considerando o jornal *Gazeta de Joinville*, podemos notar a existente identificação do núcleo colonial com a zona rural onde estava localizada a Fazenda Pirabeiraba.

Segundo o discurso do *Gazeta*, era notável como a comunidade da Colônia Dona Francisca, mesmo aqueles que não viviam nas zonas rurais, compartilhava o orgulho de viver em uma região em que funcionava um estabelecimento moderno e produtivo, dando certeza de sua concepção de civilização perante o que acreditava ser o atraso e a barbárie no trabalho.

É importante compreender que a mudança de pensamento, que levou a uma nova percepção da produção e das formas estéticas valorizadas na sociedade, não foi motivada por uma sensibilidade contemporânea em relação à preservação ambiental ou por uma tentativa de minimizar a forte desigualdade social que caracterizava a paisagem rural brasileira desde séculos. Não foram a ecologia ou os direitos humanos, em nossa concepção atual, que motivaram alguns grupos do século XIX a mudarem seu pensamento, entretanto as constantes pesquisas científicas incentivadas pelos aparatos do Estado, que fortaleceram as ideias consideradas, no período, como exploração racional do campo, do homem e da máquina – mesmo que muitos dos discursos defendidos à época fossem aplicados de maneira rarefeita ou pontual.

2.5 REFERÊNCIAS

BEDIAGA, Begonha Eliza Hickman. **Mercado pela própria natureza: o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e as ciências agrícolas – 1860 a 1891**. Campinas: Unicamp, 2011.

BERGERON, Louis. Les révolutions européennes et le partage du monde, XVIII siècle – XIX siècle. In: MEULEAU, Maurice (Org.) **Le monde et son histoire**. Paris: Éditions Robert Laffont, 1972. p.9-30.

BESSE, Jean-Marc. Estar na paisagem, habitar, caminhar. In: CARDOSO, Isabel Lopes (Org.) **Paisagem e patrimônio: aproximações pluridisciplinares**. Portugal: Dafne/Chaia, 2013. p.33-56

BRASIL. **Informações sobre o Estado da lavoura**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1874a.

BRASIL. Ministério dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. **Relatório apresentado à assembleia geral legislativa**. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1874b.

BRASIL. Ministério dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. **Relatório apresentado à assembleia geral legislativa**. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1860.

BRASIL. Ministério dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. **Relatório apresentado à assembleia geral legislativa**. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1862.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Comissões de Fazenda e Especial. **Parecer e projeto sobre a criação de bancos de crédito territorial e fábricas centrais de açúcar apresentados a Câmara dos Srs. Deputados na sessão de 20 de julho de 1875 pelas comissões de fazenda e especial nomeada em 16 de abril de 1875**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1875a.

BRASIL. Ministério dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. **Relatório apresentado à assembleia geral legislativa**. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1875b.

BRASIL. Ministério dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. **Relatório apresentado à assembleia geral legislativa**. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1876.

BRASIL. Ministério dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. **Relatório apresentado à assembleia geral legislativa**. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1879.

CANABRAVA, Alice P. "A grande lavoura". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.) **História geral da civilização brasileira**. O Brasil monárquico: declínio e queda do império. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. v.6. p.103-166.

DÉ CARLÍ, Gileno. **Aspectos de economia açucareira**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1942.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840–1910**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FERREIRA, Luiz Mateus da Silva. **Terra, trabalho e indústria na Colônia de Imigrantes Dona Francisca (Joinville) Santa Catarina, 1850–1920**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

FICKER, Carlos. **História de Joinville: crônica da Colônia Dona Francisca**. 3.ed. Joinville: Letradágua, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. São Paulo: Global, 2004.

GABLER, Louise. **A Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e a modernização do Império (1860-1891)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

GAZETA DE JOINVILLE. Joinville, n.48, 1878.

GAZETA DE JOINVILLE. Joinville, n.8, 1880.

GAZETA DE JOINVILLE. Joinville, p.3, 27 jun. 1883a.

GAZETA DE JOINVILLE. Joinville, p.2, 5 set. 1883b.

HOBSBAWM, Eric. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LINHARES, Maria Yedda (Org.) **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MEIRA, Roberta Barros. A reforma da natureza e da agricultura: o exemplo dos inqueritos e dos congressos agrícolas no último quartel do império. **Projeto História**, São Paulo, v.59, p.105-136, abr./jul. 2017.

MEIRA, Roberta Barros. **Banguês, engenhos centrais e usinas: o desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo e a sua correlação com as políticas estatais (1875–1941)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MELO, José Evando Vieira de. **O açúcar no café: agromanufatura açucareira e modernização em São Paulo (1850–1910)**. São Paulo: USP, 2009.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Agronomia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Ruralismo: agricultura, poder e Estado na primeira república**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

NAVARRO, José Gregório de Moraes. **Discurso sobre o melhoramento da economia rústica no Brasil**. Lisboa, 1799.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição, pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista: 1786-1888**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788537808740/>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. Novos Estudos CEBRAP, n.79, p.71-94, 2007.

SCHMALZ, Odete. **Um ducado francês em terras principescas de Santa Catarina**. Joinville: Univille, 1989.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação as plantas e aos animais, 1500–1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VIANA, Sônia Bayão Rodrigues. **O Engenho Central de Quissaman (1877/1878–1904)**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

3. O AÇÚCAR DO DUQUE E OS CAMINHOS E DESCAMINHOS DE UMA PAISAGEM AÇUCAREIRA: O ENGENHO DO DUQUE DE AUMALE NA REGIÃO DE JOINVILLE DE 1865 - 1920

Resumo: Este artigo pretende analisar a formação de um empreendimento açucareiro nas terras do Domínio Pirabeiraba, pertencente ao Duque de Aumale, localizado na região norte da província de Santa Catarina. Buscamos discutir a experiência econômica açucareira do período de 1861 – 1920, na região de Joinville, como um elemento que impacta na formação de uma paisagem açucareira característica da região. Ao analisar o tema historicamente, observamos a íntima relação do empreendimento açucareiro com o processo de colonização europeia do século XIX, na região norte de Santa Catarina, além de compreender a formação de uma paisagem agrária e açucareira característica da região de Pirabeiraba. As principais fontes utilizadas neste trabalho foram os documentos produzidos pela administração do Domínio Pirabeiraba, assim como os relatórios dos diretores da Colônia Dona Francisca. Além dessas fontes, foram analisadas algumas cartas, o jornal Gazeta de Joinville, documentos jurídicos e documentos produzidos pelo Governo imperial como o Informe sobre o Estado da Lavoura de 1874. A metodologia utilizada para o desenvolvimento desse trabalho entrelaça as problemáticas múltiplas que envolvem uma paisagem, dando ênfase às interações entre ambiente, economia, população e técnicas produtivas.

Palavras-chave: engenho; açúcar; Joinville.

3.1 INTRODUÇÃO

O século XIX foi palco de inúmeras transformações para o Brasil: em menos de um século deixou de ser colônia para tornar-se império, e de império passou a ser república. Somado a isso, as últimas décadas do século XIX presenciaram a transição da mão de obra escrava para a mão de obra livre, alterando uma peça-chave da formação histórica do Brasil. No entanto, durante todo esse período, a base econômica e estruturante da sociedade continuou sendo a produção agrícola e a exportação de produtos primários (CANABRAVA, 2004, p.103).

Na primeira metade do século XIX, o açúcar manteve um papel de liderança econômica, sendo superado apenas em 1830 pelas exportações de café, não obstante, durante a segunda metade do século XIX, continuou entre os 8 principais produtos exportados. O açúcar aumentou o seu volume de exportação em 500% acima do volume negociado em seu auge, durante o período colonial (VIANA, 1981, p.2). Releva notar que a produção açucareira no Brasil estava em expansão no início

do século XIX, favorecida por uma lacuna no mercado internacional que proporcionou a diminuição da oferta de açúcar, enquanto a demanda permanecia crescendo¹¹.

Com o fim dos conflitos napoleônicos, o açúcar brasileiro enfrentou uma nova fase do mercado internacional. Como legado do período conturbado que a Europa vivenciou décadas antes, a indústria do açúcar de beterraba continuou em solo europeu, que para os produtores brasileiros era um concorrente capaz de tomar uma grande parcela dos tradicionais consumidores do açúcar brasileiro. Entre 1841 – 1845, a França produziu 33.291 toneladas métricas de açúcar de beterraba, entre 1881 – 1885 a produção já era de 350.583 toneladas métricas, e isso se seguiu por outros países da Europa (EISENBERG, 1977, p.258).

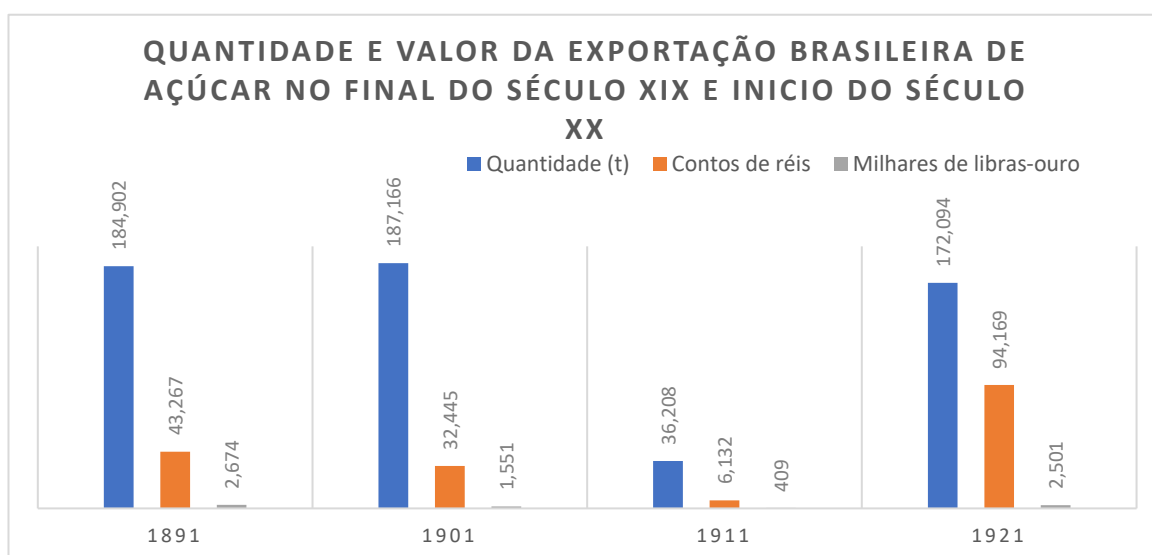
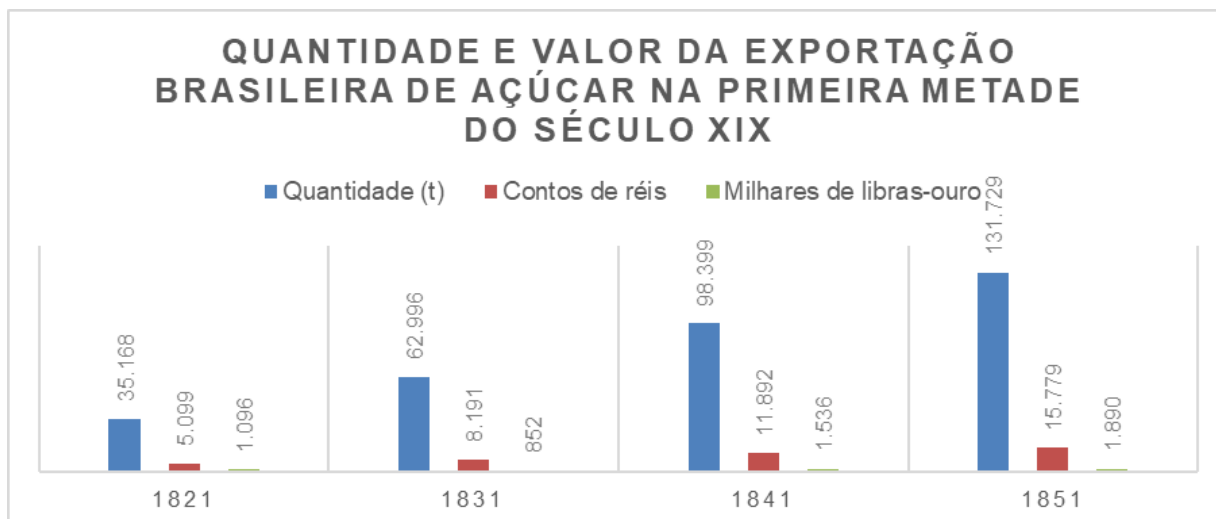
Além da produção europeia de açúcar de beterraba, no período de relativa tranquilidade e estabilidade política, as potências europeias, principalmente França e Inglaterra, reformaram o setor de açúcar de cana em suas colônias, investindo na modernização do sistema produtivo. Foi o caso da Guiana Francesa que, durante o período de 1841 a 1845, produziu 32.537 toneladas de açúcar e entre 1881 a 1885 teve um salto de sua capacidade produtiva, totalizando 110.884 toneladas, um aumento de 340%. Algo semelhante ocorreu nas Ilhas Maurícias, Queensland, Java e Egito, que receberam investimentos do capital francês e inglês (MEIRA, 2007, p.44). Esse vertiginoso aumento da produção proporcionado pelo açúcar de beterraba em solo europeu e pela reforma da produção colonial franco-inglesa, diminuiu o preço do produto no mercado internacional e possibilitou aos países industrializados da Europa, maiores consumidores na época, uma fonte mais rápida e econômica do produto. O Brasil, que tinha a Inglaterra como principal consumidor do açúcar brasileiro até 1870, encontrou-se em uma situação problemática, perdendo parte de seus mercados tradicionais.

¹¹No final do século XVIII, os maiores produtores de açúcar estavam localizados nas colônias caribenhas da França e da Inglaterra. Em 1791, o maior produtor individual de açúcar era a Ilha de São Domingos, com uma produção de 78.696 toneladas métricas, sendo a colônia inglesa da Jamaica o segundo maior produtor individual, com 60.900 toneladas métricas. No mesmo período, a colônia portuguesa tinha uma produção aproximada de 21.000 toneladas métricas de açúcar, dedicadas, em sua maioria, ao mercado externo. O final do século XVIII e o início do século XIX, no Ocidente, foram marcados politicamente pela Revolução Francesa e pelas Guerras Napoleônicas, fatos que mergulharam as colônias francesas e inglesas em um turbilhão, culminando em 1791 com a independência de São Domingos. A paralisação da produção e comércio do açúcar caribenho possibilitou que outras regiões tivessem uma importância maior no mercado internacional (MELO, 2009, p.161-162).

No período entre 1870 e 1880, os esforços brasileiros foram direcionados aos Estados Unidos da América que, embalados por sua revolução industrial e expansão demográfica, demonstravam ser um mercado consumidor promissor, e já no início da década de 80 do século XIX eles figuravam como principal consumidor do açúcar de cana brasileiro (VIANA, 1981, p.4). No entanto, a partir de 1890, os Estados Unidos da América alavancaram o setor de produção de açúcar de cana em seu território, investindo na modernização da produção na Louisiana, em Porto Rico e no Havaí, que entre 1891 e 1895 produziam, respectivamente, 243.789, 50.625 e 130.200 toneladas métricas (EISENBERG, 1977, p.260-261). Além da reforma do setor no próprio território, o capital estadunidense, aliado ao capital hispano-americano, fomentou a modernização da produção açucareira em Cuba. Pautada na divisão do trabalho entre lavoura e indústria e na modernização das máquinas, a reforma do açúcar cubano possibilitou a elevação de Cuba como o maior produtor de açúcar de cana no mundo, tendo saltado de uma produção de 320.722 toneladas métricas entre 1851 e 1855 para 933.470 toneladas métricas entre 1891 e 1895 (EISENBERG, 1977, p.238/p.260).

Na figura 1, pode-se observar o movimento de queda do preço do açúcar brasileiro no mercado internacional e a desvalorização do réis frente a libra. Comparando os índices de 1821 com os de 1851, observa-se um aumento de 275% de volume exportado, enquanto o valor movimentado em libras teve um aumento de 75%. Ao comparar os índices de 1821 com os de 1891, nota-se um aumento de 425% no volume exportado, enquanto o valor em libras teve um aumento de 144%. E comparando os índices de 1821 com os de 1911, fica evidente a desvalorização do produto nacional e do réis frente a libra. Mesmo com uma exportação 3% maior em 1911, em relação ao volume exportado em 1821, o valor movimentado no mercado internacional foi 63% menor do que o movimentado no início do século XIX.

Figura 1 – Quantidades e valores de exportação brasileira de açúcar, na primeira metade e final do século XIX e início do século XX.



Fonte: Séries estatísticas retrospectivas/Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1986, p. 307.

Destacamos que o valor de exportação em libras é ponto fundamental para entender o mercado açucareiro brasileiro. Ao vender no mercado internacional, o Brasil criava uma reserva em libras para poder adquirir produtos manufaturados no mercado internacional, visto que não eram produzidos em solo nacional, logo, a queda do preço do açúcar e a desvalorização do réis em relação à libra representou não somente a diminuição do lucro com exportação, mas também a diminuição do poder de compra e investimento do setor. Em suma, o principal motivo da crise estava na dependência do setor açucareiro brasileiro em relação ao mercado externo e as flutuações de preço que o produto apresentava oriundas de transformações políticas, econômicas e produtivas que estavam fora do controle dos produtores nacionais (VIANA, 1981, p.2). Isto é, o mesmo fator que beneficiou os produtores brasileiros no

início do século XIX foi um dos principais responsáveis pela crise na segunda metade do século XIX.

É no conturbado contexto da segunda metade do século XIX – marcado pela crise internacional do preço do açúcar, pela diminuição da participação do Brasil no mercado externo, pela gradual conversão da venda do açúcar nacional do mercado externo para o mercado interno e pela modernização do setor açucareiro – , que em 1865 será germinada a ideia de desenvolver um empreendimento açucareiro na região norte da província de Santa Catarina, ao entorno da Colônia Dona Francisca e de propriedade do Duque de Aumale. A paisagem açucareira construída na região de Joinville é parte de um todo nacional e, não obstante, possui suas especificidades, quer dizer, apesar de fazer parte de um país que possui vínculos com uma economia do açúcar, as condições específicas geraram uma experiência distinta. Nesse sentido, parece fundamental enveredar pela História local, na medida que se pode analisar tanto a circulação de ideias e tecnologias que perpassaram os espaços açucareiros, como os fatores que distinguiram regiões ainda pouco estudadas pela sua posição secundária no mercado externo – mas que tiveram um impacto importante nos cenários locais e regionais.

O objetivo será compreender assim as especificidades do Engenho do Duque de Aumale na paisagem açucareira brasileira, bem como o papel que assume na formação e colonização da região norte de Santa Catarina. Tendo como metodologia os fundamentos propostos pela historiadora Maria Yedda Linhares para a história agrária, buscamos na análise das fontes identificar a relação dos fatores natureza, população e técnicas produtivas (LINHARES, 1997, p. 246), de modo que seja possível visualizar a construção histórica do objeto estudado¹². Ainda buscamos suporte na História das Paisagens com o historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva, que estabelece como fundamental o estudo da paisagem em sua complexidade, cabendo ao pesquisador considerar os dados da geografia, do direito, da tecnologia, da demografia e da sociologia do objeto para compreender a formação histórica da

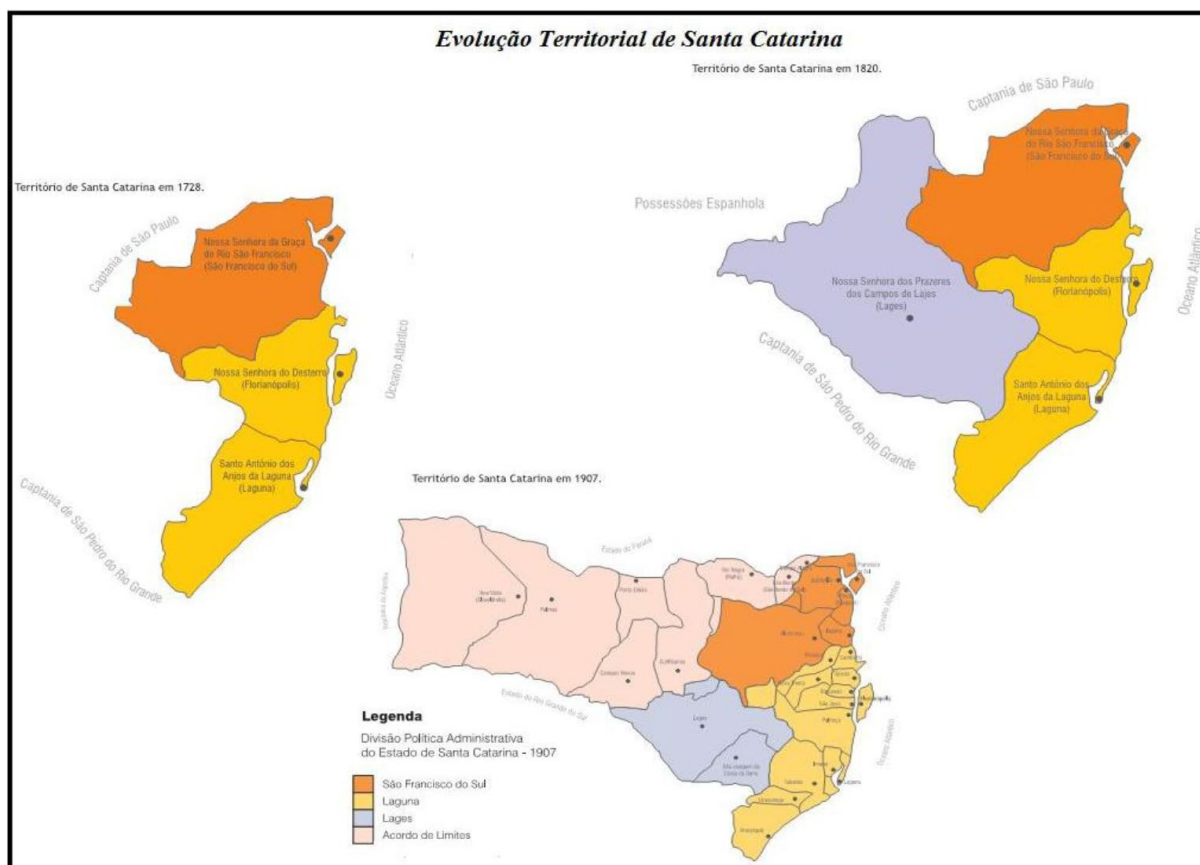
¹²Sendo o objeto até o momento pouco estudado, nossa bibliografia se sustenta em três trabalhos base, são eles: monografia da historiadora Odete Schmalz, que em 1989 publicou obra intitulada “Um ducado francês em terras principescas de Santa Catarina” dedicada ao estudo do Domínio Pirabeiraba; o livro “História de Joinville: Crônica da Colônia Dona Francisca” do historiador Carlos Ficker de 1965; e a tese de doutorado intitulada “Terra, Trabalho e Indústria na Colônia de Imigrantes Dona Francisca (Joinville), Santa Catarina, 1850-1920” de autoria do historiador Luiz Mateus da Silva Ferreira, publicada em 2019.

paisagem (SILVA, 1997, p. 297). As fontes primárias desse estudo incluem documentos produzidos pela administração do Domínio Pirabeiraba, administração do Domínio Dona Francisca, direção da Colônia Dona Francisca, jornal Gazeta de Joinville, relatórios dos Presidentes de Província e Arquivos da Exposição da Indústria Nacional de 1881.

3.2 A QUESTÃO DA COLONIZAÇÃO

Durante a primeira metade do século XIX, a região norte da então província de Santa Catarina tinha seu núcleo de povoamento na Ilha de São Francisco do Sul, a qual tinha como centro a vila de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco. A região continental do território da vila era vasta, partindo do litoral até o interior da província, ultrapassando a Serra Dona Francisca. Apesar da população da região estar concentrada no núcleo urbano da Ilha, existiam fazendas na parte continental – em geral, de proprietários de sesmarias e foreiros. Essa concentração demográfica na Ilha contribuiu para justificar os planos de colonização do território francisquense como parte do projeto imigrantista instaurado pelo governo imperial, que tinha, para a Região Sul, o objetivo de assegurar o povoamento e a delimitação do território brasileiro em relação aos países vizinhos (MAKINO, 1971-1974, p.127).

Figura 2 – A formação do território da vila de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco, 1728, 1820 e 1907.



Fonte: Atlas Geográfico de Santa Catarina. Adaptado por Gabriel Daniel Conrath, 2010.

O processo de colonização da região por imigrantes europeus de maioria germânica, teve início com o casamento da princesa imperial Francisca Carolina Joana de Bragança, sexta filha do imperador Dom Pedro I e da imperatriz Maria Leopoldina, e irmã do imperador Dom Pedro II. Em 1843, ocorreu o casamento de Dona Francisca com Francisco Ferdinando Filipe de Orleans, então Príncipe de Joinville e filho do rei Luís Filipe I da França. A união requeria, segundo a Constituição de 1824 e a lei nº 166 de 29 de setembro de 1840, o pagamento, por parte do governo imperial, de um dote no valor de 750:000\$000, de acordo com o padrão monetário da época¹³. Contudo, em 1843, quando da assinatura do contrato de casamento, o padrão monetário vigente havia passado de 2\$500 por oitava de ouro de 22 quilates para 4\$000 por oitava de ouro de 22 quilates, o que encareceu o dote em 60%, devendo ser pago um valor de 1.200:000\$000. Contrariando o que a Lei determinava

¹³Art. 11. Realizado o caso de sahir do Imperio Sua Alteza Imperial, se lhe entregará, por uma vez sómente, na fórmula do art. 113 da Constituição, a quantia de setecentos e cinquenta contos de réis, segundo o Padrão Monetario, além da somma marcada no art. 4º da presente Lei para enxoval.

aos noivos imperiais que decidissem residir fora do Brasil, o governo brasileiro ofertou mil apólices de um Conto de Réis ao preço corrente e terras como complemento da diferença (FICKER, 2008, p. 25).

Figura 3 – Retratos de Dona Francisca e de Francisco Ferdinando, príncipe e princesa de Joinville.



Fonte: Francisco,... (2021)

Acertado o acordo de pagamento, no dia 20 de dezembro de 1845, sob comando do Conselheiro e Tenente Coronel de Engenharia Jerônimo Francisco Coelho, iniciaram os trabalhos de demarcação das terras dotais entregues como complemento. Essas terras deveriam ter 25¹⁴ léguas quadradas, na província de Santa Catarina. Após três meses em expedição pela região, Jerônimo Coelho estabeleceu os últimos marcos numéricos da demarcação, concluindo com um relatório que serviu de base para a elaboração de um mapa das terras dotais, publicado em 1846, conforme pode ser observado na figura 5.

Em 1848, enquanto cumpria seu papel na Argélia como oficial e membro do Conselho da Marinha, o Príncipe de Joinville foi surpreendido com as notícias sobre a Revolução de Fevereiro¹⁵, que se desenrolava em Paris, e o conseqüente exílio e

¹⁴A légua é uma unidade de medida de comprimento utilizada na América portuguesa. Uma légua equivale aproximadamente a 6600 metros ou 6,6 quilômetros.

¹⁵A Revolução de Fevereiro de 1848 foi um movimento político que encerrou a monarquia e estabeleceu a Segunda República Francesa. Os membros da família real, destituídos de seus cargos e proibidos de permanecer em solo francês, foram exilados e buscaram abrigo na corte

perda de suas patentes militares. Em 1849, Léonce Aubé, que havia servido como Vice-Cônsul da França em Santa Catarina e acompanhou de perto a escolha das terras dotais, foi encarregado e reconhecido como procurador com plenos poderes para negociar um acordo de colonização das terras principescas.

Fundada em 1846, a Sociedade Colonizadora de Hamburgo era uma empresa formada por negociantes, banqueiros, armadores e políticos da cidade de Hamburgo, liderados pelo senador Christian Mathias Schroeder, que tinham como objetivo atuar na imigração germânica para a região sul do Brasil. Em 1849, com apoio de autoridades hamburguesas e brasileiras, a empresa apresentou um plano de colonização germânica para criação de colônias agrícolas nas províncias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que se comprometia com o envio e estabelecimento de 40 mil colonos, ao longo de 20 anos. Em troca, o governo brasileiro deveria fazer concessões fiscais. A proposta foi negada, mas a oportunidade de fechar negócio com o recém-exilado Príncipe de Joinville apareceu em boa hora, assim em 5 de maio de 1849, foi assinado o contrato entre o Príncipe de Joinville e a Sociedade Colonizadora de Hamburgo que determinava, entre várias coisas, a concessão de 8 léguas quadradas de terras para o empreendimento colonial (FERREIRA, 2019, p. 107).

A colonização começa a tomar mais forma, a partir de 1851, com a Sociedade Colonizadora demarcando lotes nos limites das 8 léguas e vendendo-os aos colonos, antes desses saírem de Hamburgo e embarcarem para a Colônia Dona Francisca. Em suma, o objetivo da empresa colonizadora, a curto prazo, era intermediar o transporte de colonos e vender os lotes de terra, enquanto a longo prazo o objetivo era intermediar o comércio de bens agrícolas da Colônia para Europa, e de bens manufaturados de Hamburgo para a colônia (FERREIRA, 2019, p.120).

Em paralelo ao desenvolvimento da colonização pela Sociedade, o então procurador do príncipe, Léonce Aubé, organizou o arrendamento de lotes, nas terras restantes do dote da princesa imperial, que totalizavam 17 léguas quadradas,. A longo prazo, o objetivo de Léonce Aubé era arrendar as terras aos imigrantes germânicos e nacionais ao mesmo tempo que ocupava a extensão de terras entre o planalto paranaense e o núcleo colonial, de modo a estabelecer uma rota continua entre as duas regiões (FERREIRA, 2019, p.191).

da rainha Vitória do Reino Unido, que lhes concedeu acolhida na residência de Claremont (FICKER, 2008, p.42).

Entretanto, em 1855 a situação financeira da Sociedade Colonizadora de Hamburgo começou a afundar. O capital existente foi esgotando ao longo dos cinco anos anteriores em função dos pagamentos adiantados de passagens, dos empréstimos para colonos se instalarem na recém-chegada terra e da construção de prédios e pagamentos de funcionários da empresa. Sabendo da importância do empreendimento colonial para o desenvolvimento da região e fortalecimento de seus negócios, o Príncipe de Joinville envia seu representante, Léonce Aubé, para Hamburgo no intuito de adquirir 800 ações nominais pelo preço de 100.000 táleres¹⁶, e a cessão de 30.000 morgos¹⁷ de terras dotais. Assim, após firmado o acordo, Léonce Aubé foi indicado e confirmado como novo diretor da Colônia Dona Francisca (FICKER, 2008, p.160).

Carlos Ficker (2008), em sua obra História de Joinville, demonstrou dúvidas quanto à possibilidade do Príncipe de Joinville ter condições de custear sozinho essa compra de ações. Para o autor, a situação financeira de Ferdinando de Orleans, exilado e expulso da marinha, impossibilitava o considerável gasto na compra das 800 ações. Assim, mesmo reconhecendo a falta de comprovação documental, o autor considera possível, em seu texto, que o montante usado era fruto de um empréstimo realizado pelo irmão mais novo do príncipe, Henrique Eugenio Filipe Luís, o então Duque de Aumale¹⁸ (FICKER, 2008, p.163). Se o dinheiro utilizado na compra das ações era fruto de um acordo fraterno, não temos ainda comprovação documental, todavia a posterior venda de terras realizadas pelo príncipe ao duque contribuiu para essa perspectiva.

¹⁶Moeda hamburguesa corrente, durante o século XIX.

¹⁷Unidade de medida equivalente a 2500 metros quadrados.

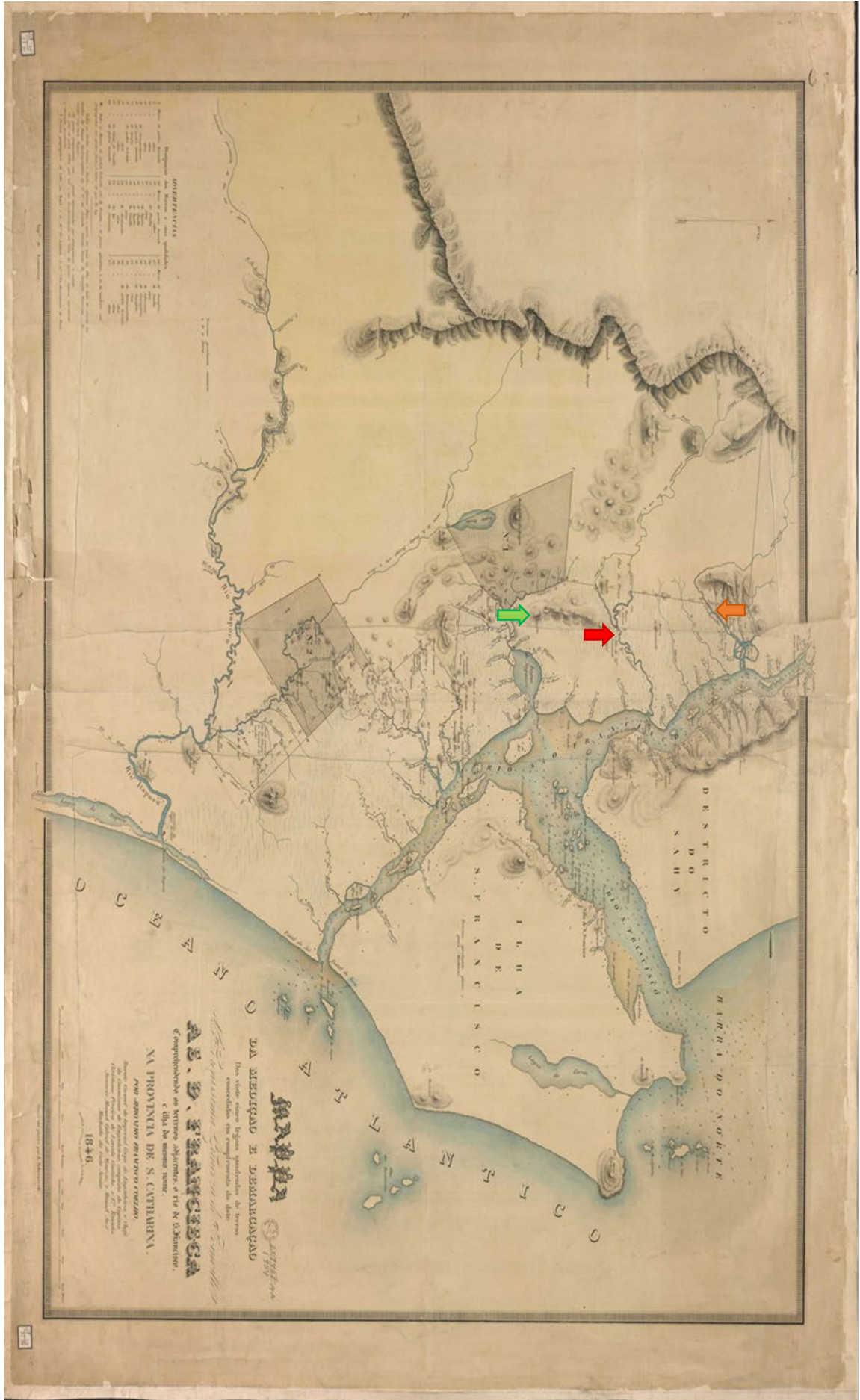
¹⁸Nascido em 1822, Henrique Eugenio Filipe Luís de Orleans, Duque de Aumale, foi o penúltimo filho a nascer da união entre o rei Luís Filipe I da França com sua esposa Maria Amélia das Duas Sicílias. Em 1830, com a morte do último dos príncipes de Condé, o jovem duque herdou uma fortuna que era considerada um dos maiores patrimônios imobiliários e artísticos da França. Em 1844, casou-se com Maria Carolina de Bourbon - Duas Sicílias. Exilado na Inglaterra de 1848 até 1871, dedicou-se aos estudos históricos e militares, enquanto na política foi ferrenho opositor de Napoleão III. Dedicou-se aos estudos históricos e literários e, desde 1871, era membro do Instituto de França. Em 1886, já com 64 anos, viúvo e sem filhos vivos, o duque deixou como legado, ainda em vida, para o Instituto, o palácio de Chantilly com sua coleção de arte e sua estimada coleção de livros. Morreu em 1897, em um vinhedo de sua propriedade na localidade de Zucco, na província de Palermo (CHISHOLM, 1910, p. 920-921) Atualmente as propriedades e acervos doados ao Instituto de França pelo Duque de Aumale, constituem acervo do Museu Condé, na comuna de Chantilly, departamento de Oise.

Em 1861, foi assinado um contrato de venda de um terreno que passaria de propriedade do príncipe e da princesa de Joinville para integrar os bens do Duque de Aumale. Nesse período, era representante do Príncipe de Joinville o senhor Emilio Francisco Mathorel, enquanto Léonce Aubé representava o Duque de Aumale. O referido contrato de venda, escrito em português e francês, estipulava o tamanho do terreno e seus limites, bem como o preço a ser pago:

Um terreno de quatro milhões de braças quadradas, situado no Império do Brazil, provincia de Santa Catharina, municipio de São Francisco, o qual fez até agora parte das terras que formarão o dote que Sua Alteza Real a Senhora Princeza de Joinville levou a seu Augusto Esposo. Este terreno inteiramente coberto de matto virgem é demarcado ao Este por uma picada que o separa na direção magnetica do Sul ao Norte, das propriedades dos Brasileiros [...] O Rio Pirabeiraba cujo curso é preciso subir desde o marco n°2 até ao ponto onde adianta-se mais para o sul, forma nesta parte do seu curso o limite do Norte [...] Ao Sul o terreno é demarcado pelo Rio Cubatão, desde o ponto onde chega a picada da demarcação Oeste até aquelle onde vem a dar a picada da demarcação Este [...] As quatro milhões de braças quadradas contidas no perímetro que acaba de ser descripto tem por proprietarios confinantes ao Norte e ao Oeste S. S. A. A. R. R. o Senhor Principe e a Senhora Princeza de Joinville, ao Este vários Brasileiros e ao Sul varios colonos cujos lotes vão acabar na margem direita do Rio Cubatão. As quatro milhões de braças quadradas são vendidas mediante a quantia de Dez Contos de Reis, pagos na Inglaterra por S. A. R. o Senhor Duque de Aumale. (CONTRATO DE VENDA E COMPRA DE 1861, PARTE DO ACERVO DO ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE).

Figura 4 – Limitações do terreno do Duque de Aumale sobre mapa de demarcação das terras dotais, região que é hoje o distrito de Pirabeiraba, Joinville-SC.¹⁹

¹⁹OBS: Esse mapa foi editado de modo a demonstrar as limitações do terreno vendido ao Duque de Aumale, com dimensões de quatro milhões de braças e constituindo um triângulo de base irregular no Rio Pirabeiraba. As cores significam o seguinte no mapa: Vermelho: Rio Cubatão / Laranja: Rio Pirabeiraba / Verde: Morro do Boa Vista.



Fonte: Cópia digital disponibilizada pelo Arquivo Histórico de Joinville

Foi neste vasto terreno de quatro milhões de braças (conforme indicado na figura 4), adquirido em 1861, que surgiu o Domínio Pirabeiraba. Essa transação comercial familiar possibilitou a construção do empreendimento açucareiro, conhecido como Engenho do Duque de Aumale, quatro anos após.

A partir de 1861 ficou estabelecida uma complexa relação institucional na região norte da província, pois existia uma tríplice administração de propriedade no território, constituída pela diretoria da Colônia Dona Francisca, a administração do Domínio Dona Francisca e a administração do Domínio Pirabeiraba. A diretoria da Colônia era responsável pela manutenção do empreendimento colonial, a abertura e demarcação dos lotes para venda e o estabelecimento de acordos comerciais entre a Colônia e a Europa. A administração do Domínio Dona Francisca era exercida pelo procurador do Príncipe de Joinville, responsável por desenvolver e executar os planos para exploração do território restante das 25 léguas dotais. A administração do Domínio Pirabeiraba era exercida pelo procurador do Duque de Aumale, que também buscava meios de explorar a propriedade de modo a render lucros ao proprietário (FICKER, 2008).

Ao longo da segunda metade do século XIX, essas três instituições tiveram papel fundamental nos acontecimentos que cercaram o desenvolvimento colonial, sendo que, dependendo do período, as três eram gerenciadas pelo mesmo administrador. Destacamos que as três instituições produziram documentos distintos, referentes aos seus negócios e a sua administração, ao longo dos anos. Outro fator importante é que apesar da proximidade entre as três instituições, – em certos períodos administradas por uma mesma pessoa – os interesses econômicos poderiam conflitar, um exemplo é o desacordo dos diretores da Colônia com os arrendamentos de terras realizados pelos administradores do príncipe fora dos limites da colônia, formando assim uma concorrência.

3.3 O DUQUE DE AUMALE E A FAZENDA PIRABEIRABA

O fato de ter adquirido uma propriedade rural em Zucco²⁰, em 1853, e em 1861 ter adquirido terras no Brasil pertencentes até então ao seu irmão – o Príncipe de Joinville –, sugere uma predileção do Duque em adquirir e investir em terras de lavoura e em novas tecnologias que pudessem modernizar e aumentar a lucratividade agrícola. As propriedades do duque eram administradas por procuradores que lhe informavam por meio de relatórios enviados ao seu secretário em Paris, estabelecendo uma estrutura hierárquica entre os administradores.

Figura 5 – Fotografia do Duque de Aumale, da década de 80 do século XIX.



Fonte: Academia Joinvilense (2021)

Até 1860, Léonce Aubé, como diretor da colônia e procurador do príncipe, exerceu as funções administrativas da região, momento em que promoveu a ocupação do território do Domínio Dona Francisca por meio do arrendamento de terras e estimulou a criação de uma ligação com o planalto paranaense. Efetuada a compra das terras do Domínio Pirabeiraba, em 1861, coube ao recém-nomeado procurador do Príncipe e do Duque, Emilio Francisco Mathorel, organizar a exploração

²⁰Adquirida em 1853, a propriedade siciliana do Duque de Aumale era um de seus lugares de descanso preferidos. Ao longo da segunda metade do século XIX, sob tutela do duque, a propriedade foi revitalizada e modernizada com técnicas e instalações da viticultura e viticultura francesa.

das terras do Duque, e ao recém-chegado Johan Otto Louis Niemeyer coube a direção da Colônia Dona Francisca (FICKER, 2008, p. 199).

Emilio Mathorel iniciou a derrubada da mata nas terras do Domínio Pirabeiraba, ainda em 1861, desmatando grandes áreas no lugar denominado Poço de Cortume. As madeiras provenientes da extração eram enviadas ao empreendimento madeireiro do Príncipe de Joinville, a Serraria do Príncipe, às margens do rio Cubatão. Segundo Ficker (2008), as madeiras extraídas eram de ótima qualidade, contando entre suas espécies o araribá, o cedro, a canela, a cabriúva, a imbuia e a peroba, e entre seus principais destinos comerciais estavam o Rio de Janeiro, Porto Alegre e Montevideú.

O Domínio Pirabeiraba estava situado aproximadamente a 6 quilômetros do núcleo da Colônia Dona Francisca, em uma paisagem entre dois importantes rios da região, ao norte o rio Pirabeiraba e o rio Cubatão ao sul, além disso era cortada por afluentes menores do Rio São Francisco. O solo próximo das extremidades do território era formado pela decomposição do rio Cubatão e por sedimentos aluviais recentes, e apresentava relevo plano com boa fertilidade natural. A parte do interior, longe das margens dos rios, possuía relevo levemente ondulado e solo quimicamente mais pobre, tornando-se menos fértil (SCHMALZ, 1989, p.66). Em relatório escrito pelo diretor da Colônia e enviado ao presidente da província de Santa Catarina, em 1867, diz-se que:

As terras rurais ocupando uma área de 29.941.755 braças quadradas são ubérrimas as do Caminho da Ilha, do vale do Piraí, as de Anaburgo e as do vale do Cubatão e seus tributários, enquanto os da outra parte da colônia são de menor qualidade e em geral medíocres. Um terço dos terrenos ocupados são ubérrimos. Nas terras de primeira qualidade se plantam com sumo proveito a cana, o fumo, o milho, o feijão, as batatas e outros tubérculos enquanto nas medíocres se plantam principalmente mandioca, aipim, araruta, arroz e tubérculos, grande parte serve como pastos de que existem, atualmente, na colônia 2.160.200 braças quadradas. A colheita em relação à semente plantada nas terras de primeira qualidade é de 100 e mais a um; nas de segunda classe é apenas de 30 e 40 a um. (NIEMEYER, 1868, p.43)

Nota-se, através da colocação de Niemeyer, que as terras de primeira qualidade estavam ao norte do núcleo colonial, próximo aos rios, incluindo as margens do rio Cubatão e seus afluentes, sendo que em suas margens é que a lavoura de cana se espalhará. O vale do Cubatão, com suas características positivas para a agricultura canieira, fundamentou a formação de uma paisagem açucareira no norte

catarinense, com lavouras que se espalhavam por quilômetros e que ainda hoje deixam vestígios físicos de sua forte presença, na segunda metade do século XIX.

Depois de concluído o desmatamento, iniciou-se a plantação de cana-de-açúcar nas terras do Duque e instalou-se um engenho para produzir cachaça, na área plana do Poço do Cortume. Em 1863, a produção de cachaça da propriedade atingiu 120 pipas por ano. A cachaça foi o primeiro do Engenho do Duque de Aumale, tendo iniciado na época de uma lavoura recente e de instalações rudimentares, permanecendo em paralelo a crescente produção açucareira do engenho (FICKER, 2008, p. 202).

Ao observar os relatórios do Domínio Pirabeiraba²¹ remetidos ao escritório do secretário do duque em Paris, datados de 1868, verifica-se que o maior rendimento, entre todos os acusados, estava no arrendamento e venda dos lotes. Em contrapartida, o empreendimento, nomeado de Usina, aparecia como despesa, indicação de que os custos iniciais de construção do empreendimento da Fazenda Pirabeiraba foram superiores aos ganhos provenientes das primeiras colheitas, ao menos até 1868.

Até o início de 1865, o senhor Mathorel ficou encarregado como procurador do Príncipe de Joinville e do Duque de Aumale, enquanto na administração da Fazenda Pirabeiraba (nome do centro produtivo do Domínio Pirabeiraba) estava encarregado o administrador Emil Stein, considerado um “homem de grande iniciativa e com conhecimentos técnicos” (FICKER, 2008, p. 202). Os motivos do pedido de demissão efetuado pelo senhor Emilio Mathorel de sua função como procurador dos Orleans são desconhecidos, visto que era respeitado na região e tinha efetuado um bom trabalho no início da exploração de território dos Domínios Dona Francisca e Pirabeiraba. As exportações de madeira haviam aumentado, durante sua gestão, e a venda de cachaça em pipas alcançava o preço de 70\$000 a 100\$000 a pipa de 479,16 litro, na cidade do Rio de Janeiro. (FICKER, 2008, p. 220)

Além disso, pouco antes de sua demissão, o Duque de Aumale havia informado ao seu representante no Brasil, que havia realizado a aquisição de máquinas da melhor qualidade para aumentar a produção do engenho. Tal episódio é comentado no relatório da direção da Colônia Dona Francisca de 1865, enviado para Hamburgo:

²¹Os relatórios do Domínio Pirabeiraba estão disponíveis no Arquivo Histórico de Joinville, na Coleção Carlos Ficker e na série Domínio Pirabeiraba.

S. A. R. o Duque de Aumale mandou instalar grandiosas máquinas para fabricação de açúcar (segundo o sistema de Derosne & Cail) em seus domínios, as quais, assim que parecer desejável, poderão estar interligadas com disposições capazes de manufaturar os produtos agrícolas próprios para exportação, mas que precisam de uma preparação prévia. Nós temos a promessa de que estas instalações não de trazer resultados muito benéficos para a colônia. O senhor Emil Mathorel, o qual, como lhes é sabido, há muito tempo lá representava os interesses de SS. AA. RR. os Príncipes de Joinville e do Duque de Aumale, renunciou ao seu cargo e este passou a ficar a cargo do senhor Brüstlein. (DÉCIMO QUARTO RELATÓRIO DA DIREÇÃO DA SOCIEDADE COLONIZADORA DE 1849 EM HAMBURGO, 1865, p.42)

Coube então ao novo procurador, Friedrich Bruestlein²², coordenar a instalação das máquinas adquiridas no início de 1865 e que chegaram a São Francisco em maio de 1865. Sobre este momento, o historiador Carlos Ficker escreve:

A montagem da caldeira e das máquinas para a fabricação de cachaça e açúcar prosseguia em ritmo normal, oferecendo a Fazenda do Duque de Aumale, em meados de 1866, um aspecto fabril com a sua chaminé alta, a casa de máquinas e diversas dependências para acomodação dos trabalhadores, petrechos agrícolas, cavalos e bois. Grandes áreas foram desmatadas e transformadas em pastos. As plantações de cana-de-açúcar se estendiam ao longo do Rio Cubatão. A paisagem era linda, com a serra azulada nos fundos da cena majestosa das florestas virgens. A 22 de maio, o senhor Frederico Bruestlein convidava os moradores de Joinville para visitar o estabelecimento. A Sociedade de Canto Helvetia tomou a iniciativa da organização e começou a festa pelo toque de alvorada. Formou-se o desfile da Sociedade de Atiradores, que marchou pelas ruas da vila para acordar os dorminhocos. Às 8 horas, saíram de Joinville pela Estrada da Serra mais de 300 pessoas, num desfile com 30 carros de quatro rodas, cavalos, formações da Sociedade Ginástica, dos Atiradores e de Canto, em trajes de festa com as bandeiras desfraldadas. A Banda de Música tocava melodias alegres e após 3 horas, o préstito chegava às margens do Rio Cubatão, formando-se novamente em grupos, para atravessar em boa formação a nova ponte sobre o rio e entrar pela porteira na propriedade rural do Duque de Aumale. Após uma visita às instalações e maquinaria da fazenda, as famílias se agruparam na praça defronte à casa residencial do senhor Bruestlein para tomar o seu lanche. (FICKER, 2008, p.234 – 235).

²²Friedrich Bruestlein era de origem germânica, nascido na Alsácia e possuía nacionalidade francesa. No período em que viveu na Europa estudou e se formou engenheiro químico e em 1865 travou contato com o Príncipe de Joinville e o Duque de Aumale, ao que lhe foi feita uma proposta para assumir as funções de procurador dos Orleans no Brasil, função que exerceu durante 46 anos. Durante a sua atuação como procurador, foi responsável por estabelecer uma boa relação entre os interesses de seus patrões e as expectativas da Sociedade Colonizadora, até que em 1875 foi contratado para ser diretor da colônia, reunindo em suas mãos a administração da Colônia Dona Francisca, do Domínio Dona Francisca e do Domínio Pirabeiraba.

A instalação e preparo das máquinas, no prédio construído para abrigar o equipamento, durou cinco semanas e Bruestlein acompanhava de perto o trabalho realizado pelos franceses liderados pelo técnico Raffestin (FICKER, 2008, p. 222).

Bruestlein foi, dentre todos os procuradores do duque, o mais dedicado ao melhoramento e funcionamento da Usina do Duque de Aumale, buscando empréstimos ao longo da década de 70 e 80 do século XIX, objetivando melhorar as instalações da fábrica. Com base nos recibos de empréstimos encontrados no Arquivo Histórico de Joinville, no período entre 1872 e 1885, Bruestlein emprestou o montante de 13:300\$000 de membros da sociedade da Colônia Dona Francisca, justificando melhoramentos da Fazenda Pirabeiraba (COLEÇÃO CARLOS FICKER, Dossiê: Carta e Ofício, Embalagem: 25).

3.4 A MODERNIZAÇÃO BATE À PORTA DO AÇÚCAR

Considerando a dimensão da crise do açúcar no mercado internacional e a importância política do setor no Brasil imperial, não demorou muito para que políticos e proprietários de engenhos discutissem e buscassem compreender as mazelas que afligiam a lavoura e sua economia. Em documento intitulado “Informações sobre o estado da lavoura” de 1874, – produzido pelo Ministério da Fazenda – o então escrivão João José do Rosário explicou a situação da lavoura no país com base nas informações enviadas pelos presidentes de província, elencando as possíveis causas da crise:

A decadência da agricultura em alguns logares é attribuida, como já se vio, à depreciação do assucar e do algodão. Este mal, porém, não é geral, nem o unico que flagella as tres provincias mencionadas. O que quasi geralmente se julga influir mais ou menos na lavoura, são os seguintes: Falta de conhecimentos profissionais, escassez de capitaes, carencia de braços, falta de estradas, elevados impostos de exportação. (BRASIL, 1874, p.9)

Deve-se considerar que, até aquele momento, a produção brasileira de açúcar tinha seus alicerces encravados na estrutura herdada do período colonial, com grandes latifúndios, uso da mão de obra escrava e ferramentas arcaicas. Para aumentar o volume de produção, a prática comum utilizada no Brasil era a expansão

da área cultivada, o que por sua vez alimentava o ciclo da produção brasileira, de modo que a monocultura agressiva extenuava o solo e contribuía, cada vez mais, para a abertura de novas áreas de cultivo nos limites das fazendas, ampliando a área de cultivo, demandando número maior de mão de obra e dificultando o transporte e processamento da cana (DÉ CARLÍ, 1942). Em síntese, a prática comum para aumentar o volume de produção no Brasil não foi suficiente para manter o nível de rendimentos do período áureo do açúcar nacional. Por outro lado, a expansão da área cultivada, valendo-se de um sistema pautado em técnicas agrícolas predatórias, foi incapaz de produzir volume igual aos produtores cubanos, europeus ou caribenhos e seus novos maquinários, no século XIX. Além disso, os gastos com a mão de obra e um sistema de transporte deficitário e em péssimo estado, prejudicavam a lucratividade dos senhores de engenho.

Em relação a mão de obra, o documento produzido em 1874 destacou que o aumento do preço dos escravos, durante o século XIX, devido às leis abolicionistas²³ e a pouca adesão da mão de obra livre para o trabalho desenvolvido na grande lavoura, eram parte do problema que agravava a crise. Outro problema apontado pelo Informe de 1874 é a escassez de capital disposto para investir na lavoura e na produção industrial.

A lavoura está empenhada em algumas províncias, e luta com a dificuldade de solver seu debito ou acha-se, em outras, destituída de recursos para tentar qualquer melhoramento. [...] Não obstante, para animar a iniciativa particular, quér para a criação de estabelecimentos de credito, quér para a organização de companhias que se encarreguem de construir e administrar fazendas-modelos, fabricas-centraes e estradas de ferro, pensa-se que é da maior utilidade a modificação da Lei n° 1063 de 22 de agosto de 1860²⁴. (BRASIL, 1874, p.12)

²³Lei n°581 de 4 de setembro de 1850, conhecida como Lei Eusébio de Queirós proibiu a entrada de africanos escravizados no território brasileiro. A lei n°2040 de 28 de setembro de 1871, conhecida como Lei do Ventre-Livre concedia alforria as crianças nascidas de mulheres escravas. A lei n°3270 de 28 de setembro de 1885 conhecida como Lei dos Sexagenários concedia a alforria aos escravos com 60 anos ou mais via o pagamento de indenização ao proprietário. De forma geral, as referidas leis apontavam para o fim iminente de um sistema de trabalho e como consequência impactavam no preço dos escravos, parte fundamental para produção da lavoura no Brasil.

²⁴Lei n° 1063 de 22 de agosto de 1860, é considerada a primeira Lei das Sociedades Anônimas no Brasil. Segundo os pesquisadores Sérgio de Ludicibus e Álvaro Augusto Ricardino Filho, a Lei n° 1063 de 22 de agosto de 1860 foi fruto do desenvolvimento histórico jurídico brasileiro, tendo seguido a herança legalista do direito ibérico. Enquanto instrumento prático, ficou marcada pelo controle e fiscalização rígida do Estado em relação as Sociedades Anônimas, situação que contribuía para o descontentamento dos partidários do livre-mercado.

Como mencionado anteriormente, o capital francês, inglês e estadunidense foi o responsável pela modernização do setor açucareiro em regiões de sua influência, regiões essas que passaram a ser dominantes no mercado do açúcar. Para Eisenberg (1977, p.239), as desvantagens que o Brasil apresentava na produção do açúcar contribuíam para não atrair o mesmo nível de investimento recebido por Cuba. Além disso, os produtores nacionais defendiam que eram incapazes de adquirir maquinário necessário para modernizar a produção apenas com seus recursos. Segundo os pesquisadores Sérgio de Ludicibus e Álvaro Filho (2002, p.10), a estagnação nos investimentos era consequência da incapacidade de as exportações gerarem divisas para a aquisição dos ativos necessários para o processo de modernização e industrialização.

Levando em conta a queda do preço internacional do açúcar, na segunda metade do século XIX, a concorrência possuidora de vantagens econômicas, técnicas e geográficas e os diversos problemas estruturais no Brasil, seja na estrutura social ou produtiva, fica evidente que os problemas internos nacionais aprofundaram a crise em decorrência do baixo preço do produto (EISENBERG, 1977, p.236-244). Em suma, o setor açucareiro brasileiro no século XIX estava na retaguarda da produção açucareira mundial. Um indicativo dessa situação é a qualidade inferior do produto final em relação aos padrões de qualidade vigentes na época, pois os engenhos tradicionais não conseguiam atingir os resultados de seus concorrentes europeus. Apesar de o mercado europeu comprar açúcar mascavo da América objetivando refiná-lo em solo europeu e, assim, maximizar os lucros, os padrões de qualidade estabelecidos por seus consumidores tornaram-se o padrão de excelência mundial da produção, funcionando como indicativos para o setor brasileiro e justificando, em partes, a necessidade de modernizar²⁵.

²⁵Nas atas da Exposição Nacional da Indústria de 1881, o engenheiro e então membro da comissão de jurados, Dr. Luiz Goffredo de Escagnolle Taunay, elogia a produção de açúcar dos engenhos centrais levado em exposição, dizendo: "*Na exposição de assucares occupam logar saliente os obtidos pelos methodos de aperfeçoados dos engenhos centraes. São uniformes e comparáveis entre si, escapando d'est'arte á censura irrogada aos productos brasileiros nos mercados estrangeiros: - falta de igualdade. Apresentam crystallisação, limpeza, belleza, de aspecto, ausencia de cheiro desagradavel, qualidades estas difficeis de encontrar reunidas nos assucares preparados pelo systema antigo* (p. 320). Ao analisar os resultados classificatórios da exposição, as melhores amostras são aquelas que possuem "*crystaes volumosos, claros e bem seccos.* (p. 321)"

Frente aos problemas, a modernização do setor açucareiro era questão urgente e motivou parte dos agricultores a pressionar o governo imperial por medidas que atenuassem ou resolvessem os efeitos da crise do preço. Sônia Bayão Rodrigues Viana (1981, p. 12) propõe que o processo de reorganização da indústria açucareira se deu em duas fases, sendo a primeira transformação seguindo o modelo de engenhos centrais, a partir de 1870, e a segunda fase seguindo o modelo de usina, a partir de 1890.

A ideia dos engenhos centrais promovida pelos que apregoavam a necessidade de modernização da produção nacional, tinha inspiração no modelo cubano de *centrales*. Como mencionado anteriormente, a produção cubana era o principal parâmetro de rentabilidade e produtividade na segunda metade do século XIX, e, por isso, foi escolhido como o principal modelo (MEIRA, 2007, p.45). Esse modelo foi também instalado nos Estados Unidos da América e nas colônias europeias na América, contribuindo para incentivar e demonstrar aos produtores brasileiros como poderiam reorganizar a produção açucareira. Foi por meio do decreto nº 2687 de 6 de novembro de 1875 que o governo central, atendendo aos pedidos dos denominados agricultores progressistas e querendo salvaguardar o setor deveras importante para o sustento do regime imperial, colocou-se como o principal fiador do empreendimento.

Autoriza o Governo para conceder, sob certas clausulas, ao Banco de Credito Real que se fundar segundo o plano da Lei nº 1237 de 24 de Setembro de 1864, garantia de juros e amortização de suas letras hypothecarias, e bem assim para garantir juros de 7 % ás companhias que se propuzerem a estabelecer engenhos centraes para fabricar assucar de canna. (BRAZIL, Decreto nº2687 de 6 de novembro de 1875)

Para Eisenberg (1977, p. 238 – 239), essa preocupação do governo brasileiro para com o andamento e futuro da economia açucareira é considerada parte fundamental do processo de reorganização da produção e é chamada por ele de “modernização subsidiada” ou “modernização pelo alto”. Segundo o autor, diferente de outras regiões produtoras com maior facilidade de atrair investimento externo, como as produções do Caribe, o Nordeste do Brasil – maior região produtora do país – não possuía os atributos necessários para atrair de livre e espontânea vontade o capital estrangeiro, tão pouco a elite dos produtores nacionais possuíam capital e coragem para arriscar em um negócio de grande envergadura.

Enquanto modelo de transformação da economia açucareira, acreditava-se que os engenhos centrais, garantidos pelo governo central e instalados em regiões estratégicas do território, funcionariam igualmente como centros de modernização e qualificação da mão de obra (MEIRA, 2007, p.64). No Brasil, os engenhos centrais foram caracterizados no âmbito da produção pela separação entre a lavoura e a etapa industrial da produção açucareira; no âmbito jurídico, sua principal característica era a submissão às imposições legais da concessão de garantia de juros por parte do governo central. Algumas dessas imposições legais aos empreendimentos que buscavam instalar engenhos centrais com garantia de juros, incluíam: proibição de plantar cana, obrigação de construir vias férreas para transporte da matéria-prima da lavoura até a fábrica, proibição do uso de escravos e implantação da fábrica em lugares previamente designados pelo governo (VIANA, 1981).

Essa regulação objetivava a separação entre lavoura e fábrica, pois acreditava-se que o lavrador teria possibilidade de concentrar seus esforços e capitais no melhoramento da lavoura por meio do uso de fertilizantes, mecanização e irrigação, visto que não teria que investir na fabricação do açúcar. Por sua vez, os proprietários dos engenhos centrais não precisavam se preocupar com o andamento da lavoura, poderiam investir seu capital no setor industrial da produção de açúcar por meio da aquisição de máquinas, da implantação e melhoramento do transporte da matéria-prima e no desenvolvimento de uma classe trabalhadora livre e técnica (VIANA, 1981).

Foi na década de 70 do século XIX, que os engenhos centrais começaram a se materializar em terras brasileiras, a onda de esperança que o novo modelo e o apoio governamental inspiraram, sustentou a crença na recuperação do setor. Representantes de empresas europeias, principalmente da Companhia Industrial J. F. Cail et cie.²⁶, de origem francesa, traziam até o Brasil planos de melhorias e modernização. A parceria econômica entre Brasil e países europeus, principalmente Inglaterra e França, reanimou-se, no entanto não da maneira esperada, pois a

²⁶Empresa francesa que teve sua origem em 1806 com o farmacêutico Charles Derosne, que ao herdar a farmácia de seu pai, se dedicou ao aperfeiçoamento da extração de açúcar de beterraba. Em 1824, Jean-François Cail é contratado por Derosne, atuando como engenheiro mecânico e, em 1836, é promovido a sócio da M. M. Ch. Derosne e Cail. Em 1846, Derosne desapareceu e Jean-François Cail funda a J. F. Cail e Cie. Foi durante o século XIX, a principal companhia industrial da França, tendo atuado na modernização da produção do açúcar de beterraba, no desenvolvimento tecnológico para produção de açúcar de cana, principalmente nas regiões produtoras da América e no planejamento e construção de ferrovias na Europa e na América. (CALLITE, 1993, p.343-358)

participação brasileira no comércio internacional do açúcar continuou decadente, enquanto a compra de maquinários para a instalação dos engenhos centrais foi elevando o valor das importações (MEIRA, 2007, p.68). Nesse período, enquanto o Nordeste buscava recuperar o mercado internacional, o açúcar fabricado nas regiões Sudeste e Sul era produzido para atender o mercado interno crescente do Brasil. O aumento demográfico do século XIX no Brasil foi maior na região Sudeste e, conseqüentemente, a demanda por produtos derivados da cana estava em expansão na região, assim para os produtores do Sudeste e Sul, que estavam mais próximos dos grandes núcleos urbanos, o mercado interno foi se tornando progressivamente o principal consumidor.

É perceptível que o processo de modernização começa a ser implantado na propriedade do duque ainda na década de 60 do século XIX, enquanto, no âmbito nacional, ainda ocorriam debates com objetivos de atrair investimento governamental para a modernização. Quanto aos problemas relacionados à mão de obra para lavoura, encontrados em outras regiões produtoras, o Engenho do Duque conseguiu minimizar os efeitos através do trabalho dos colonos. Segundo Luiz Mateus da Silva Ferreira (2019, p. 197 – 203), um dos principais impactos do empreendimento açucareiro do Duque, na região, foi a oportunidade de renda para os recém-chegados colonos que, além do gasto de terem comprado os lotes, tinham despesas diárias para se manter. Assim, encontravam nas obras de infraestrutura das estradas, na extração da madeira e nas grandes propriedades, como a Fazenda Pirabeiraba, a oportunidade de trabalhar como diaristas. Atesta isso a diminuta performance agrícola dos colonos instalados dentro do limite da Colônia Dona Francisca, pois, de forma racional, fitando a oportunidade de ganhos melhores e rápidos no serviço remunerado, deixavam o trabalho em suas terras em segundo plano.

Em 1874, um novo administrador para a Fazenda Pirabeiraba foi contratado pelo procurador Bruestlein, seu nome era João Paulo Schmalz²⁷. Pode-se afirmar que

²⁷João Paulo Schmalz foi uma das mais importantes personalidades de Joinville no século XIX e início do século XX. Exercendo várias funções políticas ao longo de três décadas na cidade de Joinville, foi empresário dono de uma serralheria e administrador da Fazenda Pirabeiraba, durante 38 anos. De perfil estudioso e curioso, é considerado o fundador da prática do alpinismo em Santa Catarina, tendo no dia 5 de junho de 1886 chegado ao cume do morro Jurapé, o mais alto da costa da província. Era dono de uma das maiores coleções de insetos do Brasil, possuindo 8076 espécies preservadas e catalogadas. A historiadora Odete Schmalz é descendente de João Paulo Schmalz, e ao escrever sua monografia teve acesso aos diários do mesmo, documentos que fazem parte do acervo particular da família (SCHMALZ, 1989, p.50)

essa contratação resultou no fortalecimento da Fazenda Pirabeiraba nas décadas seguintes, pois, durante a parceria entre Bruestlein e o administrador Schmalz é que os processos de transformação dos modelos de produção açucareira da segunda metade do século XIX começaram a ser implantados a nível nacional.

Com base no diário de João Paulo Schmalz, as terras do Domínio Pirabeiraba obtinham, em média, 30 a 40 toneladas de cana por hectare, sofrendo a cultura apenas quanto a alguns aspectos do clima, como a geada das noites de inverno, que eram combatidas por meio de fumaceiras acesas e espalhadas pelo canavial da fazenda.²⁸ Schmalz afirma em seus diários que os trabalhos de cultivo da lavoura iniciavam em fevereiro e março, com a divisão da terra em roças, variando entre 18 a 20 hectares cada uma, seguindo com o preparo das terras e o subsequente plantio da cana, que variava em espécie, havendo exemplares de cana rosa, cana verde, cana listrada, cana bambu e cana caiena. Os trabalhos de preparo da terra envolviam o uso do arado de ferro puxado por bois, que cortava o solo, misturando a terra com o estrume e o bagaço decomposto da cana. Após o preparo inicial da terra e o início do crescimento das plantas, era realizada a limpeza do solo, sendo que a primeira capinação ocorria um mês após o plantio. A plantação então se espalhava por vasto território, principalmente pelo vale do rio Cubatão, e dezoito meses depois estava pronta para a colheita (SCHMALZ, 1989, p. 73). É importante destacar que esse canavial descrito por Schmalz é produzido pela própria Fazenda Pirabeiraba, que ao longo de toda sua existência nunca deixou de ter controle sobre a lavoura, consumindo sua própria cana e a de colonos fornecedores em seu processo de produção de açúcar.

Segundo Schmalz, a colheita ocorria, geralmente, entre os meses de julho e novembro, dependendo do mês em que a roça fosse plantada. Eram contratados cortadores de cana entre os colonos que, munidos de facão, cortavam a planta no ponto mais próximo do solo, ao que seguiam cortando e separando as folhas verdes – utilizadas para o trato dos animais – e deixando a palha seca para ser queimada no fim da safra. A cana cortada era enfeixada em argolas de cipó, então eram colocadas em vagões que seguiam em locomotiva pelos quilômetros de trilhos fixos e movediços, que levavam até a fábrica. Schmalz declara que a safra terminava em grande festa,

²⁸Essas fumaceiras evitam o congelamento da planta na geada, nas baixas temperaturas noturnas. Se a planta congelasse estragava ou produzia menos.

onde se reuniam os trabalhadores da fábrica e lavoura acompanhados de seus familiares para comemorar com música, dança, e comidas e bebidas em fartura. Após o trabalho da lavoura, os cortadores retornavam para suas casas esperando a próxima colheita, enquanto os funcionários da fábrica, morando no local, trabalhavam na produção contínua dos produtos da Usina (SCHMALZ, 1989, p. 74-75). Segundo o registro do diário de João Paulo Schmalz, a historiadora Odete Schmalz afirma que a fazenda possuía muitas casas para acomodar os funcionários da fábrica e seus familiares, essas eram construídas próximas à parte central da propriedade, onde havia as instalações da fábrica, a casa do administrador e uma escola para atender aos filhos dos funcionários (SCHMALZ, 1989, p. 86).

Quanto ao processo fabril, Schmalz (1989) relata que a extração do caldo da cana-de-açúcar era feita pela pressão de moendas de três cilindros, sempre em observação para evitar que o excesso de bagaço diminuísse a eficiência da moagem. Após a extração do caldo, dava-se início ao processo de purificação nos defecadores por meio da adição de uma dose de cal, seguido pelo aquecimento do caldo nas caldeiras com serpentina, por onde passava o vapor e esperava o surgimento das escumas, que resultavam da coagulação das impurezas. Descansando por um período, o caldo, já em temperatura mais baixa, era levado para ser filtrado em filtros de carvão animal, e depois evaporado em aparelho de duplo efeito, restando o xarope.

No entanto, para obter um produto mais puro era necessário repetir o processo de filtragem nos filtros de carvão animal, e então transportar o xarope filtrado para as caldeiras de cobre, onde era cozido até formar cristais insolúveis no mel em que estavam misturados. Dando seguimento ao processo, a massa cristalizada era colocada na centrífuga, onde o açúcar de primeira qualidade era separado do mel, que expelido da máquina era levado por meio de uma bomba aos reservatórios. O açúcar cristalizado era retirado da centrífuga e levado até a estufa onde deveria secar, seguindo, após secagem perfeita, para os trituradores e peneiras que refinavam o produto. Esse mel resultante do processo de centrifugação era armazenado nos reservatórios e voltava a ser submetido aos processos anteriores por mais três vezes, resultando, respectivamente, em açúcar de segunda qualidade, açúcar de terceira qualidade e álcool (SCHMALZ, 1989, p.89).

Em 1881, a Fazenda Pirabeiraba enviou ao Rio de Janeiro amostras de seus produtos com o objetivo de participar da Exposição da Indústria Nacional, conquistando a premiação de Diploma de Mérito e, por isso, sendo recomendada pela

organização do evento como uma das representantes do Brasil na Exposição Continental de Buenos Aires. Na ocasião, figurou entre os grandes empreendimentos de açúcar, como o Engenho Central de Quissamã, que foi premiado com Diploma de Honra. Nas palavras aprovadas pelo comitê de jurados, o Dr. Luiz Goffredo de Escragnolle Taunay considerou o produto joinvilense nos seguintes termos:

Fazenda Pirabeiraba (pertencente ao Duque de Aumale), que expõe três bellas amostras de assucar branco, perfeitamente crystalizado e limpo. Seriam excellentes, caso não estivessem húmidos. Expõe também duas amostras de assucar mascavo de bôa côr, bem limpo, porém pessimamente secco. Está melando todo. (ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL, 1882, p. 326).

Sofrendo o impacto de uma forte concorrência, principalmente na segunda metade do século XIX, o açúcar brasileiro direcionou parte da sua produção para atender um mercado interno em expansão, o que motivou uma competição entre as províncias pelas fatias dos mercados regionais e locais. Em questão estava a manutenção do sistema e da sociedade açucareira (MELO, 2009, p.168).

Em paralelo com a situação nacional, a produção de açúcar da Fazenda Pirabeiraba buscou atender à crescente demanda da Colônia Dona Francisca pelo produto, que embalado em sacos ou colocado em barricas, era enviado para o centro de Joinville. A produção de açúcar da fazenda do Duque também era vendida em diversas cidades da Província de Santa Catarina, como São Francisco do Sul, Blumenau, Desterro e Laguna, além disso, a doce mercadoria tinha presença nos mercados das províncias do Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, como registrado nos pedidos arquivados no Arquivo Histórico de Joinville (COLEÇÃO CARLOS FICKER, Dossiê: Carta e Ofício, Embalagem: 25). Em resumo, o Engenho do Duque de Aumale se desenvolveu em consonância ao aumento da demanda pelo produto no mercado interno, em especial o aumento provocado pela própria imigração do século XIX, nas províncias do Sudeste e Sul do Brasil.

Segundo o informe de 1874, a lavoura sofria com os impostos de exportação e importação, que no caso do açúcar contribuía para deprimir a lavoura, diminuindo os seus já reduzidos ganhos. Os impostos de importação eram um obstáculo para a modernização da produção, visto que o Brasil não possuía uma produção industrial básica, dependendo das máquinas importadas, principalmente da Europa. Os impostos de exportação eram, por sua vez, ainda piores, obrigando o produtor a

diminuir o seu preço de venda para conseguir, de algum modo, competir no mercado externo.

Os de exportação, e alguns dos de importação foram os indicados como deprimentes das forças da agricultura e dos operarios que a servem. [...] Os direitos de exportação foram igualmente considerados gravosos, quando recahem sobre gêneros já depreciados, como o algodão, o assucar, a herva mate, etc. Porque nesse caso, quem os paga não é o consumidor estrangeiro, mas o lavrador, que os tem de deduzir do preço do seu producto, a fim de que possa elle ir concorrer mais facilmente com o de outras procedencias. Uma reduçção desses direitos, senão a sua extincção, foi reconhecida como medida de muito alcance. (BRASIL, 1874, p.21 - 22)

Em consonância com o que ocorria em âmbito nacional, um dos maiores desafios enfrentados pela Fazenda Pirabeiraba, ao longo de sua existência, foi em decorrência da atuação do governo provincial e a constante negativa desse em reabrir a alfândega do porto de São Francisco do Sul. O resultado disso era que os produtos importados ou exportados não podiam chegar ou sair direto do mencionado porto, devendo se dirigir antes para algum porto alfandegário. No caso das importações, como os maquinários da fábrica do Duque, ao sair da França o navio teve que desembarcar primeiro no Rio de Janeiro e somente depois lhe foi concedido o direito de descarregar as mercadorias no porto de São Francisco do Sul. No caso das exportações, como é o caso do açúcar produzido na fazenda, o produto deveria ser transportado do porto de São Francisco do Sul para Desterro, onde, após acertar a taxas alfandegárias, poderia navegar rumo ao destino pretendido (GAZETA DE JOINVILLE, 1878).

O jornal Gazeta de Joinville apresentou vários artigos repreendendo o governo provincial por suprimir a alfândega de São Francisco do Sul, sendo o artigo de 1878 um deles:

Sabemos de fonte limpa que forão introduzidos durante os doze últimos annos neste municipio para a Fazenda Pirabeiraba 130 contos de reis de maquinas tanto para a lavoura que para o fabrico de assucar e de aguardente. [...] A despeza com as maquinas vindas diretamente para São Francisco alcançarão de 19,5% a 24,5% do valor da aquisição, segundo os diversos portos de embarcação na Europa, com aquellas vindas pelo Rio de Janeiro ou por Santos as custas alcançarão de 43% para 50% do valor da aquisição segundo a natureza dos volumes. Admittindo como custo médio 45% seja 20% de aumento sobre 60 contos, chegará a 12 contos de reis a despeza

com a qual foi onerada a sobredita fazenda sem lucro nenhum para o estado, tendo a maior parte destes gêneros entrado livre de direitos e não figurando estes nos algarismos citados. (GAZETA DE JOINVILLE, 1878, p.1)

Apesar dos obstáculos alfandegários, a Fazenda Pirabeiraba, sob comando de Friedrich Bruestlein e João Paulo Schmalz, conseguiu se estabelecer e desenvolver em uma região, até então, fora do ciclo da grande indústria açucareira promovida no Brasil, devido ao contexto do setor no século XIX.

Com a morte de Henrique Eugenio de Orleans, o Duque de Aumale, em 1897, as propriedades até então em suas posses foram colocadas em inventário e entregues aos herdeiros legítimos. Tendo em vista que nenhum dos sete filhos que teve com sua esposa sobreviveram, os bens foram entregues aos seus sobrinhos, entre eles o senhor Duque de Penthièvre e a senhora Duquesa de Chartres, ambos filhos do Príncipe de Joinville e da Princesa Dona Francisca. Assim, as terras voltavam a fazer parte dos bens relacionados à princesa imperial brasileira que as havia recebido em dote. O inventário de 1897, assinado pelo procurador Bruestlein, referente aos bens do Domínio Pirabeiraba, expõe a parte relacionada com a Fazenda Pirabeiraba da seguinte forma:

Figura 6 – Inventário dos bens do Domínio Pirabeiraba, listados pelo procurador Bruestlein, 1897.

4.361 hectares de terras da dita Fazenda Pirabeiraba
Duas casas de moradia
Uma casa para residência do feitor
Uma casa para abrigar trabalhadores
Um edifício onde funcionam as máquinas para moenda de cana e fabricação de açúcar.
Uma máquina a vapor para fabricação de açúcar, com moendas para cana, centrífugas, caldeiras de defecação, de evaporação e de cristalização, caldeiras a vapor com tanques de caldo para os movimentos e evaporação.
Quatro filtros e máquina para a preparação do carvão.
Um aparelho de destilação com oito cubos de fermentação.
Um galpão para depósito de lenha
Um galpão construído de madeira e tijolos para depositar diversos.
Um galpão para fabricação de barricas
2.500 metros de trilhos para vagonetes.
20 vagonetes
Um galpão para abrigar a balança de pesar cana

Um galpão para depósito de bagaços
Um galpão para estrebaria.
Um guindaste de ferro e madeiras
Uma oficina de ferreiro com seus pertences
Uma balança decimal, grande, para pesar açúcar
Duas carroças de quatro rodas
Três mil aduellas para fazer barricas
Onze barricas novas
Dois mil quilos de açúcar cristalizado
Nove tanques de lata para depósito de açúcar
Nove tonéis, sendo quatro de madeira e cinco metálicos
Quatro e meio hectares de cana plantada
Quatro arados
Duas grades
Um rolo de ferro para abater a terra arada
Dois capinadores de ferro
Oito cavalos de tiro
Nove bois
Dezessete vacas
Doze novilhas
Quatorze bezerros
Seis bezerros de dois meses
TOTAL = 172:797\$500 (cento e setenta e dois contos, setecentos e noventa e sete mil e quinhentos réis)

Fonte: Arquivo Histórico de Joinville, Coleção Carlos Ficker, Série Domínio Pirabeiraba.

Apesar da situação difícil que a economia açucareira no Brasil enfrentava no final do século XIX e início do XX, um dos ingredientes que pareceu ser indispensável para o encerramento das atividades e consequente venda dos bens pelos Orleans, foi a crescente desorganização na administração perpetrada pelos seus representantes e os constantes casos de corrupção envolvendo seus bens. No início do século XX, a Fazenda Pirabeiraba enfrentou processos na justiça brasileira, sendo um deles movido por um administrador dos herdeiros e outro contra o procurador dos referidos. As acusações variaram de quebra de contrato à falsificação dos livros contábeis da fazenda.

Igualmente, não se pode esquecer que, apesar de todo o entusiasmo na década de 70 e 80 do século XIX, a partir de 1886 o modelo dos engenhos centrais começou a ser questionado enquanto salvador da economia brasileira do açúcar. Foram inúmeros os problemas enfrentados pelos engenhos centrais no Brasil no final

da década de 70 e início de 80 do século XIX. Como exemplos, citamos as especulações financeiras, os problemas com as máquinas, a pouca qualificação da mão de obra e a não recuperação do preço do produto frente aos investimentos realizados. Dentre todos os problemas do plano de engenhos centrais, destacamos a inconstante oferta de matéria prima para abastecê-los. Esse problema não apenas impactou economicamente, mas, principalmente, trouxe a reflexão sobre o modelo de separação da lavoura e da indústria. O governo central e os donos de engenho, ao separar a lavoura da fábrica e despende todo seu esforço na construção fabril e na compra dos maquinários, aumentaram consideravelmente a capacidade de produção de açúcar e, conseqüentemente, a demanda de matéria-prima. O custo dessa política foi perder o controle da oferta de cana-de-açúcar, gerando uma inconstância de abastecimento dos engenhos centrais. Os fornecedores poderiam não estar contentes com o preço da cana oferecido pelo engenho central, por isso ficavam tentados em produzir açúcar eles mesmos em seus antigos engenhos tradicionais. De qualquer forma, essa inconstância da oferta acabava por elevar os preços da cana a um nível que a já enfraquecida participação brasileira no mercado internacional não poderia absorver, ocasionando o enfraquecimento da competitividade do produto nacional (VIANA, 1981, p.14).²⁹

Em 1915, foi contratado um novo administrador para a Fazenda Pirabeiraba, o que prometia ser um importante passo para o prosseguimento do empreendimento açucareiro na região, devido aos conhecimentos técnicos e relações importantes do contratado com instituições financeiras dos Estados Unidos da América. O novo administrador era Julius Opfergell, que fez carreira administrando fazendas produtoras de açúcar no EUA e que, em 1915, administrava uma fazenda em Ockala, no Havaí.

²⁹Apesar do modelo de engenhos centrais não entregar os resultados esperados pelos produtores e pelo governo, ele tinha motivado a modernização da estrutura fabril e foi sobre esta estrutura que o modelo de usinas foi implantado no Brasil. O decreto nº 9598 de 5 de junho de 1886 foi o marco da passagem de fase entre o ideal dos engenhos centrais para as usinas. No documento, o governo aprova o funcionamento da Companhia Engenho Central de Macaé e permite que adquira terras de lavoura para cultivar sua própria matéria-prima e também para arrendar a terceiros que produziriam e forneceriam cana. A partir desse momento, a ideia de separar lavoura e fábrica perdia legitimidade e buscava-se assegurar a regularidade de abastecimento dos engenhos (VIANA, 1981, p.15). Para Eisenberg (1977, p.124), a usina foi uma espécie de reencarnação moderna dos engenhos tradicionais, pois ao quebrar a divisão de trabalho imposta pelo modelo de engenho central que separou lavoura e fábrica, a usina teria controle de sua própria lavoura, assim como os antigos engenhos coloniais que produziam açúcar quase que exclusivamente com a matéria-prima de suas terras.

Tendo recebido uma oferta para trabalhar na Fazenda Pirabeiraba, sob os seguintes termos: direito ao salário mensal de 100 dólares (em dinheiro americano), direito a residência, luz, lenha e açúcar grátis, além de 10% sobre os lucros líquidos da fazenda; ele viajou em março de 1915 para o Brasil. Durante doze meses, trabalhou Opfergell na Usina da Fazenda Pirabeiraba, no entanto, no final de março de 1916 pediu demissão e deu entrada em um processo contra a Fazenda Pirabeiraba. Segundo o documento da sentença da 1ª Instância, datado de novembro de 1917 e disponível no Arquivo Histórico de Joinville, Opfergell alegava ter sido enganado, visto que desde o princípio não se cumpriram os termos do acordo. Segundo ele, os pagamentos nunca foram realizados em dólar e nunca recebeu a parte justa dos lucros líquidos. Afirmam assim os autos que “a Ré procurou diminuir o prestígio e a ação do autor, a quem em tempo assegura posição igual a de um sócio”. (COLEÇÃO CARLOS FICKER, Dossiê: Carta e Ofício, Embalagem: 26)

Além disso, Opfergell acusou que as contas lançadas em livros sobre os rendimentos da fazenda estavam sendo adulteradas e, por isso, sua participação de 10% não era correta. Os advogados, em defesa da ré, alegaram que o autor Julius Opfergell foi responsável por causar o desentendimento entre os fornecedores e a Fazenda Pirabeiraba, ocasionando um desabastecimento de cana-de-açúcar e lenha para funcionamento da fábrica. Em conclusão, o juiz de direito Heraclito C. Ribeiro considerou, em parte, procedente a ação para condenar a Fazenda Pirabeiraba, sentenciando a ré a pagar ao autor Julius Opfergell a soma indenizatória de 12:685\$170, além de pagar o ordenado de 100 dólares em moeda americana pelos dias de serviço referente a março de 1916. (COLEÇÃO CARLOS FICKER, Dossiê: Carta e Ofício, Embalagem: 26)

A situação desajeitada e juridicamente preocupante em que se encontrava a Fazenda Pirabeiraba se agravava cada vez mais. O procurador do Duque de Penthièvre e da Duquesa de Chartres e, portanto, administrador do Domínio Dona Francisca e do Domínio Pirabeiraba neste período, era o senhor Jean Knatz, nome recorrente em diversas cartas enviadas a Paris com destino ao secretário dos Orleans, senhor C. Pallu de Lessert. As cartas versam, principalmente, sobre acusações de desvio de dinheiro do Domínio Pirabeiraba e Dona Francisca por meio da falsificação dos livros contábeis; essa operação foi creditada ao então procurador Jean Knatz. Uma das cartas mais interessantes é a enviada pelo advogado César Pereira de

Souza ao senhor Gastão de Orleans, Conde d'Eu, primo da Duquesa de Chartres, no dia 5 de janeiro de 1920:

Cada vez se torna mais premente a situação e urge que tomem sua Alteza Real, a Duquesa de Chartres, e seus filhos, providências imediatas para coibir os abusos inomináveis que está pondo em prática o procurador deles. Sei de fonte a mais fidedigna possível que o procurador e o seu cunhado se dizem credores de avultadas quantias o domínio Dona Francisca e Pirabeiraba, alegando que impregaram toda a fortuna que lhes é particular para o desenvolvimento dos serviços. Assim figuram eles na escrita comercial dos livros como credores, tendo apenas na mente de por meio de escrituração phantastica, por eles adrede preparada, criar direitos que não possuem e com o tempo assenhorear-se de todos os bens. As terras que se hao valorizado em alta escala, devido principalmente a construção da linha férrea de São Francisco a Porto União, a qual atravessa o Domínio de Dona Francisca numa extensão de 18 kilometros, vendem-se por preços elevados a colonos e é facto sabido que do resultado colhido nenhuma parcella tem beneficiado os proprietarios que estao na mais completa ignorancia do que sucede. Ao contrário, a fortuna particular do procurador vae crescendo dia a dia, pois que possui terras e uma grande usina de assucar em Itajahy evidentemente adquiridas às expensas de Sua Alteza Real a Duquesa de Chartres. Agora mesmo no correr do inventario do Senhor Duque de Penthièvre, a que se esta procedendo no Juizo de Direito da Comarca de Joinville, procurou o senhor Jean Knatz sonegar um terreno de 350 hectares, que allegara elle ao Juiz pertencer-lhe pessoalmente, mas que foi pelo Juiz compellido, devido a declarações equivocadas, a incluir entre os bens de herança. Ao Snr. Conde de Affonso Celso mostrei eu documentos comprobatorios dos factos narrados e de outros que poem na maior evidencia a desonestidade e infidelidade do procurador. (CARTA PARA SUA ALTEZA REAL O CONDE D'EU, 1920, p.1).

Das graves acusações que marcaram a administração de Jean Knatz, surgiu um interesse crescente de liquidar o patrimônio dos Orleans no Brasil, de modo a salvaguardar o que restava do capital investido ao longo das décadas. O secretário C. Pallu de Lessert seria o responsável por convencer seus patrões da importância de vender as terras antes da dilapidação total dos bens, e o senhor César Pereira de Souza seria o novo procurador responsável por vender as terras. (COLEÇÃO CARLOS FICKER, Dossiê: Carta e Ofício, Embalagem: 26)

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em mente a situação de instabilidade econômica e social pela qual passou o setor açucareiro no Brasil, durante o século XIX – crise que afetou com maior força as regiões tradicionais da produção açucareira – chama a atenção o advento do empreendimento açucareiro do Duque de Aumale na segunda metade do século XIX, na província de Santa Catarina – uma província periférica na economia do açúcar. Enquanto a economia açucareira do nordeste brasileiro buscava reestabelecer a antiga predominância no mercado externo e, principalmente, manter a estrutura social o mais intacta possível, a experiência do Duque de Aumale surgiu em meio a nova sociedade formada pela interação do escravo, do brasileiro livre e do imigrante europeu. Buscando superar o processo de produção açucareira tradicional e sem poder contar com uma oferta de mão de obra cativa³⁰ suficiente, após a legislação abolicionista dificultar o tráfico negreiro em 1850, a Fazenda Pirabeiraba se fez junto da colonização, criando sua lavoura ao mesmo tempo que construía seus alicerces, incentivando colonos livres a cultivarem cana e fomentando o início da industrialização da região norte de Santa Catarina.

Essa condição peculiar em que foi estabelecido o Engenho do Duque de Aumale, demonstra ser o ponto de relevância a ser considerado no estudo do tema, pois mesmo em consonância com as transformações tecnológicas, filosóficas e legais que influenciavam a política agrária do Brasil, a Fazenda Pirabeiraba se diferenciava, em primeiro lugar, pelo pioneirismo na região. Além do desafio de garantir que o fornecimento de matéria-prima fosse suficiente para os novos padrões de produção, teve que fazer surgir toda uma estrutura social e econômica da cana-de-açúcar – existente em pequena escala na região – que justificasse a implantação de tamanho empreendimento. Em segundo lugar, o Engenho foi destaque pela prática antecipada

³⁰A economia açucareira e a sociedade brasileira que dela surgiu assim como a paisagem que ela moldou esteve fortemente imbricada com o trabalho cativo. Na região norte de Santa Catarina, a mão de obra escrava existia desde períodos coloniais, sendo explorada no meio rural em fazendas ou nos núcleos urbanos de São Francisco do Sul e Joinville. Durante a maior parte de sua existência a Usina do Duque de Aumale esteve inserida em uma sociedade permeada pela escravidão mas que começava a se transformar em suas relações de trabalho, assim sendo, um dos aspectos mais evidenciados pelos discursos da época sobre o Engenho do Duque de Aumale é o afastamento com as práticas tradicionais incluindo o afastamento da mão de obra cativa e a preferência pela utilização de mão de obra livre, em geral dos pequenos agricultores temporários na lavoura e de pessoal efetivo e qualificado para o trabalho interno da usina. Com base no que possuímos de conhecimento atualmente sobre o objeto, é necessário deixar aberta a discussão sobre a relação entre mão de obra escrava e trabalho na Usina, visto que a complexidade do tema exige um estudo mais prolongado e com maior número de fontes.

de modernização de sua produção, antecedendo aos incentivos fiscais concedidos em meados de 1875 pelo governo imperial aos engenhos que se adequassem ao modelo de centrais.

O que buscamos evidenciar é que, como experiência produtiva do setor açucareiro, a Fazenda Pirabeiraba foi produto de uma sociedade em crise e transformação simultâneas, tendo como ponto fulcral a imigração e colonização, uma vez que é desse processo geográfico e demográfico que dependerá. Foi em meio a ocupação territorial pelos colonos europeus que surgiu um aumento de demanda pela produção de açúcar na região Sul do Brasil, e foi essa mesma população que demandando trabalho para poder se instalar em um novo território, serviu de mão de obra e disseminou, como nunca, a cana-de-açúcar pela região norte da província. Finalmente, a paisagem açucareira formada a partir da Fazenda Pirabeiraba foi peculiar no contexto regional, e suas marcas e vestígios transcendem as ruínas e se fazem atualmente presentes nos campos de cana, ainda na região norte de Joinville³¹.

3.6 REFERÊNCIAS

ACADEMIA JOINVILENSE. **DUQUE D'AUMALE**. Disponível em: <https://academiajoinvilense.com.br/duque-daumale/>. Acesso em: 01 mar. 2021.

ACERVO ARQUIVO HISTÓRICO. COLEÇÃO CARLOS FICKER. Dossiê, Série Domínio Pirabeiraba. Joinville.

ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Arquivos da Exposição da Indústria Nacional de 1881**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882.

BRASIL. **Informações sobre o estado da lavoura**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874.

BRAZIL. Decreto nº 2687, de 06 de novembro de 1875. Autoriza o governo para conceder sob certas cláusulas, ao banco de crédito real que se fundar segundo o plano da lei 1.237, de 24/09/1864, garantia de juros e amortização de suas letras hipotecárias, e bem assim para garantir juros de sete por cento as companhias que se propuserem a estabelecer engenhos centrais para fabricar açúcar de cana. **Decreto Nº 2.687 de 06 de novembro de 1875**. Rio de Janeiro: Governo Imperial, 1875.

³¹Segundo o informe municipal publicado em 2018 pela prefeitura de Joinville, a cana de açúcar foi a maior produção agrícola do município. Em 2012 com uma produção anual de 25.000 toneladas, saltou para 84.000 em 2017, sendo seguida apenas respectivamente pela lavoura de arroz e mandioca. Acesso: 01 mar. 2021.

CALLITE, Anne. Cail, constructeur de locomotives. **Revue du Nord**, tome 75, n°300, Avril-juin 1993. Histoire économique et sociale. pp. 343-358.

CANABRAVA, Alice P. **A grande lavoura**. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.) História geral da civilização brasileira. O Brasil monárquico: declínio e queda do império. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. v.6. p.103-166.

CHISHOLM, Hugh. **The Encyclopaedia Britannica**: a dictionary of arts, sciences, literature and general information. Cambridge: University Press, 1910.

DÉ CARLÍ, Gileno. **Aspectos de economia açucareira**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1942.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança**: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840–1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FERREIRA, Luiz Mateus da Silva. **Terra, trabalho e indústria na Colônia de Imigrantes Dona Francisca** (Joinville) Santa Catarina, 1850–1920. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

FICKER, Carlos. **História de Joinville**: crônica da Colônia Dona Francisca. 3.ed. Joinville: Letradágua, 2008.

FRANCISCO, Príncipe de Joinville. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco,_pr%C3%ADncipe_de_Joinville. Acesso em: 01 mar. 2021.

GAZETA DE JOINVILLE. Joinville, n.48, 1878.

IBGE. Série estatísticas retrospectivas/Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. – Rio de Janeiro: IBGE, 1986.

LINHARES, Maria Yedda. **História Agrária**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.) Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LUDICIBUS, Sérgio de; FILHO, Álvaro Augusto Ricardino. **A primeira Lei das Sociedades Anônimas no Brasil**: Lei n° 1.083 – 22 de agosto de 1860. Revista Contabilidade & Finanças – USP: São Paulo, n°29, p.7 – 25, maio/ago 2002.

MAKINO, MIYOCO. **Contribuição ao estudo de legislação sobre núcleos coloniais do período imperial**. In: Anais do Museu Paulista, tomo XXV. São Paulo, 1971-1974, p. 79-129.

MEIRA, Roberta Barros. **Banguês, engenhos centrais e usinas**: o desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo e a sua correlação com as políticas estatais (1875–1941). Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MELO, José Evando Vieira de. **O açúcar no café**: agromanufatura açucareira e modernização em São Paulo (1850–1910). São Paulo: USP, 2009.

NIEMEYER, J. O. L. **Carta ao presidente da província de Santa Catarina**. 25 jan. 1868.

SCHMALZ, Odete. **Um ducado francês em terras principescas de Santa Catarina**. Joinville: Univille, 1989.

SCHWARTZ, S. B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História das Paisagens**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.) Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SOCIEDADE COLONIZADORA 1849. Relatórios, de 1851 a 1892. Tradução Helena Remina Richlin. Sociedade Colonizadora. Arquivo Histórico de Joinville.

VIANA, Sônia Bayão Rodrigues. **O Engenho Central de Quissaman (1877/1878–1904)**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

4. A USINA TOMBADA: O PATRIMÔNIO EM RISCO E A USINA DO DUQUE DE AUMALE, JOINVILLE/SC

Resumo: O presente artigo pretende analisar o processo de tombamento da Usina do Duque de Aumale como patrimônio cultural do município de Joinville no ano de 2003 e discutir sua atual condição enquanto parte de uma paisagem cultural rural em constante transformação. Reconstituindo sua trajetória histórica, buscamos compreender como as ruínas da usina de açúcar do Duque de Aumale foram transformadas em um patrimônio cultural do município de Joinville após 138 anos de sua construção, além de avaliar sua atual situação de patrimônio em risco. No processo de reconstrução da trajetória histórica do bem tombado, fica evidente a intrínseca relação do Engenho do Duque de Aumale com o processo colonizador, sendo na época reconhecido como um símbolo da modernidade. Paralelamente, conseguimos evidenciar que as escolhas patrimoniais em Joinville foram projetadas para evidenciar o urbano e o étnico germânico, de modo que levou ao apagamento do rural. Foram utilizados como fontes primárias para a escrita deste trabalho, documentos produzidos pela administração do Domínio Pirabeiraba, relatórios dos diretores da Colônia Dona Francisca, cartas, o jornal Gazeta de Joinville, o processo de tombamento da Usina do Duque de Aumale de 2003 e relatórios produzidos pela COMPHAAN³².

Palavras-chave: Usina do Duque de Aumale, açúcar, paisagem cultural, patrimônio em risco.

4.1 INTRODUÇÃO

A partir da colonização portuguesa iniciada em 1500, uma nova relação entre humanos e território começou a surgir em solo americano, visando atender as demandas consumidoras de uma terra distante e deixando como legado uma drástica mudança na paisagem cultural. A monocultura da grande lavoura açucareira aparece como condutor fundamental dessa nova realidade americana, tendo exemplos na América do Sul, América Central e América do Norte (FREYRE, 2004, p. 40). Com a independência política em 1822, o Brasil surgiu como mais uma nação no mercado mundial, não mais submetida aos interesses da metrópole, contudo, a estrutura produtiva e social pouco foi alterada, sendo ainda a economia da grande lavoura escravista a espinha dorsal da nação (CANABRAVA, 2004, p.103).

Após séculos de existência, a economia brasileira do açúcar havia produzido uma sociedade de riqueza desigual, característica que pavimentou a sua própria crise.

³²A COMPHAAN é a Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural do Município de Joinville.

Desfrutando o açúcar brasileiro de contínua expansão produtiva em bases consideradas até então sólidas, – como a expansão territorial da lavoura e o aumento da mão de obra escrava – a elite realizou mudanças pontuais tanto na lavoura como no setor fabril. A entrada de concorrentes no mercado, aumentando a oferta do produto e a queda dos preços no mercado mundial, gerou a desvalorização do produto, de modo que os produtores de açúcar brasileiros não conseguiam manter a lucratividade do passado (MEIRA, 2009, p.2).

Durante o século XIX, a concorrência havia relegado ao passado o predomínio brasileiro no mercado internacional. A concorrência caribenha no açúcar de cana e o crescimento da produção do açúcar de beterraba europeu³³ conseguiram, em algumas décadas, abocanhar parte considerável do mercado consumidor europeu do açúcar brasileiro (EISENBERG, 1977, p. 235). Nesse período, o discurso de modernização da agricultura foi um dos responsáveis pela transformação do setor açucareiro internacional, onde os avanços do iluminismo científico, por meio dos fisiocratas, avançavam sobre as práticas antigas de cultivo e produção (PÁDUA, 2004, p.32). Os chamados agricultores progressistas e os técnicos agrônomos defendiam a necessidade de racionalizar o uso das florestas, apregoando contra as práticas da lavoura vampírica. Alertavam que não bastava apenas uma grande lavoura e um grande contingente humano para extrair a riqueza, mas deveriam ser realizados estudos para racionalizar tanto o plantio da lavoura e seu manejo, como os processos de transformação em produtos industrializados (MEIRA, 2017, p.110).

³³Desde o século XVII, com o estabelecimento de colônias holandesas, francesas e inglesas no Caribe, a economia açucareira do Brasil sentiu um impacto nas relações comerciais. Anteriormente, o açúcar brasileiro intermediado pela metrópole portuguesa abocanhava parte considerável do mercado consumidor europeu, mas com a expansão territorial de outras potências europeias e, conseqüentemente, com o estabelecimento de suas próprias colônias, o açúcar brasileiro perdeu o atrativo e o valor devido à concorrência (VIANA, 1981, p.1). Apenas no início do século XIX, com os conflitos napoleônicos, o bloqueio continental e a Revolução de São Domingos, o preço do açúcar teve aumento e a produção brasileira acabou por ocupar parte do vazio decorrente da dificuldade imposta ao comércio europeu no Caribe (MEIRA, 2014, p.6). No entanto, esse embargo comercial aos produtos das colônias caribenhas imposto por Napoleão acelerou o desenvolvimento de uma indústria do açúcar de beterraba europeia, que visava atender a demanda de consumo interna da Europa, ou seja, após o fim dos conflitos napoleônicos e do breve aumento do preço do açúcar e da competitividade brasileira, o que restou foi uma sólida indústria do açúcar de beterraba e o retorno do comércio açucareiro caribenho, aumentando a concorrência, a oferta do produto e, conseqüentemente, derrubando os preços no mercado internacional (EISENBERG, 1977, p.45).

A fim de enfrentar essa crise econômica, os produtores de açúcar iniciaram uma reflexão sobre os problemas da lavoura açucareira e da produção do açúcar, tendo como principal modelo os engenhos do Caribe, em especial os de Cuba, que no século XIX liderava a produção no setor³⁴. Utilizando de sua influência política, alguns produtores começaram a promover a ideia da modernização do setor, em conjunto com os técnicos agrônomos que formavam parte da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas³⁵ (EISENBERG, 1977, p. 237). Na década de 70 do século XIX, a resposta veio sob a forma dos engenhos centrais³⁶ que, desde a década de 60 do século XIX, vinham apresentando resultados positivos e cujo princípio era a separação entre lavoura e indústria. Dessa maneira, os senhores de engenho poderiam dedicar maior capital para o melhoramento técnico da produção e aquisição de maquinários oriundos da Revolução Industrial, enquanto os fornecedores da matéria prima, por sua vez, poderiam usar seu capital para o desenvolvimento racional da lavoura (MEIRA, 2014, p.11). No entanto, durante as décadas de 80 e 90 do século XIX, o modelo dos engenhos centrais no Brasil dava sinais de insustentabilidade, e a confiança no referido modelo começou a diminuir.

³⁴A economia açucareira foi inserida em Cuba desde o final do século XVI, mas foi no século XIX que expandiu para tornar-se o maior produtor mundial. Investindo na modernização do plantio e da produção de açúcar, com foco técnico-material e aproveitando o desenvolvimento ferroviário, conseguiu adiantar-se e destacar-se no cenário internacional (MEIRA, 2014, p.6). Eisenberg (1977, p.237) destaca que o rápido desenvolvimento da indústria açucareira em Cuba, no século XIX, ocorreu, em partes, devido a sua posição geográfica em relação aos grandes mercados consumidores do ocidente, ao interesse de investidores espanhóis e estadunidenses e a fertilidade de sua terra, que conseguia produzir, aproximadamente, mais de 1 milhão de toneladas em 814 mil hectares de terra, enquanto o Brasil produzia, no mesmo período, 100 mil toneladas em 417 mil hectares.

³⁵Em 1874 foi produzido pelo Ministério da Fazenda o documento intitulado “Informações sobre o estado da lavoura”. Com base nas informações fornecidas pelos governos provinciais e com a análise dos técnicos do ministério, o governo central buscava compreender qual era o defeito da lavoura brasileira, sobretudo do açúcar. Em suma, o documento afirmava a necessidade de melhoramento técnico da produção com a introdução de maquinários, em paralelo com a instrução técnica do produtor. Além disso, alertava para necessidade de incentivos fiscais, de modo a atrair investimentos estrangeiros que possibilitassem a compra dos equipamentos (BRASIL, 1874, p.11).

³⁶O modelo foi desenvolvido por Jean François Cail, da firma francesa Derosne & Cail, em 1838. As primeiras instalações foram construídas nas colônias francesas de Bourbon, Martinica e Guadalupe. O modelo era montado por sociedades anônimas (S/A), pois demandava grande investimento de capital financeiro e técnico para ser instalado. O sucesso dos engenhos centrais torna-se evidente pelos demonstrativos da década de 60 e 70 do século XIX do Engenho François, que obteve lucro anual de 30% em 1868, 49% em 1869 e 37% em 1870, enquanto os lucros dos engenhos nordestinos alcançavam 4 a 6% (MEIRA, 2010, p.38).

Um dos principais motivos para a transformação dos engenhos centrais em usinas foi a instabilidade na oferta de matéria-prima, decorrente da divisão de trabalho agrícola e industrial³⁷. Em 5 de junho de 1886, o governo central concedia à Cia. Engenho Central de Macaé a permissão de adquirir terras para o cultivo da cana-de-açúcar ou arrendamento a terceiros, na condição de produtores de cana-de-açúcar, na intenção de garantir assim o suprimento necessário de matéria prima (VIANA, 1981, p.15). Isto posto, o princípio da separação entre lavoura e indústria, tão evidenciado e idealizado nas décadas anteriores, passa a ser entendido como um entrave produtivo, resultando em uma nova reorganização do modelo de engenhos centrais para o modelo usinas, visando integrar lavoura e indústria novamente. Pode-se dizer que a transformação de engenhos centrais em usinas ocorre como forma de adaptação de um modelo produtivo idealizado, para que o mesmo entre em conformidade com as características encontradas no Brasil, de modo a corrigir as falhas evidenciadas (MEIRA, 2016, p.438).

Além dos projetos de modernização técnica da produção, outros fatores contribuem para marcar o século XIX como um período crucial de transformação da economia brasileira do açúcar. O crescimento demográfico e a consequente ampliação de um mercado interno impactaram e ampliaram a paisagem açucareira, de forma que regiões tradicionais de produção, em sua maioria no Nordeste, observaram o aumento da indústria sacarina em regiões até então secundárias no setor. As províncias do Sudeste, que apresentavam o maior crescimento demográfico³⁸ na época, proporcionavam o aumento do consumo de açúcar, o que tornava a venda do açúcar brasileiro no mercado interno uma possibilidade frente às

³⁷Em suma, o modelo de Engenhos Centrais contribuiu para a modernização da produção açucareira e foi o modelo responsável pela implantação dos maquinários no século XIX. No entanto, o princípio de separação entre lavoura e indústria acabou criando, no caso brasileiro, um descompasso entre oferta e demanda de matéria prima. Com a modernização da indústria, a demanda pela matéria prima aumentou, visto que um dos objetivos era aumentar o volume de produção, todavia, o engenho central dependia da disponibilidade dos fazendeiros da região em fornecerem um suprimento constante de cana-de-açúcar. Segundo Eisenberg (1977, p.123), quando os preços oferecidos na compra da matéria prima pelos engenhos centrais eram inferiores ao esperado, os fornecedores seguravam a venda de cana e preferiam eles mesmos transformar a matéria prima em açúcar, nos engenhos tradicionais que conservavam em suas terras.

³⁸Minas Gerais tinha 350.000 habitantes em 1808 e chegou, a 2.102.689 em 1872, consolidando sua posição de maior província em número de habitantes no século XIX. O Rio de Janeiro com 235.079 em 1808 chegou a 1.094.576 habitantes, em 1872. São Paulo, que em 1808 tinha contabilizado 200.408 habitantes, fechava 837.354 habitantes no ano de 1872 (IBGE, 1986, p.29).

dificuldades no mercado internacional (Eisenberg, 1977, p. 50). A explosão demográfica na região Sudeste traz consigo o aumento da demanda de açúcar e, não por coincidência, quando iniciado a aplicação do projeto de engenhos centrais subsidiados pelo governo na década de 70 do século XIX, foram os produtores de açúcar da região Sudeste que se posicionaram no início da fila para iniciar a modernização (MELO, 2009, p. 104).

Na província de Santa Catarina, o século XIX também é marcado pela expansão demográfica³⁹, justificada em grande parte pelo fluxo de imigrantes enviados com o objetivo de ocupação territorial e fortalecimento das fronteiras sulistas (MAKINO, 1971-1974, p. 127). Nesse processo de ocupação territorial e adensamento populacional, que leva a criação de novas cidades no século XIX, na província de Santa Catarina, podemos observar a transformação e dinamização em vários setores econômicos, buscando adequar-se ao novo contexto. Na região nordeste de Santa Catarina, a lavoura de cana-de-açúcar já estava presente antes do século XIX. De estatura pequena, buscava atender o consumo interno regional tanto de açúcar como de água ardente, entre outros derivados. No entanto, com a explosão populacional e a nova relação fundiária estabelecida pela Leis de Terras (1850), o fortalecimento de uma economia açucareira na região teve a oportunidade para se desenvolver. A tentativa da Colônia Dona Francisca de viabilizar a colonização a curto prazo para estabilizar o projeto colonial, a necessidade dos imigrantes de obter uma fonte de renda adequada e o plano dos Orleans de valorização fundiária encontraram no setor açucareiro um ponto comum para dedicar-se. Com investimentos do Duque de Aumale, um grande complexo fabril foi instalado na região entre os rios Cubatão e Pirabeiraba. Cercado pela lavoura canavieira, o complexo tornar-se-ia o principal produtor de açúcar da província, durante o século XIX, e seria apresentado e valorizado na região como um símbolo de modernidade e civilização.

Logo, buscamos compreender neste estudo como os impactos da economia açucareira transformaram a paisagem cultural da região nordeste de Santa Catarina, no século XIX, e quais os desdobramentos desses impactos na definição do patrimônio cultural da cidade de Joinville, que resultaram no tombamento das ruínas da Usina do Duque de Aumale, em 2003. Procuramos suporte na ideia apresentada

³⁹A província de Santa Catarina, em 1808, registrava 38.687 habitantes, chegando a contabilizar 200.000 habitantes, em 1867 (IBGE, 1986, p. 29).

por Francisco Carlos Teixeira da Silva (1997, p. 297), sobre a importância de levar em conta os vários aspectos da formação histórica de uma paisagem (SILVA, 1997, p. 297). Para tanto, buscamos via análise documental discutir a trajetória histórica do Engenho do Duque de Aumale, com fontes do século XIX produzidas pela administração do Domínio Pirabeiraba, Domínio Dona Francisca, Sociedade Colonizadora de Hamburgo e o jornal Gazeta de Joinville, além de fontes do século XXI, como o processo de tombamento das ruínas da Usina do Duque de Aumale e os relatórios dos arquitetos da COMPHAAN.

4.2 PIRABEIRABA: O NÚCLEO AÇUCAREIRO DO NORDESTE CATARINENSE

A criação de núcleos coloniais com imigração europeia, no século XIX, contribuiu para consolidar o mercado consumidor interno e, conseqüentemente, elevou a demanda catarinense de açúcar em um curto espaço de tempo, o que, em uma província secundária na produção açucareira, resultou no aumento de importação do produto pelo comércio interprovincial e no aumento de estímulo ao desenvolvimento da indústria sacarina regional (SANTOS, 1994, p. 5). Nesse contexto, o projeto imigrantista aplicado no nordeste de Santa Catarina ganhou corpo, tendo originado uma nova paisagem cultural na região.

Em 1843, na ocasião do casamento da princesa imperial Dona Francisca de Bragança com o Príncipe de Joinville, Francisco de Orleans⁴⁰, foi confirmado o acordo que estabelecia o dote principesco⁴¹, incluindo a aceitação de uma parte do valor em

⁴⁰A princesa imperial Dona Francisca Carolina de Bragança era a sexta filha de Dom Pedro I e sua primeira esposa, a imperatriz Leopoldina de Habsburgo Lorena. Francisca era um ano mais velha que o imperador Dom Pedro II e dois anos mais nova que a princesa imperial Dona Januária Maria de Bragança. No início dos anos 40 do século XIX, os irmãos já eram considerados aptos para se casar, sendo necessário estabelecer de forma mais rigorosa a legislação sobre seus respectivos matrimônios, assim, em 29 de setembro de 1840, foi criada a lei nº 166, complementar à Constituição de 1824. Dona Francisca se casou em 1843 com o príncipe francês Francisco Ferdinando de Orleans, sétimo filho do rei Luís Filipe I de Orleans, o alcunhado “rei burguês”. Após o casamento, o casal foi morar na França, onde o príncipe desempenhava funções como oficial da marinha e onde residiram até 1848, pois com os movimentos revolucionários de 1848 que assolavam a Europa, seu pai foi destituído e sua família posta em exílio, indo residir na Inglaterra (FICKER, 2008, p. 22).

⁴¹A Constituição de 1824 legislava sobre a política de casamento da família imperial, mas somente com a lei nº166 de 29 de setembro de 1840, na iminência do casamento do imperador e de suas irmãs, foi estabelecido um regramento mais específico sobre o valor dotal das princesas e príncipes do império. Ficava definido, no artigo 11 da referida lei, os valores a serem pagos em caso de princesas e príncipes que estabelecessem residência fora do solo nacional: “Art. 11. Realizado o caso de sahir do Imperio Sua Alteza Imperial, se lhe entregará,

forma de propriedade fundiária (FICKER, 2008, p. 24). Em 1848, quando do exílio da família real francesa na Inglaterra, o Príncipe de Joinville perdeu suas propriedades em solo francês e suas funções na marinha, o que o motivou a conceder, em 1849, plenos poderes ao seu representante Louis François Léonce Aubé⁴², para que esse estabelecesse contato e negociasse com os empresários hamburgueses a realização de um projeto de colonização nas terras dotais (FICKER, 2008, p. 47).

Em 1846, havia sido estabelecida na cidade de Hamburgo a Sociedade Colonizadora de Hamburgo, uma empresa idealizada pelo senador hamburguês Christian Mathias Schroeder, tendo e que congregava entre seus acionistas banqueiros, comerciantes, armadores e políticos regionais e que visavam aproveitar o crescente mercado de imigração europeia para a América. A cidade de Hamburgo⁴³, na época, atuava como o grande porto do norte da Europa central, recebendo fluxo mercantil e migratório dos diversos países ao seu redor, sendo que o senador Christian Mathias Schroeder havia, ao longo dos anos, atuado no comércio entre Brasil e Hamburgo, principalmente na importação de café e açúcar (FERREIRA, 2019, p. 121).

O interesse nacional de ocupação territorial na região sul do país, o desejo dos príncipes de valorização do preço da terra concedida em complemento do dote e o interesse de investidores hamburgueses no crescente negócio de transporte de

por uma vez sómente, na fórmula do art. 113 da Constituição, a quantia de setecentos e cinquenta contos de réis, segundo o Padrão Monetário, além da somma marcada no art. 4º da presente Lei para enxoval.” (BRASIL, 1840). O problema enfrentado em 1843 pelo governo brasileiro no cumprimento de sua própria lei dotal, decorria da diferença do padrão monetário vigente na época da criação da lei e do casamento, pois em 1840 o padrão monetário era de 2\$500 por oitava de ouro 22 quilates, já em 1843, o padrão era de 4\$000 por oitava de ouro 22 quilates, o que aumentava em muito o valor de 750:000\$000, proposto em 1840. A concessão das 25 léguas em terras na província de Santa Catarina foi uma proposta do governo brasileiro de complemento do dote. No casamento da princesa Januária Maria de Bragança com o príncipe napolitano Luís Carlos de Bourbon, a mesma questão foi debatida e, após exaustivo exame do Conselho, o requerimento do marido pelo pagamento integral em dinheiro foi aprovado (FICKER, 2008, p.25).

⁴²Nascido em 1816 e formado pela Escola Politécnica e a Escola de Minas de Paris, Louis François Léonce Aubé foi escolhido, em 1844, como representante do Príncipe de Joinville e, portanto, responsável pela escolha das terras dotais concedidas em complemento ao dote da princesa Dona Francisca. Em 1846, é nomeado Vice-cônsul francês em Santa Catarina, até a Revolução de 1848 que destronou os Orleans, obrigando-o a deixar largar suas funções consulares e o levando-o a se dedicar-se como representante exclusivamente como representante do príncipe no Brasil.

⁴³A Cidade Livre e Hanseática de Hamburgo, na segunda metade do século XIX, era uma cidade-Estado que atuava politicamente de forma independente no complexo cenário germânico da era pós-napoleônica.

imigrantes da Europa para América, resultaram no acordo estabelecido entre o príncipe de Joinville e a Sociedade Colonizadora de Hamburgo, em 1849, no qual o primeiro compromete-se a conceder 8 léguas de terra em troca do envio e estabelecimento de núcleos coloniais na região (FERREIRA, 2019, p. 126).

O projeto de colonização, nomeado de Colônia Dona Francisca, começou a ser instalado em 1851 com a chegada dos primeiros imigrantes. O plano previa a divisão das 8 léguas em lotes comercializados pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo ainda na Europa, de modo que os imigrantes compravam lotes e passagens para instalarem-se na nova terra como agricultores, principalmente, pois o objetivo da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, a longo prazo, era atuar como intermediária do comércio de mercadorias agrícolas da colônia para a Europa e de produtos manufaturados europeus para a colônia (FERREIRA, 2019, p. 132). Essa experiência colonizadora apresenta uma complexidade peculiar, pois diferente de outros núcleos de colonização, diretamente organizadas pelo Estado brasileiro, a Colônia Dona Francisca foi instalada no centro de uma propriedade privada, primeiro pertencente ao patrimônio da princesa Dona Francisca e seu cônjuge, e que, posteriormente, passou a integrar o patrimônio da empresa hamburguesa Sociedade Colonizadora de Hamburgo, que nos anos iniciais desempenhou o papel administrativo da população de imigrantes e serviu de vínculo político desses com o Estado brasileiro.

Um aspecto marcante da colonização joinvilense é o apagamento da história dos brasileiros na formação da colônia e a sua participação nas esferas econômicas, sociais, culturais e políticas. Nos relatórios enviados pela direção da colônia para Hamburgo, nota-se o esforço em criar uma imagem puramente alemã do empreendimento colonial, ressaltando o caráter germânico e omitindo o nível de integração dos colonos com os brasileiros. Uma possível explicação para a postura adotada é a necessidade de manter os investidores germânicos seguros de que a “índole do trabalho” dos imigrantes não seria colocada em risco ao aprofundar os laços com uma sociedade escravista, que considerava o trabalho manual como degradante (FERREIRA, 2019, p. 116). No entanto, deve-se destacar que o distanciamento desejado pelos projetistas da colonização em relação à escravidão não é decorrente de uma postura ética, em que a escravidão representaria um ato ilegítimo ou imoral, o problema evidenciado na época é que a escravidão, enquanto modelo econômico, seria algo arcaico, ultrapassado e ineficaz, e que, portanto, entrava em contraposição ao ideal europeu de civilização moderna (SEYFERTH, 2002, p. 120).

Essa visão etnocêntrica presente no processo de colonização da região, principalmente nos discursos da direção da colônia Dona Francisca, carrega traços do germanismo, que impactou os rumos seguidos na Europa e regiões de colonização germânica como o nordeste de Santa Catarina, funcionando como uma forma de controle da organização social⁴⁴ no século XIX (BREPOHL; NADALIN, 2019, p. 19), também sendo estabelecido como um importante pilar das representações culturais em Joinville, durante o século XX e XXI, principalmente após a campanha de nacionalização do Governo Vargas (MACHADO, 2014, p. 67).

Figura 1 – Retrato do Príncipe de Joinville (esquerda) e do Duque de Aumale (direita).



Fonte: François... (2021); Henrique,... (2021).

Em 1861, um acordo realizado entre o Príncipe de Joinville e seu irmão Henrique Eugenio, Duque de Aumale⁴⁵ (Figura 1), possibilitou a aquisição de parte

⁴⁴Os historiadores Marion Dias Brepohl e Sergio Odilon Nadalin apontam em seu trabalho “Imigração germânica, etnicidade e identidade profissional: colonização em Joinville (Dona Francisca)” a possível relação entre a colonização do nordeste catarinense, especialmente a Colônia Dona Francisca, com o modelo de colonização proposto por João Jorge Elerz. Segundo os autores, o modelo de Elerz visava criar uma camada de imigrantes intermediária entre imigrantes agricultores e a sociedade receptora. Promovendo uma colonização por membros de origem comum, mas fragmentando entre uma elite administrativa e uma maioria de trabalhadores braçais, enquanto a cultura e a religião serviriam como instrumento de estabilização social, buscavam evitar que uma dominação direta do nacional brasileiro sobre imigrantes europeus resultasse em desordem social e insatisfação (BREPOHL; NADALIN, 2019, p. 19).

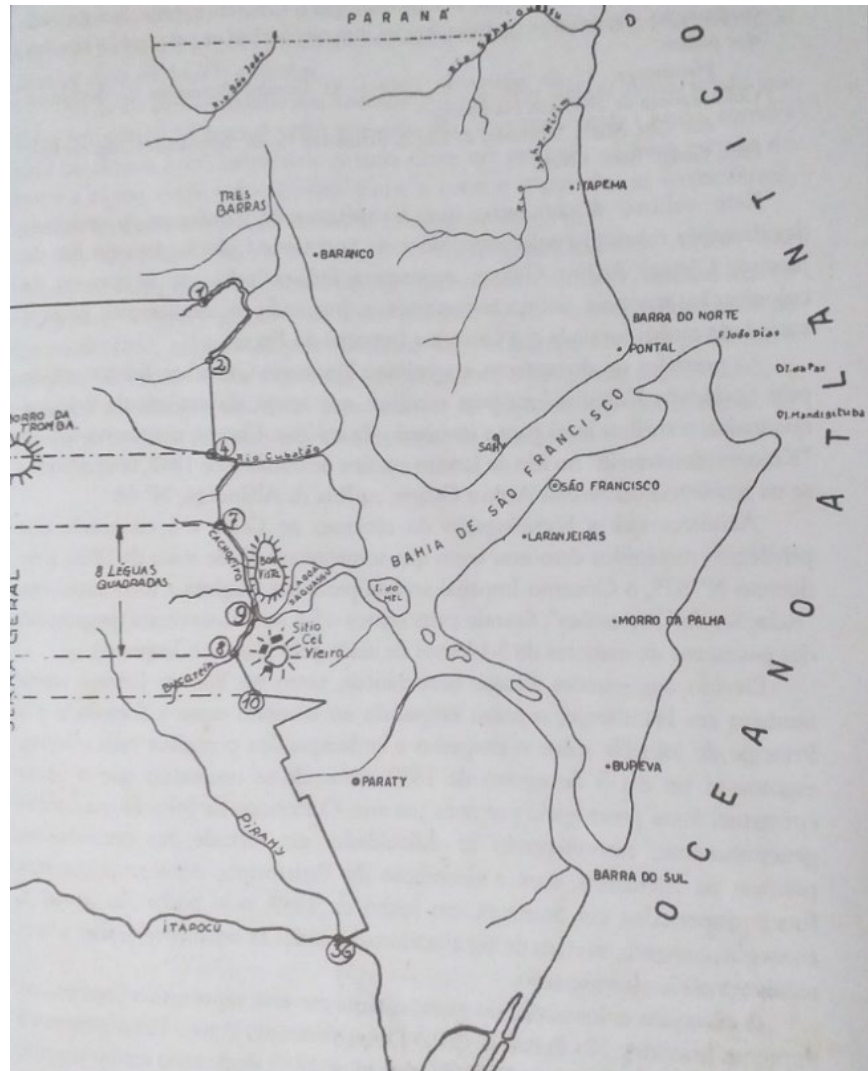
⁴⁵Nascido em 1822, Henrique Eugenio Filipe Luís de Orleans, Duque de Aumale, foi o penúltimo filho a nascer da união entre o rei Luís Filipe I da França com sua esposa Maria Amélia das Duas Sicílias. Em 1830, com a morte do último dos príncipes de Condé, o jovem duque herdou uma fortuna que era considerada um dos maiores patrimônios imobiliários e

das terras dotais pelo duque, mais precisamente 4 milhões de braças quadradas entre o rio Pirabeiraba e o rio Cubatão. A paisagem da região sofreu uma mudança drástica nos anos seguintes, iniciando, ainda em 1861, o desmatamento e exploração da madeira nativa, que era enviada para a serraria do príncipe, nas margens do rio Cubatão, e seguia para ser comercializada em diversas regiões como Porto Alegre, Rio de Janeiro e até Montevideu (FICKER, 2008, p. 202).

As 8 léguas iniciais concedidas pelo Príncipe de Joinville para o estabelecimento da Colônia Dona Francisca ficavam entre o marco 7 (Norte) e o marco 8 (Sul) (Figura 2). Destaque também para a região adquirida pelo Duque de Aumale em 1861, entre o rio Pirabeiraba, marco 2 (Norte), e o rio Cubatão, marco 4, (Sul) que eram os respectivos limites norte e sul do Domínio Pirabeiraba. É importante ressaltar a relação dos rios com o processo de colonização e desenvolvimento regional, pois observando o mapa podemos notar a proximidade da ocupação territorial com dois grandes rios da região, sendo eles o rio Cachoeira, limite leste das 8 léguas, marco 9, e o rio Cubatão, marco 4, ambos utilizados como vias de deslocamento de pessoas e cargas e principal via de comunicação com o porto de São Francisco do Sul.

Figura 2 – Representação cartográfica das 8 léguas concedidas pelo Príncipe de Joinville para o empreendimento colonial.

artísticos da França. Em 1844, casou-se com Maria Carolina de Bourbon – Duas Sicílias. Exilado na Inglaterra, de 1848 até 1871, dedicou-se aos estudos históricos e militares, enquanto na política foi ferrenho opositor de Napoleão III. Dedicou-se aos estudos históricos e literários e, desde 1871, era membro do Instituto de França, e em 1886, já com 64 anos, viúvo e sem filhos vivos, o duque deixou, ainda em vida, como legado para o Instituto, o palácio de Chantilly com sua coleção de arte e sua estimada coleção de livros. Morreu em 1897, em um vinhedo de sua propriedade na localidade de Zucco, na província de Palermo (CHISHOLM, 1910, p. 920-921)



Fonte: FICKER (2008, p. 53).

A terra entre os rios Cubatão e Pirabeiraba, adquirida pelo Duque de Aumale, seria nomeada, em 1861, Domínio Pirabeiraba, uma referência ao nome da empresa de seu irmão, o Domínio Dona Francisca. A criação do Domínio Pirabeiraba foi um acréscimo ao já complexo sistema administrativo da região, que era perpassado pelos interesses dos investidores hamburgueses, do príncipe e do duque. As três empresas atuavam como as principais instituições da região, na década de 60 do século XIX: a diretoria da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, que em teoria buscava desenvolver a colonização segundo os planos estabelecidos pela sede hamburguesa; o representante do Príncipe de Joinville, que administrava os rendimentos do Domínio Dona Francisca resultantes da venda de lotes, arrendamentos e venda de produtos do extrativismo; e o representante do duque, que devia administrar os rendimentos de arrendamento de terras, venda de lotes, extrativismo de madeira e principalmente a

produção canavieira, que assumiu desde cedo o papel principal no Domínio Pirabeiraba. É importante destacar que o emaranhado entre as referidas instituições era complementado pela troca de administradores, que em alguns momentos assumiam a direção de mais de uma delas⁴⁶ (FICKER, 2008).

O território que formava o Domínio Pirabeiraba ficava ao norte da Colônia Dona Francisca e seria, ao longo do tempo, ampliado pela aquisição de novas terras, ultrapassando o limite norte do rio Pirabeiraba, tendo sempre como limite sul o território demarcado pelo rio Cubatão (SCHMALZ, 1989, p. 65). Segundo relato do diretor da colônia, Johann Otto Louis Niemeyer⁴⁷, as terras ao norte da Colônia Dona Francisca eram de boa qualidade, incluindo as do vale do rio Cubatão que perfaziam o limite sul da propriedade e que ficavam apenas a 300 metros de distância do centro da usina de açúcar (NIEMEYER, 1868, p.43).

A segunda metade da década de 60 e o início da década de 70 do século XIX, observou a construção dos primeiros edifícios (Figura 3) daquele que seria o principal complexo canavieiro do nordeste catarinense no século XIX, de modo que a região foi gradualmente preparada para atender as demandas vindouras da sociedade açucareira que ali se instalava. Abrindo espaço na mata para acomodar os edifícios e, principalmente, preparar o solo para a cana-de-açúcar, o ser humano iniciava mais um processo de transformação na região, sendo essa marcada pela ideia de civilização moderna e que estava impregnada na mentalidade dos administradores coloniais, que buscavam vender a imagem de uma colônia modelo e de sucesso.

Figura 3 – Fotografia do prédio central da Usina do Duque de Aumale, em 1866. Autor: Johann Otto Louis Niemeyer.

⁴⁶Essa situação poderia gerar conflito de interesses em alguns momentos, como por exemplo, na venda de lotes de terra aos imigrantes, onde o representante/diretor poderia privilegiar uma das empresas em detrimento da outra.

⁴⁷Johann Otto Louis Niemeyer, nascido em 1825, foi oficial do exército libertador de Schleswig-Holstein durante a Primeira Guerra do Eslésvico, entre 1848 e 1854. Em 1858 veio para o Brasil em viagem e, em 1860, em uma visita para Hamburgo, foi convidado pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo para assumir a direção da colônia, onde seu irmão Otto Niemeyer já ocupava o cargo de subdelegado. Chegou na Colônia no dia 14 de setembro de 1860, acompanhado do novo representante do Príncipe de Joinville, Emile Mathorel. Niemeyer atuou como diretor da colônia de 1860 até 1873 (FICKER, 2008, p. 199).



Fonte: Álbum Vistas fotográficas da Colônia Dona Francisca, 1866.

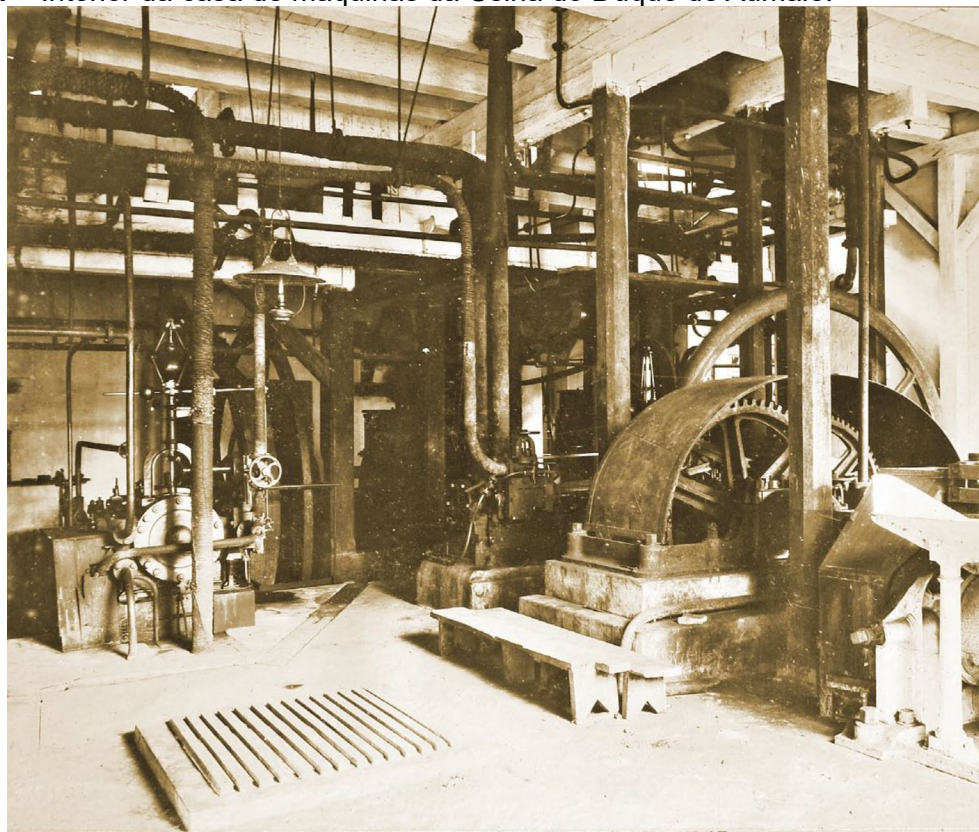
Além de analisar o potencial econômico da terra dentro dos limites da Colônia Dona Francisca, a direção colonial observava os investimentos relacionados ao príncipe e ao duque, visto que em seus relatórios endereçados à cidade de Hamburgo comentava sobre o crescimento do setor açucareiro representado pelos investimentos do duque, e ponderava sobre os benefícios provenientes ao empreendimento colonial. (XIV RELATÓRIO DA DIREÇÃO DA SOCIEDADE COLONIZADORA DE 1849 EM HAMBURGO, 1865, p.42)

As máquinas importadas (Figura 4) e os custos de construção eram frequentemente comentados no jornal *Gazeta de Joinville*⁴⁸, veículo defensor do empreendimento e que, constantemente, atuava como voz animadora da

⁴⁸O jornal *Gazeta de Joinville*: Orgam dos interesses Agrícolas, Mercantis e Industriaes desta Província e especialmente da Comarca de S. Francisco foi o primeiro veículo jornalístico de língua portuguesa da Colônia Dona Francisca, sendo fundado em 1877 pelo imigrante Carl Lange. Os artigos jornalísticos não possuem assinatura dos autores, no entanto, segundo o historiador Carlos Ficker (2008, p.272), vários eram os colaboradores do redator Carl Lange, entre eles Étienne Douat, então diretor de Obras da Estrada Dona Francisca, Luiz Werner e o telegrafista Manoel da Costa Pereira.

modernização agrícola. Ao longo das décadas seguintes, muitas matérias foram produzidas pelo veículo, seja em comemoração à fundação da Usina do Duque de Aumale ou em defesa dos interesses econômicos do setor, como a interminável luta pela reabertura da alfândega no porto de São Francisco do Sul (GAZETA DE JOINVILLE, 1878, p.1).

Figura 4 – Interior da casa de máquinas da Usina do Duque de Aumale.



Fonte: Dalonso (2009)

Em paralelo à formação da lavoura canavieira, a construção dos edifícios e a instalações de máquinas, os funcionários da fazenda, vinculados ao trabalho na usina, começam a se instalar nas proximidades, fomentando a criação de um núcleo de moradores formado pelos funcionários e seus familiares, nesse período (Figura 5). O núcleo possuía casas, estabelecimentos de serviços, comércio de bens de consumo e escola (SCHMALZ, 1989, p. 86)

Figura 5 – Fotografia de parte da lavoura de cana-de-açúcar e ao fundo a vista parcial da casa dos funcionários.



Fonte: Dalonso (2009)

O empreendimento e a sociedade açucareira formada a partir da Usina do Duque de Aumale expandiram-se rapidamente nas décadas de 70, 80 e 90 do século XIX. É perceptível, durante essas décadas, o aumento das instalações da usina e da lavoura, além da compra de maquinário moderno e trilhos de trem para o transporte da cana – que percorriam quilômetros entre a plantação até o centro da usina para levar a matéria prima ao destino (Figura 6 e 7). (SCHMALZ, 1989, p. 75)

Figura 6 – Fotografia do complexo açucareiro da Fazenda Pirabeiraba.



Fonte: Dalonso (2009).

As novas instalações açucareiras, situadas ao norte do núcleo colonial, não estavam dissociadas da colonização central, pois apesar de estar fora dos limites da Colônia Dona Francisca, a ideia de negócio era integrada ao processo colonizador, buscando nele o desenvolvimento de uma mão de obra estável e a segurança do mercado consumidor interno. Em paralelo, a própria população imigrante começou a desenvolver vínculos com o empreendimento, realizando festas, passeios e encontros em suas dependências, assim firmando a relação da população para além do trabalho e da produção (FICKER, 2008, p. 234)

Figura 7 – Ilustração da paisagem rural da Fazenda Pirabeiraba em Joinville retratando o complexo açucareiro em toda sua extensão nas margens do rio Cubatão.



49

Fonte: SCHMALZ (1989).

Durante o século XIX e início do século XX, a cidade de Joinville cresceu e se desenvolveu, passando de colônia para município, chegando a ocupar o posto de maior cidade do norte catarinense. Durante esse período, a economia açucareira na região se desenvolveu, tendo como principal impulsionadora a Usina do Duque de Aumale. No entanto, com a morte do duque e a divisão dos bens entre seus sobrinhos⁵⁰, problemas administrativos começaram a afetar o empreendimento, com acusações de corrupção contra o representante dos herdeiros e outros funcionários administrativos, levando os Orleans a venderem suas propriedades no Brasil e ao encerramento dos trabalhos da Usina do Duque de Aumale, que teve suas terras divididas em partes menores e vendidas após, na década de 20 do século XX (COLEÇÃO CARLOS FICKER, Dossiê: Carta e Ofício, Embalagem: 26).

4.3 USINA TOMBADA: A PATRIMONIALIZAÇÃO DAS RUÍNAS DO AÇÚCAR

Durante a venda das terras que formavam o patrimônio dos herdeiros, tanto do Duque de Aumale como do Príncipe de Joinville, algumas famílias de funcionários da

⁴⁹Na ilustração acima, a flecha busca alertar para o telhado do prédio, pois essa é a construção que resistiu até o tombamento como patrimônio municipal em 2003, junto a torre circular ao lado direito.

⁵⁰O Duque de Aumale morreu em 1897, sem filhos vivos, sendo assim, seus herdeiros diretos eram seus sobrinhos, que compartilhavam os bens por meio do escritório dos Orleans em Paris.

Usina adquiriram lotes de terras, permanecendo na região. A formação de uma comunidade de pequenas propriedades familiares significou a continuidade da vida da lavoura açucareira e da produção de seus derivados por meio de pequenos engenhos. Sendo assim, mesmo com o impacto decorrente do fechamento da Usina do Duque de Aumale, a sociedade açucareira regional resistiu até a década de 70 do século XX. Outras usinas foram instaladas na região, aproveitando da produção canavieira local para abastecer suas fábricas de matéria prima. Até os tempos recentes, a produção agrícola canavieira pautada pela pequena propriedade familiar é uma das mais relevantes do município, liderando como a maior produção em toneladas de produto agrícola.⁵¹

Desde a finalização dos trabalhos no complexo usineiro do duque no início da década de 1920 até o tombamento das ruínas remanescentes em 2003, decorreram oito décadas. Durante esse período a cidade de Joinville passou por transformações que repercutiram nas estruturas física e simbólica da paisagem açucareira, na região de Pirabeiraba. Ao analisar o processo de tombamento municipal, disponibilizado pela COMPHAAN, podemos observar a rapidez com que o projeto de tombamento é proposto e aprovado em comparação a outros processos, além da inexistência de um laudo anexo ao processo.

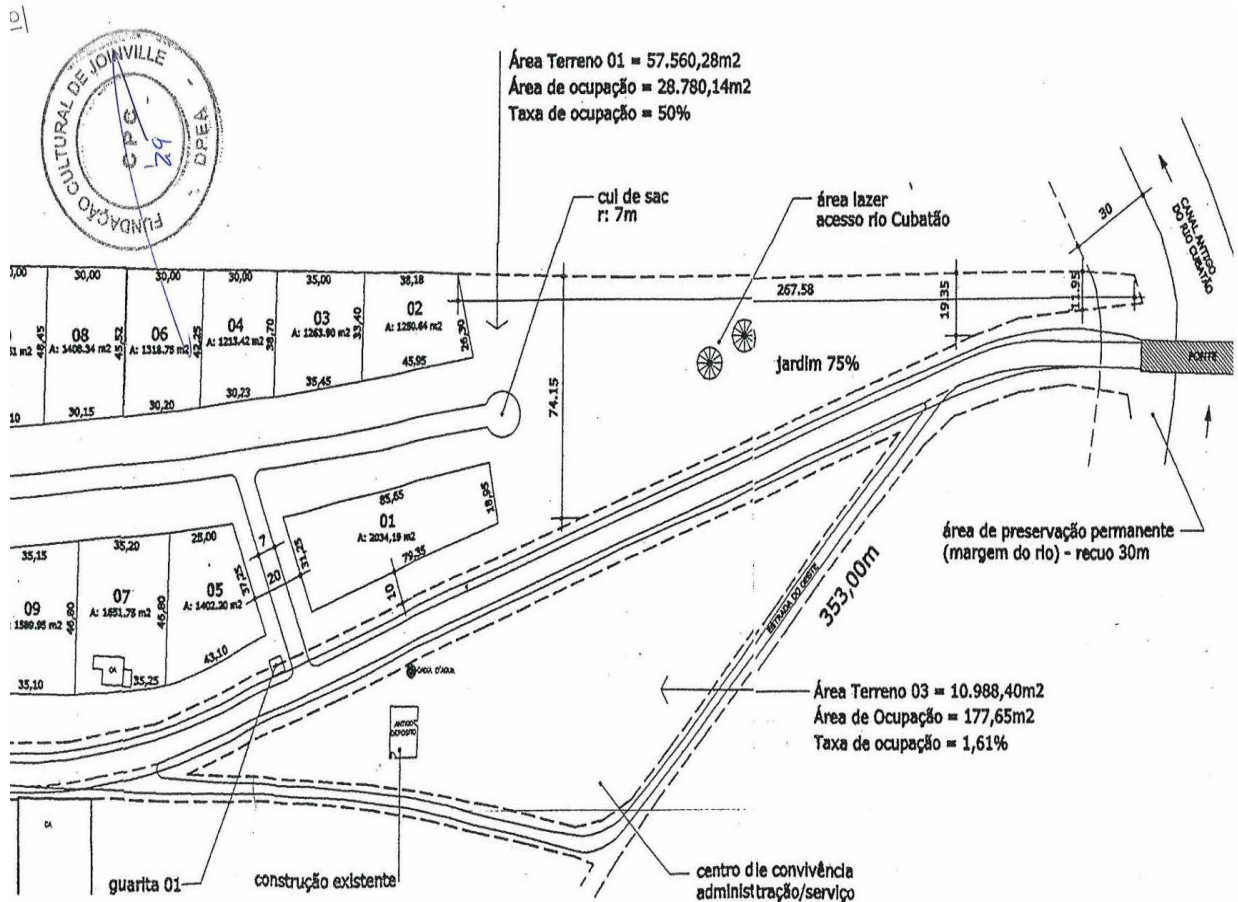
No dia 07 de agosto de 2002, em pouco menos de um parágrafo, é posto em Ata da COMPHAAN a proposta de tombamento e em 19 de fevereiro de 2003 a proposta é aprovada. Também nesse processo encontra-se o documento do dia 22 de setembro de 2003, que serve de aviso aos proprietários sobre a nova condição do imóvel, logo, concluímos que a coleta de informações sobre as ruínas foi realizada entre os meses de fevereiro e setembro. Não obstante, nesse espaço de tempo entre aprovação e notificação, não foi realizado laudo histórico que consideraria a complexidade do objeto como parte da paisagem e história açucareira de Joinville, contanto o processo com apenas uma série de fotografias feitas em 2003 e documentos relacionados aos registros cartoriais da propriedade desde 1978.

O bem tombado, um terreno de 10.988,40 m², pertencente a empresa SET Construções e Empreendimentos Ltda, aparecia no registro de imóveis e nas plantas do projeto Condomínio de Chácaras Cubatão Velho como local de LAZER 01, onde

⁵¹Em 2017 foram produzidas 84.000 toneladas de cana de açúcar em Joinville, sendo seguida pela produção de arroz com 22.120 toneladas (JOINVILLE, 2018, p. 33)

seria construída a administração e o centro de convivência do condomínio (Figura 8). Na mesma planta é visível a representação das ruínas da usina nomeadas como “antigo depósito”. Além disso, as fotos do edifício, antes da patrimonialização, denunciam a urgência do tombamento. O complexo da usina estava em completo estado de abandono, parte das edificações já havia caído, restando uma parcela ínfima do total, ou seja, era questão de tempo para que as ruínas remanescentes de um rico patrimônio rural viessem por terra (Figura 9, 10 e 11).

Figura 8 – Planta do projeto Condomínio de Chácaras Cubatão Velho anexada ao processo de tombamento de 2003. O terreno tombado é identificado na planta como Terreno 03, apresentando uma forma triangular, e o edifício apontado pelo marcador “construção existente” constitui as ruínas da usina, nomeadas na imagem como “antigo depósito”.



Fonte: COMPHAAN. Processo Administrativo de Tombamento, 2003.

Figura 9 – Fotografia anexa ao processo de tombamento das ruínas da Usina do Duque de Aumale, datada de 2002.



Fonte: COMPHAAN. Processo Administrativo de Tombamento, 2003.

Figura 10 – Fotografia anexa ao processo de tombamento das ruínas da Usina do Duque de Aumale, datada de 2002.



Fonte: COMPHAAN. Processo Administrativo de Tombamento, 2003.

Figura 11 – Fotografia da área interna anexa ao processo de tombamento das ruínas da Usina do Duque de Aumale, datada de 2002.

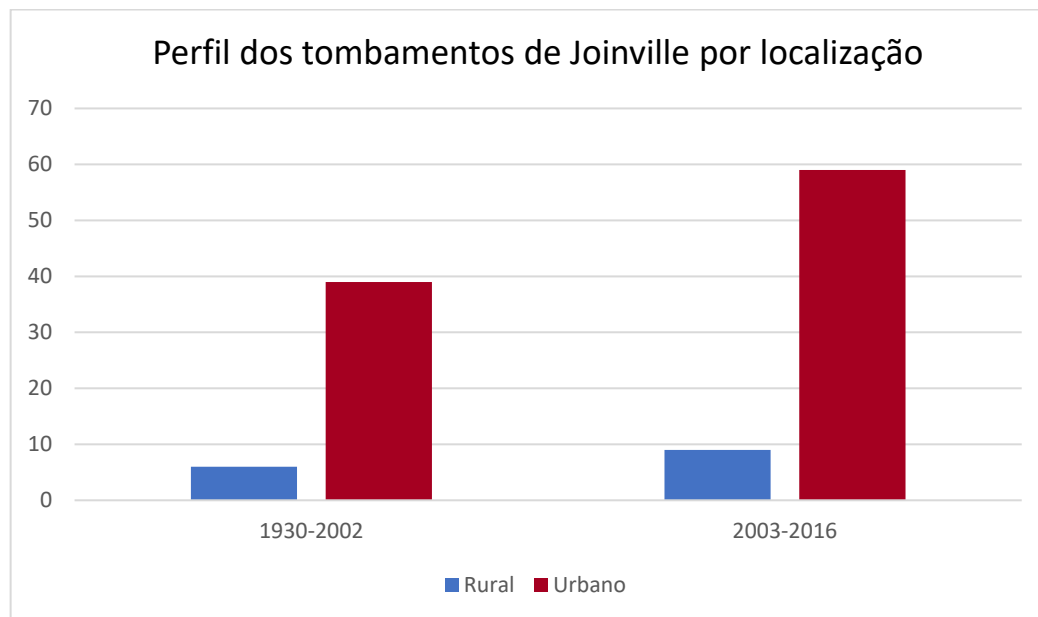


Fonte: COMPHAAN. Processo Administrativo de Tombamento, 2003.

O ponto central do processo de tombamento da usina é a salvaguarda de algo em iminência de desaparecer, além disso, o processo está inserido em uma perspectiva patrimonial em constante mutação, que pode indicar a expansão do conceito de patrimônio em Joinville nos últimos anos, iniciando um afastamento da visão que impulsionou o centenário de 1951, e que buscava lidar com o contexto de tensões étnicas do período pós nacionalização e propagandar o desenvolvimento industrial e urbano da cidade (SILVA, 2004, p.161).

No entanto, a pesquisadora Christiane Heloisa Kalb (2017) salienta que, apesar da existência de fases na patrimonialização joinvilense, o olhar dominante da Fundação Cultural Catarinense, e em Joinville, é a perspectiva étnica, servindo como um caminho central, mas que, em dados momentos, poderia ser atravessada por perspectivas transversais como viés econômico, do trabalho, etc. Em outra pesquisa, as pesquisadoras Christiane Heloisa Kalb e Maria Bernardete Ramos Flores (2017) demonstram que o discurso patrimonial de Joinville se materializa, principalmente, na área urbana, como fica evidenciado pela disparidade de bens tombados (Figura 12):

Figura 12 – Gráfico demonstrativo da disparidade entre bens tombados na zona rural e na zona urbana na cidade de Joinville



Fonte: KALB; FLORES (2017)

O evidente domínio da perspectiva étnica e urbana em Joinville causou danos irreparáveis ao conjunto do patrimônio joinvilense, pois enquanto regiões centrais da cidade foram privilegiadas e grupos urbanos e empresariais tiveram suas marcas reconhecidas e chanceladas pelo patrimônio cultural, a paisagem rural de Joinville no século XX foi relegada a coadjuvante de uma paisagem urbana próspera por si mesma. É nesse contexto que o tombamento da usina vem como um sinal de alerta, pois a prosperidade que a economia açucareira representou para a região, durante os séculos XIX e XX, e a própria natureza da colônia agrícola Dona Francisca foram sendo eclipsadas pelo discurso étnico pós-nacionalização de Vargas. Aos poucos, a usina foi esquecida e junto a ela o rural foi abandonado, fortalecendo a representação de Joinville como uma cidade de costas para o mar e para o rural. Ao analisar as ruínas atualmente, enquanto bem tombado, podemos observar a relação intrincada do objeto com o mundo ao redor, compondo uma paisagem histórica e atual da região. Ainda nas margens do rio Cubatão, e envolto por uma série de vestígios de uma sociedade açucareira, como lavoura de cana de-açúcar e pequenos engenhos, conseguimos visualizar a transformação constante daquilo que o geógrafo Jean Marc-Besse (2013, p. 35) coloca como central para compreensão da paisagem: o local do habitar.

Pela análise dos relatórios produzidos recentemente por membros da COMPHAAN⁵², concluímos que as ruínas ainda enfrentam o risco iminente de desaparecer. No relatório técnico Nº 089.2018 – CPC/SECULT, assinado pelos arquitetos Marcus Vinicius Ramos Filho e Karenina Urriola Mendez, concluiu-se que o edifício apresentava alterações realizadas de forma inadequada, que atentavam contra o princípio da originalidade do prédio, modificando estrutura e materiais:

Em vistoria realizada na Chácara Cubatão, propriedade que faz parte do imóvel tombado, no dia 17 de dezembro de 2018, foi constatada a supressão de porta em madeira, destruição do vão com verga em arco da porta de madeira, e abertura de vão na fachada sul, com grandes dimensões, verga reta, e utilização de reboco aparentemente de cimento. (RELATÓRIO Nº 089.2018 – CPC/SECULT, 2018, p.1)

No relatório técnico Nº 021.2020 – CPC/SECULT, assinado pela arquiteta Ana Carolina Moura, foi reafirmado que o edifício vem sofrendo, nos últimos anos, com agressões contra sua estrutura, provocando danos que afetam tanto a originalidade do bem quanto a segurança do edifício:

Deste modo, constata-se que as alterações feitas no imóvel tombado são, de fato, irreversíveis e que, dadas as datas de vistoria e as condições encontradas no imóvel após o arrombamento citado na defesa, tais alterações não se justificam como sendo emergenciais; (RELATÓRIO Nº021.2020 – CPC/SECULT, 2020, p.1-4)

A presente situação em que se encontra o bem tombado é indício de como o patrimônio cultural em Joinville sofre risco diário frente a interesses e ações danosas, mesmo possuindo amparo legal (Figura 13). Neste ponto, sofre mais o patrimônio rural, que por sua localização e pela tradição joinvilense de não direcionar o olhar para os bens rurais, fica à mercê de todo tipo de ataque, tendo o risco de alguma providência ser tomada tardiamente, custando a deterioração irreversível de um símbolo de relevância histórica ímpar para a região.

Figura 13 – Ruínas tombadas da Usina do Duque de Aumale em 2021, onde fica visível alteração estrutural de abertura de vão na fachada sul e utilização de cimento.

⁵²Nossos agradecimentos pela colaboração da COMPHAAN e seus membros que de forma solícita compartilhou documentos relacionados ao tombamento e fiscalização do patrimônio tombado.



Fonte: Acervo pessoal de Wagner Cavalheiro.

As transformações na região ao entorno da usina continuam ocorrendo, tornando-a, nos últimos anos, uma zona de interesse imobiliário e construindo uma paisagem híbrida de crescente urbanização, onde a lavoura vai cedendo espaço aos muros, casas e estabelecimentos de alto valor aquisitivo. O risco da integração da região pela urbanização imobiliária encontra-se na possibilidade dos últimos vestígios da história agrária do açúcar em Joinville perderem-se, pois, se um símbolo tão relevante historicamente como a Usina do Duque de Aumale foi posta em risco e segue ameaçada, qual seria o impacto dessa inconsciente urbanização para a memória joinvilense?

4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, através da presente pesquisa, contribuir com o conhecimento histórico sobre a sociedade açucareira da região de Joinville nos séculos XIX e XX, evidenciando os pontos de identificação com o contexto nacional, como o desejo da modernização da agricultura e a formação de uma sociedade açucareira tardia,

vinculada ao processo de imigração do século XIX. Além disso, evidenciamos a integração da então nascente cidade de Joinville com a agroindústria açucareira, a importância da história agrária da cidade e as possibilidades de enxergá-la não apenas pelo viés de um passado rural, mas como uma paisagem rural viva, que continua servindo de habitat territorial e cultural das comunidades joinvilenses rurais e urbanas.

A patrimonialização de bens foi influenciada pelos contextos históricos e grupos sociais de maior poder e contribuiu para a lembrança de determinados grupos e lugares em detrimento de outros. Com a ampliação dos estudos sobre o patrimônio cultural nos últimos anos, conseguimos ampliar as discussões transversais ao discurso predominante da etnicidade, procurando evidenciar aspectos como a paisagem cultural e suas relações com a economia, o trabalho, a agricultura, a alimentação etc.

No caso das ruínas da Usina do Duque de Aumale, entender o patrimônio tombado como parte de uma paisagem cultural, que é historicamente construída e que ainda resiste e compartilha vestígios, é fundamental para garantir a integração das regiões de Joinville e preservar conhecimentos e saberes vinculados ao rural frente ao crescimento urbano.

4.5 REFERÊNCIAS

BESSE, Jean-Marc. Estar na paisagem, habitar, caminhar. In: CARDOSO, Isabel Lopes (Org.) **Paisagem e patrimônio**: aproximações pluridisciplinares. Portugal: Dafne/Chaia, 2013. p.33-56

BRASIL. **Informações sobre o estado da lavoura**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874.

BREPOHL, Marion Dias; NADALIN, Sergio Odilon. Imigração germânica, etnicidade e identidade profissional: colonização em Joinville (Dona Francisca), província de Santa Catarina. 1851-1889. São Paulo: **História**, v. 38, 2019.

CANABRAVA, Alice P. **A grande lavoura**. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.) História geral da civilização brasileira. O Brasil monárquico: declínio e queda do império. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. v.6. p.103-166.

CHISHOLM, Hugh. **The Encyclopaedia Britannica**: a dictionary of arts, sciences, literature and general information. Cambridge: University Press, 1910.

COMPHAAN. Processo Administrativo de Tombamento. Joinville: SECULT; COMPHANN, 2003

DALONSO, Fabio (Org.). Pirabeiraba 150: 150 anos de trabalho e tradição. Joinville: 2009.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança**: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840–1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FERREIRA, Luiz Mateus da Silva. **Terra, trabalho e indústria na Colônia de Imigrantes Dona Francisca** (Joinville) Santa Catarina, 1850–1920. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

FICKER, Carlos. **História de Joinville**: crônica da Colônia Dona Francisca. 3.ed. Joinville: Letradágua, 2008.

FRANÇOIS d'Orléans, Prince of Joinville. Wikipedia, the free encyclopedia. Disponível em:
https://en.wikipedia.org/wiki/Fran%C3%A7ois_d%27Orl%C3%A9ans,_Prince_of_Joinville. Acesso em: 01 set. 2021.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. São Paulo: Global, 2004.

GAZETA DE JOINVILLE. Joinville, n.48, 1878.

HENRIQUE, Duque de Aumale. Wikipedia, the free encyclopedia. Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Henrique,_Duque_de_Aumale. Acesso em: 01 set. 2021.

IBGE. Série estatísticas retrospectivas/Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. – Rio de Janeiro: IBGE, 1986.

JOINVILLE. **Joinville**: cidade em dados 2018: promoção econômica. Joinville, 2018.

KALB, Christiane Heloisa; FLORES, Maria Bernardete Ramos. O campo do patrimônio cultural da cidade de Joinville (2013 – 2016): Agentes, Limites e Diagnóstico. **Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 03, n° 02, mai-ago, 2017, p.172 – 189.

KALB, Christiane Heloisa. A (des)construção do inventário de patrimônio cultural de Joinville – SC: disputas, discursos e interesses antagônicos. **III Seminário Internacional História do Tempo Presente**. Florianópolis: UDESC, 2017.

MACHADO, Elaine Cristina. O Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville: etnização e exclusão-o caso da erva-mate. **Revista Santa Catarina em História**, v. 8, n. 1, p. 57-70, 2014.

MAKINO, MIYOCO. **Contribuição ao estudo de legislação sobre núcleos coloniais do período imperial**. In: Anais do Museu Paulista, tomo XXV. São Paulo, 1971-1974, p. 79-129.

MEIRA, Roberta Barros. "As margens da modernização: a luta entre o açúcar bruto e o açúcar branco", **RITA**, N ° 2: ago. 2009, (online), publicado a 01 ago. 2009. Disponível online <http://www.revue-rita.com/dossier-thema-37/as-margens-da-moderniza-thema-9845.html>

MEIRA, Roberta Barros. **Banguês, Engenhos Centrais e Usinas: O desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo e sua correlação com as políticas estatais (1875 – 1941)**. São Paulo: Alameda, 2010.

MEIRA, Roberta Barros. São os "Centrais" que distinguem o açúcar: o encantamento dos produtores de açúcar brasileiros pelos engenhos centrais cubanos. **Travesía**, Nº16, p. 5 – 27, 2014.

MEIRA, Roberta Barros. **A quimera da modernização: do terceiro distrito de engenhos centrais ao complexo agroindustrial sucroalcooleiro paulista, mineiro e fluminense (1875 – 1926)**. São Paulo: Alameda, 2016.

MEIRA, Roberta Barros. A reforma da natureza e da agricultura: o exemplo dos inqueritos e dos congressos agrícolas no último quartel do Império. São Paulo: **Projeto História**, v.59, p. 105-136, 2017.

MELO, José Evando Vieira de. **O açúcar no café: agromanufatura açucareira e modernização em São Paulo (1850–1910)**. São Paulo: USP, 2009.

NIEMEYER, J. O. L. **Carta ao presidente da província de Santa Catarina**. 25 jan. 1868.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786 – 1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

RELATÓRIO Nº 089.2018 – CPC/SECULT. Relatório técnico. Fiscais Marcus Vinicius Ramos Filho e Karenina Urriola Mendez. Joinville: CPC/SECULT, 2018.

RELATÓRIO Nº021.2020 – CPC/SECULT. Relatório Técnico. Fiscal Ana Carolina Moura. Joinville: CPC/SECULT, 2020.

SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. Algumas fontes para o estudo da economia catarinense do fim do século XIX: os relatórios da alfândega do Desterro. **Agora**, Nº 19, 1994.

SCHMALZ, Odete. **Um ducado francês em terras principescas de Santa Catarina**. Joinville: Univille, 1989.

SEYFERTH, G. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. São Paulo: **Revista USP**, 2002, p.117-149.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História das Paisagens**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.) Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SILVA, Janine Gomes da. **Tempo de lembrar, tempo de esquecer... As vibrações do Centenário e o período da Nacionalização**: histórias e memórias sobre a cidade de Joinville. Tese (Doutorado) – UFSC, Florianópolis, 2004.

SOCIEDADE COLONIZADORA Relatórios, de 1851 a 1892. Sociedade Colonizadora. 1849. Tradução Helena Remina Richlin. Arquivo Histórico de Joinville.

VIANA, Sônia Bayão Rodrigues. **O Engenho Central de Quissaman (1877/1878–1904)**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer o levantamento documental que permitisse uma melhor compreensão da economia açucareira no século XIX na região de Joinville e pensar os seus vestígios materiais, como a Usina do Duque de Aumale, na forma de um patrimônio cultural fundamental para preservação da história, foram as motivações desta dissertação. Fica visível a relação intrínseca entre o bem cultural tombado como um símbolo, um semióforo, um elemento que dentro de uma paisagem cultural funciona como um guia para o não esquecimento do passado, pois todo passado corre o risco de ser esquecido, desde que não se busque conhecê-lo.

Buscando uma compreensão do ciclo econômico açucareiro em Joinville no século XIX, travamos contato com a bibliografia de pesquisadores que abordaram o tema em nível nacional e internacional, de forma que conseguimos inserir o objeto regional em sua trajetória histórica mais ampla, conversando com as experiências semelhantes no tempo-espaço.

Com o estudo da historiografia brasileira sobre a produção açucareira no nordeste e sudeste do Brasil, conseguimos visualizar a diversidade e a complexidade econômica e cultural nos espaços açucareiros ao longo dos séculos. A nova perspectiva de mundo surgida do século XVIII, com o Iluminismo e o desenvolvimento científico, aliado a uma nova dinâmica de produção da Revolução Industrial e os conflitos bélicos de larga escala entre as potências europeias e suas colônias americanas, levaram ao contexto histórico de transformação do setor açucareiro no Brasil.

A rápida consolidação do pensamento científico moderno foi decisiva para o surgimento de uma nova agricultura e da mudança de relações com a paisagem rural no século XIX, pois neste período, civilização e progresso econômico passaram a estar ligados pelo planejamento e funcionamento dos técnicos e das máquinas, respectivamente. No Brasil, o século XIX é marcado pela crise setorial que afetava os produtores de açúcar, pois o baixo preço que o produto alcançava no mercado externo em decorrência do aumento de concorrência e de alta oferta do produto, colocava os ganhos por toneladas em franca decadência, assim sendo, as propostas de soluções para a crise passavam pela modernização, a retomada do mercado externo e pelo fortalecimento da demanda interna como principal mercado consumidor.

Os defensores da modernização elaboravam estudos e análises sobre a produção de outras regiões do globo, observando seus modelos de produção e seus lucros, ao que concluíam que o modelo brasileiro era insustentável ao tentar competir com outros países no comércio internacional do produto. O desenvolvimento de técnicas racionais na produção, propiciadas tanto pelo maquinário instalado nos engenhos e usinas, quanto pelo melhoramento dos exemplares de cana de açúcar na lavoura, haviam elevado a oferta do produto. Além disso, a concorrência do açúcar extraído da beterraba acabava por piorar o cenário, assim concluíam que o início da recuperação do setor devia começar pelo aumento da produção de modo a igualar em um primeiro momento e posteriormente ultrapassar os principais concorrentes. Na época, o principal consumidor do açúcar brasileiro era o mercado europeu, principalmente os britânicos, no entanto não tardou até esses países da Europa ocidental aplicar a modernização da produção em suas colônias americanas, estabelecendo assim uma via de comércio mais atraente para seus próprios interesses, ficando cada vez mais difícil o Brasil recuperar a liderança ou expressividade no mercado externo de exportação do açúcar.

Além dos espaços açucareiros voltados mais fortemente para a exportação, percebe-se o crescimento da produção açucareira nas áreas periféricas - voltadas para atender o seu próprio mercado. As províncias do Sudeste e Sul, passavam por um expressivo crescimento demográfico, o que possibilitou um fortalecimento do consumo interno. Assim a modernização foi compreendida como algo fundamental, do contrário a produção brasileira não seria capaz de competir com o açúcar estrangeiro nem em solo nacional, e a produção canavieira no sudeste e sul começaram a ganhar um corpo mais robusto.

Foi inspirada e sustentada nesta nova perspectiva que a economia açucareira na região nordeste da província de Santa Catarina se reorganizou na forma de um complexo produtivo moderno, materializado na Usina do Duque de Aumale. Construída em 1865 em uma província secundária de produção açucararia, mas equipada com equipamentos modernos, a Usina foi um dos pilares do projeto colonizador em Joinville. Como evidenciamos ao longo desta dissertação, o empreendimento do duque reestruturou a lavoura canavieira e a produção açucareira na região, atuando como uma das principais fontes de sustento dos imigrantes europeus que se instalavam no nordeste catarinense. Como buscamos demonstrar, a Usina do Duque de Aumale é um empreendimento açucareiro nascido no interior da

colonização, atuando não apenas na absorção de mão de obra livre disponibilizada pelo crescimento demográfico proporcionado pela imigração como no atendimento da demanda regional pelo consumo dos derivados da lavoura canavieira. Outro aspecto que buscamos destacar do empreendimento açucareiro do Duque de Aumale é o papel simbólico que o mesmo representava para os joinvilenses no século XIX, sendo uma espécie de cartão de visitas da colônia e futura cidade, pois nascida em um tempo impregnado pelo desejo de modernização, a usina se erguia como um farol, uma engrenagem do projeto colonizador e civilizacional, como fica expresso em trechos de jornais e diários da época.

Inserir a experiência histórica da Usina do Duque de Aumale no século XIX e XX ao amplo quadro da bibliografia, nos possibilitou avançar no estudo regional do tema e assim evidenciar o impacto histórico desse empreendimento na constituição de uma paisagem rural em Joinville. Além disso, ao discutirmos as práticas de tombamento na cidade, conseguimos visualizar a existência de uma lacuna entre os bens tombados na zona urbana e na zona rural, sendo que a atenção devotada aos bens urbanos demonstra a prioridade da política cultural joinvilense nas últimas décadas. Nesse sentido, nosso trabalho buscou contribuir como forma de construir a narrativa histórica de um bem tombado, que durante anos viveu sob a alcunha de “antigo depósito”, e que apenas a 14 anos foi reconhecido em suas ruínas como um importante elemento cultural de Joinville.

Destacamos que o processo de tombamento, apesar de tardio foi fundamental para a continuidade do edifício, pois as condições físicas em que o prédio se encontrava no início do século XXI davam sinais claros de eminente destruição. Apesar de uma vitória, a conclusão rápida do processo de tombamento não assegurou uma recuperação imediata da história do edifício e da paisagem açucareira, e como averiguamos nos relatórios atuais da COMPHAAN sobre a conservação do bem tombado, nem mesmo a integridade estrutural e originalidade foram completamente asseguradas pelo dispositivo legal.

O estudo do Engenho do Duque de Aumale se apresenta assim como um eixo possível para repensar o discurso patrimonial joinvilense, que marcado pela hegemonia étnica e urbana, busca evidenciar sempre o caráter germânico urbanizado como centro modernizador, desfavorecendo a relação da cidade com sua zona rural e conseqüentemente com seus cidadãos multiétnicos que habitam o rural. Apesar da perspectiva patrimonial hegemônica em Joinville refletir o discurso étnico do imigrante

germânico e urbano, apresentando um descaso e abandono para com a experiência rural, a paisagem rural do século XIX ao redor da Usina do Duque de Aumale ainda persiste em seus vestígios culturais, sejam eles materiais ou imateriais, constituindo fonte valiosíssima para o conhecimento histórico da experiência humana no tempo e no espaço. Enfim, consideramos necessário um olhar diverso e interdisciplinar para a área patrimonial, de modo a evitar grandes e irreparáveis perdas para a cidade de Joinville.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. **Arquivos da Exposição da Indústria Nacional de 1881**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882.

BEDIAGA, Begonha Eliza Hickman. **Marcado pela própria natureza: o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e as ciências agrícolas – 1860 a 1891**. Campinas: Unicamp, 2011.

BERGERON, Louis. **Les révolutions européennes et le partage du monde, XVIII siècle – XIX siècle**. In: MEULEAU, Maurice (Org.) *Le monde et son histoire*. Paris: Éditions Robert Laffont, 1972. p.9-30.

BESSE, Jean-Marc. Estar na paisagem, habitar, caminhar. In: CARDOSO, Isabel Lopes (Org.) **Paisagem e patrimônio: aproximações pluridisciplinares**. Portugal: Dafne/Chaia, 2013. p.33-56

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Comissões de Fazenda e Especial. **Parecer e projeto sobre a criação de bancos de crédito territorial e fábricas centrais de açúcar apresentados a Câmara dos Srs. Deputados na sessão de 20 de julho de 1875 pelas comissões de fazenda e especial nomeada em 16 de abril de 1875**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1875a.

BRASIL. **Informações sobre o Estado da lavoura**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1874a.

BRASIL. Ministério dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. **Relatório apresentado à assembleia geral legislativa**. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1860.

BRASIL. Ministério dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. **Relatório apresentado à assembleia geral legislativa**. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1862.

BRASIL. Ministério dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. **Relatório apresentado à assembleia geral legislativa**. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1874b.

BRASIL. Ministério dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. **Relatório apresentado à assembleia geral legislativa**. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1875b.

BRASIL. Ministério dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. **Relatório apresentado à assembleia geral legislativa**. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1876.

BRASIL. Ministério dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. **Relatório apresentado à assembleia geral legislativa**. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1879.

BREPOHL, Marion Dias; NADALIN, Sergio Odilon. Imigração germânica, etnicidade e identidade profissional: colonização em Joinville (Dona Francisca), província de Santa Catarina. 1851-1889. São Paulo: **História**, v. 38, 2019.

CALLITE, Anne. Cail, constructeur de locomotives. *In*: Revue du Nord, tome 75, n°300, Avril-juin 1993. **Histoire économique et sociale**. pp. 343-358.

CANABRAVA, Alice P. “A grande lavoura”. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.) **História geral da civilização brasileira**. O Brasil monárquico: declínio e queda do império. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. v.6. p.103-166.

CHISHOLM, Hugh. **The Encyclopaedia Britannica**: a dictionary of arts, sciences, literature and general information. Cambridge: University Press, 1910.

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato. ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, 2004. 2 ed.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DÉ CARLÍ, Gileno. **Aspectos de economia açucareira**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1942.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança**: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840–1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FERREIRA, Luiz Mateus da Silva. **Terra, trabalho e indústria na Colônia de Imigrantes Dona Francisca (Joinville) Santa Catarina, 1850–1920**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

FICKER, Carlos. **História de Joinville**: crônica da Colônia Dona Francisca. 3.ed. Joinville: Letradágua, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. São Paulo: Global, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Açúcar**: uma sociologia do doce, com receitas de bolos e doces do Nordeste do Brasil. São Paulo: Global, 2007.

GABLER, Louise. **A Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e a modernização do Império (1860-1891)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

GAZETA DE JOINVILLE. Joinville, n.48, 1878.

GAZETA DE JOINVILLE. Joinville, n.8, 1880.

GAZETA DE JOINVILLE. Joinville, p.3, 27 jun. 1883a.

GAZETA DE JOINVILLE. Joinville, p.2, 5 set. 1883b.

HOBBSAWM, Eric. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

IBGE. **Série estatísticas retrospectivas**/Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. – Rio de Janeiro: IBGE, 1986.

JOINVILLE. **Joinville**: cidade em dados 2018: promoção econômica. Joinville, 2018.

KALB, Christiane Heloisa; FLORES, Maria Bernardete Ramos. O campo do patrimônio cultural da cidade de Joinville (2013 – 2016): Agentes, Limites e Diagnóstico. **Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 03, n° 02, mai-ago, 2017, p.172 – 189.

KALB, Christiane Heloisa. A (des)construção do inventário de patrimônio cultural de Joinville – SC: disputas, discursos e interesses antagônicos. **III Seminário Internacional História do Tempo Presente**. Florianópolis: UDESC, 2017.

LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LINHARES, Maria Yedda (Org.) **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LUDICIBUS, Sérgio de; FILHO, Álvaro Augusto Ricardino. A primeira Lei das Sociedades Anônimas no Brasil: Lei n° 1.083 – 22 de agosto de 1860. **Revista Contabilidade & Finanças – USP**: São Paulo, n°29, p.7 – 25, maio/ago 2002.

MACHADO, Elaine Cristina. O Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville: etnização e exclusão - o caso da erva-mate. **Revista Santa Catarina em História**, v. 8, n. 1, p. 57-70, 2014.

MAKINO, MIYOCO. **Contribuição ao estudo de legislação sobre núcleos coloniais do período imperial**. In: Anais do Museu Paulista, tomo XXV. São Paulo, 1971-1974, p. 79-129.

MEIRA, Roberta Barros. A reforma da natureza e da agricultura: o exemplo dos inquéritos e dos congressos agrícolas no último quartel do império. **Projeto História**, São Paulo, v.59, p.105-136, abr./jul. 2017.

MEIRA, Roberta Barros. "As margens da modernização: a luta entre o açúcar bruto e o açúcar branco", **RITA**, N ° 2: Agosto de 2009, (online), Publicado a 01 de Agosto de 2009. Disponível online <http://www.revista-rita.com/dossier-thema-37/as-margens-da-moderniza-thema-9845.html>

MEIRA, Roberta Barros. São os “Centrais” que distinguem o açúcar: o encantamento dos produtores de açúcar brasileiros pelos engenhos centrais cubanos. **Travesia**, Nº16, p. 5 – 27, 2014.

MEIRA, Roberta Barros. **A quimera da modernização**: do terceiro distrito de engenhos centrais ao complexo agroindustrial sucroalcooleiro paulista, mineiro e fluminense (1875 – 1926). São Paulo: Alameda, 2016.

MEIRA, Roberta Barros. **Banguês, Engenhos Centrais e Usinas**: O desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo e sua correlação com as políticas estatais (1875 – 1941). São Paulo: Alameda, 2010.

MEIRA, Roberta Barros. **Banguês, engenhos centrais e usinas**: o desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo e a sua correlação com as políticas estatais (1875–1941). Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MELO, José Evando Vieira de. **O açúcar no café**: agromanufatura açucareira e modernização em São Paulo (1850–1910). São Paulo: USP, 2009.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Agronomia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Ruralismo**: agricultura, poder e Estado na primeira república. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

NAVARRO, José Gregório de Moraes. **Discurso sobre o melhoramento da economia rústica no Brasil**. Lisboa, 1799.

NIEMEYER, J. O. L. **Carta ao presidente da província de Santa Catarina**. 25 jan. 1868.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição, pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista: 1786-1888**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788537808740/>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

RIBEIRO, R. W. **Paisagem cultural e patrimônio**. Brasília: Iphan, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal**: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos CEBRAP*, n.79, p.71-94, 2007.

SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. Algumas fontes para o estudo da economia catarinense do fim do século XIX: os relatórios da alfandega do Desterro. **Agora**, Nº 19, 1994.

SCHMALZ, Odete. **Um ducado francês em terras principescas de Santa Catarina**. Joinville: Univille, 1989.

SCHWARTZ, S. B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SEYFERTH, G. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. São Paulo: **Revista USP**, 2002, p.117-149.

SILVA, Janine Gomes da. **Tempo de lembrar, tempo de esquecer... As vibrações do Centenário e o período da Nacionalização**: histórias e memórias sobre a cidade de Joinville. Tese (Doutorado) – UFSC, Florianópolis, 2004.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das Paisagens. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação as plantas e aos animais, 1500–1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VIANA, Sônia Bayão Rodrigues. **O Engenho Central de Quissaman (1877/1878–1904)**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

Termo de Autorização para Publicação de Teses e Dissertações

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) a disponibilizar em ambiente digital institucional, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/IBICT) e/ou outras bases de dados científicas, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra abaixo citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data 08/04/2022.

1. Identificação do material bibliográfico: () Tese (X) Dissertação () Trabalho de Conclusão

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Autor: Wagner Cavalheiro

Orientador: Roberta Barros Meira Coorientador: Mariluci Neis Carelli

Data de Defesa: 11/02/2022

Título: O campo em que nasce o açúcar: o engenho do Duque de Aumale e o sussurrar de um patrimônio cultural em Joinville/SC (1865 – 2020)

Instituição de Defesa: Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE)

3. Informação de acesso ao documento:

Pode ser liberado para publicação integral (X) Sim () Não

Havendo concordância com a publicação eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese, dissertação ou relatório técnico.

Wagner Cavalheiro

08/04/2022

Assinatura do autor

Local/Data